

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
PSICOSSOCIOLOGIA DE COMUNIDADES
E ECOLOGIA SOCIAL**

**Caminhos para “resolver a vida”: Significados e
alternativas de participação em uma comunidade
popular da zona oeste do Rio de Janeiro**

Nilza Rogéria de Andrade Nunes Estrada

Rio de Janeiro, 2006

Nilza Rogéria de Andrade Nunes Estrada

Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Cecília de Mello e Souza

Rio de Janeiro

2006

E82c ESTRADA, Nilza Rogéria de Andrade Nunes
 Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de
 participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de
 Janeiro. Rio de Janeiro: UFRJ, Instituto de Psicologia, 2006.
 144p.
 Orientador: Cecília de Mello e Souza
 Dissertação (Mestrado) UFRJ, Instituto de Psicologia,
 Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e
 Ecologia Social, 2006.
 1.Participação 2.Desenvolvimento local 3.Promoção da saúde 4.
 Liderança 5.Reciprocidade
 I. Mello e Souza, Cecília de. II. UFRJ, Programa EICOS.

Nilza Rogéria de Andrade Nunes Estrada

Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro

Dissertação submetida ao corpo docente do Programa de Pós-Graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Psicossociologia.

Aprovada em 11 de abril de 2006.

Prof^a Dr^a Cecília de Mello e Souza – Orientadora
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Michel Thiollent
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Jailson de Souza e Silva
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a Maria Inácia D’Ávila Neto
Universidade Federal do Rio de Janeiro

*Ao Felipe, meu filho querido,
por existir na minha vida me fazendo acreditar na utopia.*

AGRADECIMENTOS

Aos moradores da comunidade de Vila Consolação, por sua luta silenciosa.

À equipe do Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS e especialmente à coordenação de Daniel Becker, Maria do Socorro Vasconcelos Lima, Wanda Lúcia Guimarães e Kátia Edmundo, pela confiança em mim depositada, pelo respeito e pelo incentivo a este trabalho.

À minha orientadora, Cecília de Mello e Souza, por estimular esse mergulho dentro de mim e ser parte da construção desta história.

Aos professores componentes de minha banca, Maria Inácia D'Ávila Neto, Jailson de Souza e Silva e Michel Thiollent, por tantos ensinamentos.

Ao Programa EICOS - UFRJ, pela oportunidade de estar aqui.

Aos meus amigos e amigas por compartilharem risos e lágrimas.

À Kátia Edmundo por sua sabedoria e por compartilhar desta construção.

À Amana Mattos, por estar carinhosamente presente nos momentos importantes.

À Rosane Marques, por tantas trocas e tantos aprendizados.

À Vanessa Fonseca e Geisa Ferreira, por viverem junto comigo este desafio.

À Ivana Lima, por sua cumplicidade.

À Daniella Bonato, Roberta Mercadante e Karine Mueller, pelos toques e retoques.

À Danielle Bittencourt, por sua leitura cuidadosa e carinhosa.

A José da Costa Estrada Neto, por seu incentivo.

À Morgana Souto Maior, por acreditar.

À Náira Vanêssa de Andrade Nunes, pela força, pela compreensão e dedicação.

À Silvana Márcia Nunes Paz, pelo bem querer mesmo distante.

Aos meus pais, Paulo Rogério e Nilza, pela vida.

SUMÁRIO

RESUMO	7
ABSTRACT	8
CAPÍTULO 1: INTRODUÇÃO – OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO: COMPREENDENDO O PROCESSO A PARTIR DOS MORADORES E DAS LIDERANÇAS	9
ANTECEDENTES E IMPLICAÇÕES NA PESQUISA	12
O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A PARTICIPAÇÃO COMO EIXO NORTEADOR	13
CAPÍTULO 2: A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO IMPERATIVO PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL	16
A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS	17
<i>A “era da participação”: os movimentos sociais nas décadas de 70, 80 e 90</i>	19
<i>O fortalecimento da sociedade civil e o surgimento das ONGs</i>	20
<i>A participação como pilar essencial ao processo de desenvolvimento</i>	21
O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SEUS DETERMINANTES	25
<i>Os reflexos do processo do macro desenvolvimento: o local como estratégia</i>	25
A FAVELIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – UM POUCO DA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO	29
<i>A comunidade popular de periferia: a pobreza globalizada e a pobreza localizada</i>	34
O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO	36
<i>A Promoção da Saúde, suas ações e articulações</i>	40
<i>O conceito de DLIS e sua implicação na mobilização comunitária</i>	44

<i>O encontro dos conceitos de DLIS e a Promoção da Saúde: suas semelhanças e controvérsias</i>	47
<i>O fortalecimento da população: o empoderamento como uma alternativa</i>	50
O PAPEL DAS MULHERES COMO FORÇA MOTRIZ NO PROCESSO PARTICIPATIVO	
53	
O PROCESSO PARTICIPATIVO E A RECIPROCIDADE MATERIAL E SIMBÓLICA	54
A PARTICIPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E DA COMUNIDADE	55
CAPÍTULO 3: A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, SEUS GANHOS E SEUS DESAFIOS	57
O MÉTODO	59
TÉCNICAS DE PESQUISA	61
O CAMPO	62
GRUPO ESTUDADO	64
O CEDAPS E A COMUNIDADE	69
DE ONDE VIERAM E PARA ONDE FORAM – A HISTÓRIA DA COMUNIDADE VILA CONSOLAÇÃO	72
<i>Mais uma favela na cidade - como vivem hoje seus moradores</i>	75
<i>Mudar a casa ou mudar de casa?</i>	78
<i>Do que participar? Os espaços comunitários como estratégia</i>	81
<i>A rede social de apoio</i>	90
<i>A convivência com a(s) violência(s)</i>	92
<i>A (falta de) perspectiva dos jovens</i>	95
<i>O outro lado da moeda: as ações positivas na comunidade</i>	97
PARTICIPAÇÃO: SEU SIGNIFICADO PARA OS MORADORES E PARA AS LIDERANÇAS	99
<i>Empoderamento: uma mudança na construção dos sujeitos</i>	107
<i>Quem mais participa – a forte presença feminina</i>	109

Uma ONG e sua intervenção territorial: contribuição com o processo

<i>Participativo</i>	113
<i>Ser popular: o ganho simbólico</i>	114
<i>O futuro... a quem pertence</i>	116
<i>Considerações finais</i>	119

CAPÍTULO 4: CONCLUSÃO

POSSIBILIDADES E LIMITES DO PROCESSO PARTICIPATIVO: LIÇÕES APRENDIDAS	122
OS EFEITOS DA INICIATIVA DE VILA AURORA SOBRE OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE	125

REFERÊNCIAS	130
--------------------	-----

ANEXOS	138
---------------	-----

RESUMO

Estrada, Nilza Rogéria de Andrade Nunes. Caminhos para “resolver a vida”: Significados e alternativas de participação em uma comunidade popular da zona oeste do Rio de Janeiro. Dissertação. (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

O presente trabalho tem como objetivo a compreensão acerca do processo participativo de uma comunidade popular localizada na zona oeste do Rio de Janeiro. Com base em uma intervenção local realizada por um agente externo, buscou-se também analisar a interferência deste programa no seu processo de mobilização e participação a partir do (re)conhecimento de múltiplas estratégias utilizadas, refletindo sobre os fatores que promovem e dificultam este processo, além da sua contribuição para o empoderamento individual e coletivo de seus moradores. Utilizamos a etnografia como um procedimento metodológico, por este possibilitar a pesquisadora ampliar conhecimentos acerca do contexto estudado, conhecer a cultura local, perceber como a comunidade se relaciona com suas limitações e suas conquistas, sobretudo por oferecer a visão de mundo e da participação dos moradores. Realizamos a coleta de dados através da observação participante com registros em diários de campo e seis entrevistas gravadas, transcritas e posteriormente categorizadas. Vivendo em péssimas condições de habitabilidade e um contexto marcado pela violação dos direitos básicos de cidadania, violência estrutural e do tráfico de drogas e um isolamento acentuado, identificamos que a comunidade apresenta dois tipos de participação: a participação dos moradores, baseada na reciprocidade e nos ganhos pessoais e a participação de lideranças e voluntárias, voltada para os objetivos coletivos. Concluímos que a participação local está pautada numa relação de troca, seja ela material ou simbólica, onde a obtenção do ganho individual prevalece entre os moradores. Constatou-se uma predominância feminina nas ações participativas.

Palavras chaves: Participação, reciprocidade, desenvolvimento local, promoção da saúde, movimentos sociais, lideranças.

ABSTRACT

Estrada, Nilza Rogéria de Andrade Nunes. **Getting a grip on life: Meanings and alternatives of participation in a popular community of the west zone of Rio de Janeiro.** Advisor: Cecília de Mello e Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/ IP/EICOS, 2006. DESCRIPTION : (Masters in Psychossociology of Communities and Social Ecology).

This thesis focuses on the participatory process of a low-income community located in the west zone of Rio de Janeiro, from the perspective of emerging and established community leaders, reflecting on what promotes and hinders this process, as well as on its contributions to the individual and collective empowerment of its residents. In addition, research also indicates that a local intervention by an ONG influenced the community's mobilization and participation. Based on the ethnographic method, participant observation and in-depth interviews were conducted in 2005. Living in unacceptable conditions of habitability and in a context marked by the lack of basic rights of citizenship, our data reveals that this community presents two types of participation: one based on the passive participation of residents who seek an individual and material gain through the lense of reciprocity; the other motivated by individual and collective empowerment of community leaders. We conclude that the local participation is based on an exchange relationship, wheteher material or symbolic, where the attainment of the individual gain prevails for residents.

Key words: Participation, reciprocity, local development, health promotion. Social movements, leadership.

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO – OS CAMINHOS DA PARTICIPAÇÃO:

COMPREENDENDO O PROCESSO A PARTIR DOS MORADORES E DAS LIDERANÇAS

A participação é um pré-requisito essencial para o desenvolvimento comunitário. Para compreender e analisar o significado e as alternativas vivenciadas no âmbito de uma comunidade popular localizada na zona oeste do Rio de Janeiro, partimos do entendimento de como se estabelece este processo que reconhece no indivíduo e/ou na coletividade sua potencialidade colaborativa, que pressupõe sua autonomia e sua capacidade propositiva capaz de nortear intervenções a nível local e gerar novos valores.

Neste estudo exploratório, de natureza qualitativa, compreendemos como se dá o processo participativo em uma comunidade que vive em situação de pobreza a partir da perspectiva de seus moradores e qual a contribuição que um programa de Desenvolvimento Local com foco na Promoção da Saúde (DLIS/PS) é capaz de incidir sobre este movimento. A participação, considerada aqui como um pressuposto essencial para a implementação de programas desta natureza, baseia-se no envolvimento dos moradores e no desenvolvimento de suas capacidades e habilidades para intervenção nos problemas locais capazes de mobilizar coletivamente novos atores.

O *locus* deste estudo foi a comunidade¹, por vezes denominada de favela, aqui chamada de Vila Consolação, localizada no bairro de Santa Cruz. Ocupada no final da década de 60 e início dos anos 70, sua população, hoje com 6000 pessoas, reside em precárias condições de habitação, convivendo com alto nível de desemprego. São diferentes formas de

¹ Na tentativa de minorar estes efeitos, as organizações populares através de suas lutas por direitos sociais aos poucos vêm substituindo o uso do nome “favela” por “comunidade” que, embora tenha uma abrangência muito maior, hoje nomeia estes complexos populacionais como comunidade popular. A palavra comunidade é hoje utilizada nos meio de comunicação, pelos governos, trabalhadores sociais e lideranças

dominação as quais seus moradores estão submetidos decorrentes de um histórico de violência estrutural e violência do crime organizado e que os fazem “reféns” do próprio estigma que carrega o lugar. A falta de trabalho, a dificuldade de acesso ao sistema de saúde e educação a partir da 5ª série do ensino fundamental, a distância do centro da cidade e o isolamento ao qual estão submetidos os deixam em um estado de isolamento e imobilismo. Poucos são os que se envolvem com questões de alcance coletivo, ficando a maior parte de seus moradores submetidos à dependência de programas assistenciais e de doações.

Utilizamos a etnografia como um procedimento metodológico, por este possibilitar a pesquisadora ampliar conhecimentos acerca do contexto estudado, conhecer a cultura local, perceber como a comunidade se relaciona com suas limitações e suas conquistas, mas acima de tudo, por oferecer a visão de mundo e da participação dos moradores. Realizamos a coleta de dados através da observação participante com registros em diários de campo e seis entrevistas gravadas, transcritas e posteriormente categorizadas. Para a análise dos dados foi necessário contextualizar teoricamente os fundamentos que permearam os fatos determinantes da comunidade desde sua ocupação até então.

Os resultados apontaram que a comunidade estudada estabelece duas formas de participação: uma exercida pelos moradores baseada em ganhos individuais, cuja referência se faz através da reciprocidade e a outra exercida pelas lideranças e voluntárias, que, uma vez empoderadas, têm suas ações pautadas no interesse coletivo, onde o valor do ganho é atribuído ao reconhecimento.

A participação dos moradores baseada em “o que se recebe em troca” está diretamente associada a sua mobilização, estabelece atitudes passivas diante da dependência de ações e programas assistenciais. Este movimento não assegura a noção de direitos, não envolve a

comunitárias como sinônimo de favela. Como o foco deste estudo está centrado em processos de participação popular em um contexto de pobreza, utilizaremos estes dois termos compreendendo e respeitando a situação a que se remete.

população em torno de questões coletivas e ainda traz como consequência uma expressiva falta de perspectiva de futuro.

No entanto, a participação das lideranças caminha em outra direção. São pessoas que trabalham pelo bem coletivo e vislumbram outras possibilidades para si e para o outro. Sentem-se estimuladas a ampliar suas relações para fora da comunidade, estabelecem articulações políticas, se inserem em redes, fazem parcerias, projetam o nome e a história da comunidade para outros espaços da cidade. Essas pessoas ainda são poucas no cenário de Vila Consolação, porém fazem a diferença. Referenciamos estas atitudes nas noções de empoderamento, cuja premissa é a conquista da autonomia.

São vários os motivos a que atribuímos a fragilidade do movimento participativo local. Há falta de espaços para participação na comunidade, uma vez que seus equipamentos sociais são poucos e ela não dispõe de espaços para lazer, a exceção de um campo de futebol que fica na área limítrofe com a comunidade vizinha e não oferece segurança aos moradores. A violência também se apresenta como um fator preponderante e o isolamento a que estão submetidos os moradores os fazem dependentes de programas assistenciais. Quando são convidados a participar, segundo as entrevistadas, comparecem, mas se obtiverem algum tipo de ganho.

A ajuda mútua também pode ser compreendida como uma forma de participação local. Diante da precariedade das condições de vida, as atitudes como ajudar no cuidado dos filhos dos vizinhos, acompanhar alguém a uma unidade de saúde, emprestar um dinheiro, são formas de expressão a que a comunidade também atribui o significado de participação.

Ampliar conhecimento acerca deste conceito e de seu entendimento pela comunidade faz parte de um exercício que acompanha minha trajetória profissional, já que todo o trabalho social que realizo está pautado em processos que visam a autonomia e o empoderamento individual e coletivo de moradores de comunidades populares. Assim, buscar no contexto de

Vila Consolação a identificação das formas que a comunidade compreende a participação contribui sobremaneira para um melhor desempenho da minha atuação, uma vez que há uma interface entre a pesquisadora e a profissional que atua neste contexto onde ambos os papéis são exercidos. São momentos distintos e a busca pela não interferência de um sobre o outro é motivo de permanente atenção e cuidado. No entanto, fui solicitada por respostas profissionais no momento de estar na comunidade na condição de pesquisadora. Esta sobreposição de papéis no campo também interfere na análise dos dados.

ANTECEDENTES E IMPLICAÇÕES NA PESQUISA

Estas formas de participação identificadas neste estudo resultaram do olhar da pesquisadora que também atua profissionalmente nesta comunidade na coordenação de um programa de intervenção territorial denominado Iniciativa de Vila Consolação, realizado desde 2002 pelo Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS. Com o objetivo de fortalecer a malha comunitária através do empoderamento individual e coletivo de seus moradores, este programa de Desenvolvimento Local com força na Promoção da Saúde – DLIS/PS pressupõe promover ações através de metodologias participativas que possam atuar sobre os determinantes para uma melhor qualidade de vida de seus moradores.

O CEDAPS é uma organização não-governamental, criada em 1993, atuando há 12 anos no Rio de Janeiro e, mais recentemente, em São Paulo e na Bahia. Tem como objetivo contribuir para articulação, organização e autonomia de iniciativas, grupos e associações comunitárias em atuação nas comunidades populares e bairros das periferias dos centros urbanos. Realiza este trabalho através da educação e capacitação, envolvendo a população, fortalecendo lideranças e formando multiplicadores (CEDAPS, 2005).

O programa Iniciativa de Vila Consolação compreende o desenvolvimento local e a promoção da saúde como caminhos à construção de uma sociedade saudável, na qual os cidadãos têm acesso a recursos que interferem diretamente na qualidade de vida: educação, habitação e meio ambiente adequado, emprego e renda, informação, lazer e cultura, saneamento, alimentação, segurança, participação social e serviços de saúde (CEDAPS, 2005). Para o CEDAPS, a saúde é concebida como um direito humano fundamental, que deve valer de maneira eqüitativa para todos os cidadãos.

A participação está no eixo dos programas de desenvolvimento local e promoção da saúde, uma vez que esses tentam responder a mudanças decorrentes de um processo de desigualdade sócio-econômicas e suas conseqüências na conformação das estruturas sociais. Esse percurso que parte do global para o local reconhece a importância de ações territoriais como *locus* do desenvolvimento.

O CAMPO DO DESENVOLVIMENTO LOCAL E DA PROMOÇÃO DA SAÚDE: A PARTICIPAÇÃO COMO EIXO NORTEADOR

A palavra desenvolvimento está na essência dos processos de crescimento, avanço, modernização. Porém, quando se fala em programas de desenvolvimento comunitário se pretende associar maneiras de envolver a população na busca por melhoria de suas condições de vida. Uma atenção importante recai sobre este entendimento, uma vez que não se pretende atribuir ao indivíduo a responsabilidade pelos problemas gerados por um sistema econômico perverso e desigual. No entanto, a mobilização e a participação são essenciais para minorar os efeitos deste sistema, ao mesmo tempo em que elucida a compreensão acerca dos direitos sociais.

Este entendimento encontra-se com o conceito de DLIS/PS, uma vez que o presente estudo compreende que a comunidade seja o núcleo central para um processo de desenvolvimento e transformação de suas condições de vida e que o empoderamento de seus moradores no âmbito individual e coletivo é o principal alicerce para este movimento acontecer. A idéia de “sustentável” é atribuída ao conceito de permanência, de durabilidade dos resultados ao longo do tempo, demandando adaptações e/ou mudanças comportamentais na sociedade que visam à adoção de atitudes responsáveis, tendo como conseqüência a durabilidade e com ela sua garantia de continuidade (KRUTMAN, 2004). Esta compreensão se estabelece também na noção de continuidade, na qual a proposta de se consolidar princípios sustentáveis possa acompanhar gerações futuras.

Associado a este conceito de desenvolvimento se insere a promoção da saúde, que pressupõe que a saúde é determinada pelas condições sócio-econômicas e culturais a qual está submetida a população. As estratégias desta nova concepção, como um movimento ideológico e social, foram preconizadas na Carta de Ottawa em 1986 como “*o processo de capacitação na comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e de saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL, 2002).

A relevância deste estudo se dá na medida em que amplifica a voz da comunidade sobre o que pensa acerca deste conceito tão determinante para programas e projetos sociais e que está na estrutura de políticas públicas através do controle social. Entendemos como essencial que sejam apontados os significados e as alternativas de participação utilizadas pela comunidade, no sentido de reconhecer que é necessário dar visibilidade a sua luta e a sua perseverança.

No capítulo 2, a revisão teórica partiu de um breve histórico dos movimentos sociais que marcaram as décadas de 80 e 90, sendo este período o apogeu da participação popular.

Como a comunidade estudada tem uma intervenção realizada por um agente externo, foi feita uma retrospectiva do surgimento das ONGs. Trabalhei com uma referência de Desenvolvimento Local e Promoção da Saúde, considerando sua contextualização na política neoliberal e analisando os pressupostos da promoção da saúde, tendo a saúde na perspectiva dos determinantes que influenciam na qualidade de vida. Por fim, o conceito de empoderamento e reciprocidade foram discutidos, destacando a participação feminina, - central para os resultados da pesquisa e que revela o empoderamento das lideranças femininas - e a expectativa de reciprocidade como motivações fundamentais para esta comunidade.

No capítulo 3, foi apresentada a concepção deste estudo e a descrição dos procedimentos metodológicos que foram utilizados. A história de ocupação da comunidade foi contada pelas entrevistadas apontando questões marcantes ao longo dos seus 44 anos de ocupação e seu status hoje. Nesse percurso, a participação foi utilizada como uma temática transversal enfatizando os fatores que facilitaram e dificultaram o desenvolvimento da comunidade ao longo de sua história e como se estabeleceu este processo em relação à intervenção de um agente externo que atua na comunidade.

No quarto capítulo, estão apresentadas as conclusões desta pesquisa sobre o processo participativo de uma comunidade popular na periferia do Rio de Janeiro que recebe a intervenção de uma ONG, cujo propósito de trabalho se baseia no fortalecimento e na autonomia comunitária, indicando os limites e desafios vivenciados e propondo recomendações decorrentes deste aprendizado.

CAPÍTULO 2

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL COMO IMPERATIVO PARA A SAÚDE E O DESENVOLVIMENTO LOCAL

A participação é aqui compreendida como um processo de sensibilização, mobilização e conhecimento que leva o indivíduo à identificação das necessidades de sua comunidade e que, a busca de soluções contribua com a melhora de suas condições de vida. Tal processo faz com que o indivíduo se reconheça e se fortaleça como sujeito de sua própria história, capaz de pensar e agir com vistas à transformação da realidade a qual pertence, condição essencial para este estudo sobre participação.

Para uma maior compreensão acerca de como os processos participativos aconteceram no Brasil, será feita uma reflexão sobre os movimentos sociais a partir dos anos 70, passando pelo período em que a participação popular atingiu sua maior expressão. As organizações não-governamentais despontam neste contexto dando uma nova orientação a organização dos movimentos de expressão popular.

Neste período, as propostas de desenvolvimento ganharam ênfase, apresentando suas contradições entre o sistema econômico e os movimentos populares. Focalizamos o desenvolvimento no âmbito do local, aqui compreendido como favela ou comunidade popular, conforme exposto no capítulo anterior. Os processos desenvolvimento em geral associados a questão econômica neste estudo estará relacionado a Promoção da Saúde, por esta requerer um olhar através da perspectiva que reconhece e valoriza as ações que envolvem

a qualidade de vida. Assim, para uma melhor contextualização destes conceitos, será feita uma interface destes com as influências provenientes do macro desenvolvimento.

Sendo a participação essencial nestes processos, estará sendo discutida ainda as noções de empoderamento, reciprocidade e presença feminina no âmbito destes processos de mobilização.

A MOBILIZAÇÃO DA SOCIEDADE E O FORTALECIMENTO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS

Os movimentos sociais e seus desdobramentos ocorridos no Brasil a partir dos anos 70 marcaram uma importante etapa no processo de organização da sociedade brasileira. Em pleno apogeu do desenvolvimento econômico definido pela globalização e a política neoliberal, há uma mobilização da sociedade em torno de questões coletivas como a o movimento sindical, luta pela terra, movimentos ativistas pela defesa de direitos, organização dos movimentos de bairros e favelas, entre outros. Partindo de uma mobilização da sociedade, este processo organizativo caminha em direção ao surgimento das organizações não-governamentais que vão assumir papéis diferenciados na relação com o Estado e na defesa dos direitos de cidadania.

A “era da participação”: os movimentos sociais nas décadas de 70, 80 e 90

Em meados dos anos 80, as mudanças ocorridas na conjuntura política a nível nacional e internacional decorrentes da organização dos movimentos sociais, da queda do regime militar no Brasil e em outros países da América Latina, acrescida pelo rápido crescimento da globalização leva ao “desmonte da concepção de comunidade como força política

organizada” (GOHN, 2005). Esta concepção decorria do movimento denominado “desenvolvimento de comunidade”, que teve importante influência nos anos 70 na proposição das políticas de assistência no Brasil através das formas de organização econômica e manifestação popular.

O desenvolvimento, tendo antes o governo como seu principal ator, começa gradativamente a aderir novas alternativas a este processo, uma vez que a crise econômica apresenta uma ameaça a sua estabilidade. As ações sociais, fundamentadas na concepção do Estado de Bem Estar - cujas políticas de proteção social mantinham um caráter paternalista - começam a ser repensadas, dando origem a outras formas de organização da sociedade civil. Com isso, as demandas da população foram aos poucos sendo incorporadas às políticas públicas dando início a um processo de fortalecimento de projetos comunitários.

Este movimento foi de suma importância para a abertura de canais de reivindicação, seja sob a forma de grupos de educação popular ou associações de bairro. A partir deste período o conceito acerca do desenvolvimento social começa a ser repensado pelo governo passando a valorizar e respeitar as tradições e cultura local. Introduz-se o que se chamou de “desenvolvimento integrado”, passando o governo a reconhecer que era necessário um crescimento econômico acompanhado de uma distribuição mais equitativa dos resultados a sociedade.

Alguns atores sociais exerceram um papel preponderante neste processo, já no final dos anos 70, como destacamos os movimentos sociais urbanos, principalmente os vinculados a Igreja Católica através das práticas Teologia da Libertação, cuja influência exerceu um papel de notória importância na organização de vários movimentos, principalmente os relacionados à conquista da propriedade da terra.

Os anos 80 deflagraram um período que podemos chamar de “Era da Participação” (GOHN, 2004). Foi um período fértil na organização da sociedade civil brasileira que esteve

mobilizada para a conquista de bens e serviços coletivos, contribuindo sobremaneira para a redemocratização do país. Ganham projeção e se solidificaram em suas lutas e causas sociais o movimento sindical, o movimento de mulheres, a luta pelo acesso a terra e a moradia, movimentos pelo direito à saúde, associações de moradores de bairros e de favelas e muitos outros movimentos de organização da população permeados por conteúdos democráticos.

A participação social ganha destaque neste período uma vez que o enfrentamento dos desafios através das ações desenvolvidas por sujeitos em coletividade sugere a “ampliação dos espaços democráticos e o direito a ter direito” (VIANA, 2006). Diante da crise de governabilidade das estruturas de poder do Estado em decorrência do regime autoritário que antecedeu a este período, a participação passa a fazer parte da agenda política, uma vez que as propostas de participação se efetivam na ampliação da noção de cidadania e de direitos sociais.

No âmbito das interpretações das ações, uma divisão paradigmática marcou este processo, diferenciando os movimentos por demandas por bens e serviços e outros que se caracterizavam nas lutas pela igualdade e a liberdade, em termos das relações de gênero, raça e sexo (GOHN, 2004). Vários fatores contribuíram com esta fase, principalmente no que se refere a busca pela autonomia, aqui compreendida como autodeterminação, a dicotomia entre o público e o privado e a importância das experiências cotidianas. O poder local também ganha expressão, uma vez que os movimentos políticos remetem a capacitação técnica das lideranças populares para “atuar como co-partícipes das políticas públicas locais” (2004). Este fato remete a um fortalecimento da sociedade civil que cada vez mais se profissionaliza e passa a ganhar um novo formato de organização através do surgimento das organizações não-governamentais (ONGs).

O fortalecimento da sociedade civil e o surgimento das ONGs

Estes movimentos ganham contornos diferenciados nos anos 90. Ainda que os movimentos sociais estivessem na luta política pela conquista de seus direitos, há uma mudança de perspectiva que “privilegia áreas temáticas-problema e não mais os atores sociais organizados em movimento” (GOHN, 2004). As organizações não-governamentais – ONGs² – começam a se organizar e ganhar força política, muitas vezes tendo em suas práticas contradições explícitas no que se refere a deixar de ser suporte técnico em orientações a lideranças populares para ser intermediárias no repasse de recursos do poder público. Também ganha expressão o saber acumulado pelas ONGs na estruturação de projetos, na divisão de tarefas e muitas vezes na dependência criada das organizações populares perante a assessoria de seus técnicos.

Inegável que se qualificaram os movimentos e se profissionalizaram as intervenções. Nos anos 90 há uma mudança neste cenário que, por meio das ONGs passaram a ter estruturas próprias e recursos tecnológicos financiados por outras organizações, programas governamentais ou pela própria comunidade. Buscou-se a eficiência e internalizaram-se procedimentos estabelecidos pela lógica de mercado. É preciso falar de produção, sustentabilidade, produtos – ainda que na economia informal (2004). Questões ideológicas ficam “de lado” em detrimento as demandas por eficiência das ações e êxito dos projetos, pois deles saem o sustento de técnicos semi-qualificados ou com qualificação. Redes de poder social tem surgido, impulsionadas por lideranças dos antigos movimentos sociais e técnicos

^{2 2} O termo ONG é uma categoria construída socialmente que vem sendo usado para designar um conjunto de organizações da sociedade civil que se afirma numa identidade comum e na produção de concepções, práticas e instâncias específicas de legitimidade. Suas raízes estão base do movimento popular, muitas vezes associada ao caráter de uma militância política, diante da busca pela conquista dos direitos de cidadania (Landim, 1998).

das ONGs, que assumem o papel de responsáveis pelo andamento dos projetos. Programas sociais entram em cena, não como direitos coletivos, mas como “serviços sociais” advindos de prestação de serviços. Nesse sentido, retrocede-se a cidadania coletiva para uma cidadania individual (2004).

Contudo, não estamos desqualificando as ações decorrentes desta conformação das estruturas sociais, mas compreendendo que a relação da sociedade civil com o Estado adquiriu um novo contorno. São institucionalizadas e normatizadas: as interações com o poder público têm seus valores redefinidos, não sendo vistos como inimigo, mas como interlocutor ou parceiro. A interação com este segmento é contemplada nas agendas políticas (ainda que segundo interesses de quem ocupa o poder). Se por um lado se tem uma sociedade construída pelas lutas e movimentos sociais, por outro, se tem um sistema produtivo que é seletivo e prioriza os mais qualificados, além de uma conjuntura política de incertezas, medo e descrença em alguns valores, como o da participação (2004).

A participação como pilar essencial ao processo de desenvolvimento

Considerando essa “profissionalização” da sociedade civil, se diferenciam as formas de reivindicação e participação social empreendidas nas décadas anteriores. Essa nova conformação constrói uma visão ampliada na relação Estado-sociedade e a participação social se constrói e reconstrói, conforme destaca Demo “*é um processo infindável, em constante vir-a-ser, sempre se fazendo. Assim, participação é em essência autopromoção e existe enquanto conquista processual*” (1988, p.18). A concepção de participação expressa através da construção cotidiana reflete uma ação que interage e integra, independente do grupo social, das formas e das finalidades (DALARI, 1983).

A participação é aqui compreendida como um processo em constante aprendizado, que reconhece no indivíduo e/ou na coletividade sua potencialidade colaborativa, que pressupõe sua autonomia e sua capacidade propositiva capaz de nortear intervenções a nível local e gerar novos valores. Nas palavras de Glória Gohn, participação se define como “*um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo do movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo sua consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva*” (2005, p.30).

Este movimento se define com o surgimento de atores sociais que adquiriram uma identidade democrática e passaram a buscar uma institucionalidade fundamentada nos princípios da democracia através de pressões junto ao Estado e do sistema político (AVRITZER *apud* JACOBI, 2000). Estes movimentos populares foram de suma importância durante o período em que a organização política brasileira esteve orientada por um regime ditatorial. Este regime interferiu decisivamente na construção da noção de direito, deflagrando um processo de descentralização nas relações de poder do Estado, impactando decisivamente a noção de cidadania. Nesse sentido, a participação pode assumir dois papéis: uma que estreita as relações entre Estado e sociedade e o outro que busca seu fortalecimento e a autonomia de seu desenvolvimento (JACOBI, 2002).

Esta concepção teve importante influência no Brasil nos anos 80 através das formas de organização econômica e manifestação popular. O desenvolvimento, que tinha o Estado como o principal gerador e mantenedor das ações sociais, começa gradativamente a tomar uma nova configuração em decorrência da globalização, uma vez que esta fomenta também uma nova estrutura econômica, que tende a ameaçar a estabilidade dos governos (2002).

A questão da cidadania ganha expressão e torna-se um fator preponderante nas relações entre Estado e sociedade civil, tornando-se um instrumento da democracia. Este processo impulsiona mudanças na dinâmica da participação, principalmente ao nível local

(JACOBI, 2002). Neste período em que ganham projeção os movimentos populares, as comunidades são impulsionadas a se organizarem através das associações de bairro e as associações de moradores que pretendiam lutar pela conquista de direitos básicos de cidadania. Este movimento também se inicia nas comunidades de baixa renda, através da busca por melhores condições de vida frente à insuficiência e/ou ausência de políticas públicas e oferta de serviços essenciais, tais como saúde, educação e infra-estrutura urbana.

Pode-se dizer então, que o surgimento de novos atores sociais foi fundamental para que estruturas democráticas surgissem, subsidiando aprendizados no âmbito social, político e cultural, impulsionando e fortalecendo os movimentos para que assumissem posturas reivindicatórias diante de suas fragilidades e carências. Segundo Jacobi, o processo de ampliação da cidadania se faz através do “*reconhecimento e a construção das identidades dos distintos sujeitos sociais envolvidos*”. Deste processo decorre a articulação entre os requisitos de “*governabilidade, representação, participação e controle pelos cidadãos da gestão governamental, como dimensões não suficientes, mas necessárias para garantir a construção democrática*” (2000).

No entanto, uma vez a idéia de participação baseada na institucionalização das relações Estado/sociedade civil traz um outro aspecto positivo: se, por um lado, essa participação legitima a política do Estado, por outro, abre um canal para que a população dispute o controle e a destinação da verba pública e que esteja presente em vários níveis da administração pública (VALLA *apud* MENDES, 2001).

Nos anos 90 esse processo sofre um aprofundamento a cerca das dimensões da participação e das possibilidades de ampliação da cidadania. Este período é notadamente importante para o desenvolvimento da sociedade civil, fortalecendo o tecido social, as práticas associativas, a solidariedade e os princípios éticos e políticos da democracia. O processo de mobilização social consolida-se então, quando os movimentos sociais urbanos

são definidos, segundo Castells (1980) como um sistema de práticas sociais contraditórias que colocam em questão a ordem estabelecida a partir de contradições específicas da problemática urbana.

As ações locais tornam-se cada vez mais a mola propulsora para o enfrentamento das desigualdades provocadas pelo sistema econômico neoliberal. Em programas de Desenvolvimento Local e Promoção da Saúde (DLIS/PS), a participação está na essência do processo e se constitui como força motriz para o enfrentamento das questões decorrentes deste sistema. No contexto das comunidades populares a importância da participação para o fortalecimento da voz de um povo que “*não tem voz*”, torna-se fator primordial para que se façam ouvir, enquanto indivíduos-cidadãos de direitos sociais. Nesse sentido, as palavras de Paulo Freire nos levam a refletir que a primeira observação a ser feita sobre a questão da participação das comunidades, é o “*exercício de voz, de ter voz, de ingerir, de decidir em certos níveis de poder, enquanto direito de cidadania*” (2201, p.73). Assim, para que se faça de fato este exercício é necessário que os indivíduos adquiram autonomia e poder sobre si mesmo.

A tomada de consciência e a criação de estratégias para enfrentamento dos problemas identificados impulsionam a participação. Assim, muitas vezes a solução de determinado problema é o ponto de partida para deflagrar a capacidade de pessoas com habilidade para um pensar/agir mais coletivo em relação a questões sociais mais amplas. Emitir opiniões em defesa do que se acredita, seja através de contatos individuais, em grupos e/ou fóruns de discussão – independente de concordância ou discordância é fator essencial ao processo de participação social, pois é através desta que apresentamos nosso entendimento, nossa capacidade de (re)conhecer nossos limites e possibilidades de ação/intervenção.

Podemos identificar soluções através da interação com outras pessoas em torno de objetivos comuns, reunidas ou não em forma de grupo. Deve ainda ser entendida e vivida

como um processo que se desdobra em mudanças de atitudes e do reconhecimento por parte do público diretamente envolvido. Assim, a operacionalização do conceito de participação dar-se-á tanto em termos individuais como grupal.

Compreender os processos de participação social em contextos marcados pela pobreza nos remete a buscar quais são os aspectos que contribuem para a realização de programas de DLIS/PS (CEDAPS, 2002). Assim sendo, pressuponho que programas desta natureza se estabelecem a partir do fortalecimento de seus atores, com o crescimento de sua análise crítica acerca da realidade que o cerca, com maior autonomia sobre seus desejos e necessidades. Portanto, é necessário ampliar o olhar e para que se possa compreender o desenvolvimento para além do contexto onde este estudo se insere.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL E SEUS DETERMINANTES

A promoção do desenvolvimento através de unidades sócio-territoriais pretende reduzir as necessidades do local, tomando como ponto de partida o estímulo as suas potencialidades através da implementação de propostas participativas e o estabelecimento de parcerias. No entanto, este processo de desenvolvimento não se estabelece de forma isolada, uma vez que há interface entre o micro e macro, aqui estabelecidas na relação entre a comunidade e a cidade.

Os reflexos do processo do macro desenvolvimento: o local como estratégia

Até a última década do século XX esteve em pauta para a estratégia de desenvolvimento os processos de industrialização, o crescimento urbano e a concentração de

renda através das atividades econômicas fixadas em conglomerados empresariais. As interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática nos sistemas de produção e nas transações financeiras, a disseminação de informações e imagens através dos meios de comunicação social, o crescimento da robótica, as deslocamentos em massa das pessoas (SOUSA SANTOS, 2002, p.25). A este fenômeno, muitos nomes são atribuídos: globalização (Featherstone, 1990; Giddens, 1990; Albrow e King, 1990), cultura global (Appadurai, 1990,1997; Robertson, 1992), processo global (Friedman, 1994), culturas da globalização (Jameson e Miyoshi, 1998), etc (in SOUSA SANTOS, 2003) e ganham dimensões macro econômicas, políticas, culturais e comunicacionais (CANCLINI, 2003). As conseqüências desse processo se refletem hoje remetendo ao agravamento de problemas sociais como as desigualdades sociais, a fome, o desemprego, decorrentes dos conflitos étnicos, das guerras civis, da degradação ambiental, entre outros.

A globalização cultural é também um expoente neste cenário, uma vez que o desenvolvimento e a velocidade dos meios de comunicação social rompem com a modernização para entrar na era da pós-modernização (antes e depois do mundo pós-eletrônico-informacional). No entanto, se discute se a globalização acarreta homogeneização ou produz homogeneização com diversidade. Porém, mesmo com as múltiplas possibilidades de circulação através dos novos recursos tecnológicos e conseqüente convergência e hibridação entre diferentes culturas, para muitos autores estes processos estão longe de se tornarem uma cultura global, uma vez que cultura é compreendida como um conjunto de significados, de planos, de regras, todos tecidos em uma rede (GEERTZ, 1973).

Embora pareça distante quando faço uma leitura deste movimento global, a interferência que este exerce sobre o local³ está entremeada em todas as suas estruturas

³ Aqui compreendido como o *locus* para o exercício de novas práticas, a articulação de redes e parcerias e a gestão de soluções inovadoras para os problemas da sociedade contemporânea (ALBAGLI, 1998 *apud* KRUTMAN, 2004).

sociais, políticas, econômicas e culturais. Seus efeitos em cadeia repercutem em todas as formas de organização da sociedade, em virtude de que a produção da riqueza e da pobreza está no cerne dos processos de desenvolvimento e assim ocorre no “microcosmo” do planeta, que aqui chamamos de comunidades ou favelas. É o extremo da desigualdade e da injustiça. O contexto onde este estudo acontece é um retrato vivo deste sistema que se reflete no olhar de seus moradores, na falta de perspectiva resultante de um perverso sistema excludente e nas péssimas condições de vida na qual estão submetidos.

O resultado deste processo sentido e vivido pela população mundial está atrelado as leis de mercado, estabelecidas pelos organismos multilaterais. O FMI e o Banco Mundial são parte do sistema das Nações Unidas, e buscam ajudar os países a reduzir a pobreza e a promover o desenvolvimento social e econômico (BANCO MUNDIAL, 2006), porém determinam as regras de como o onde o país podem aplicar os recursos financeiros disponibilizados.

Para enfrentamento dos problemas decorrentes deste processo as recomendações do FMI e Banco Mundial caminham no sentido de que as pessoas devem ser “criativas” e “se virar” (VALLA, 2005) buscando soluções para os problemas decorrentes da lógica do individualismo e do lucro que prejudica os mais fracos e vulneráveis (2005). Sob este ponto de vista é necessário que seja feita uma reflexão sobre qual o papel do profissional que atua em programas sociais e para quem está a serviço, cabendo considerar que estamos inseridos num sistema capitalista e que o fortalecimento individual atua diretamente sobre o comportamento do coletivo.

A cidade como *lócus* do desenvolvimento. A comunidade/favela onde este estudo se insere como um território marcado pela pobreza e cujos limites estabelecidos na organização da comunidade a fazem refém de si mesma como *lócus* do subdesenvolvimento.

O diálogo entre estes espaços se explica diante dos problemas já apresentados, que remete a estratificação da sociedade, criando níveis de acesso diferenciados. O aumento do desemprego nos países periféricos, como no caso do Brasil, faz com que parcelas das populações historicamente, econômica e socialmente marginalizadas, criem um contingente de trabalhadores empobrecidos em situação de vulnerabilidade social (VALLA, 2005).

A comunidade de Vila Consolação está situada no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro, no Brasil, na América do Sul, no mundo. Este efeito em cadeia é dialético e faz com que cada um desses grupamentos exerça um papel preponderante sobre o outro. A lógica estabelecida na organização da sociedade é de co-dependência entre as partes o que faz com que cada uma delas tenha sua importância, seu valor e suas necessidades. Pensando na organização sócio-espacial da comunidade alvo deste estudo, vemos o quanto há de consequência deste sistema em suas relações com o que vai “além de seus muros”, demonstrando na sua organização espacial, sua infra-estrutura e seus recursos o “confinamento” à qual está submetida.

A participação desponta neste histórico como uma alternativa capaz de ampliar olhares, mobilizar recursos e fortalecer desejos. Desta forma, compreender esta relação entre o macro e micro é fator essencial para que a comunidade busque estratégias de desenvolvimento que lhe confira melhoria nas suas condições de vida.

Ainda que saibamos que a estratificação social que coloca uns sob a dependência de outros é resultante de um modelo econômico transnacional, não se pode perder de vista que mudar esta realidade não compete a desejos individuais, mas faz parte de uma engrenagem cuja lógica é manter a ordem da estrutura social vigente (SOUZA SANTOS, 2003). Nesse sentido, por vezes podemos avaliar como a relação de reprodução do modelo econômico quando trazemos para o plano local a busca de alternativas para solução de problemas gerados por este sistema (2003). “Responsabilizar” o indivíduo pela busca de soluções, pela criação de

estratégias para “melhor (sobre)vivência” entre tamanha desigualdade, é, de fato, de difícil compreensão, mas romper com esta lógica só a faz refém de si mesma. O importante é ampliar canais de diálogo para que o alcance esteja na utopia.

O panorama de vulnerabilidades sociais diversas se faz diante da necessidade de enfrentamento das condições de subsistência, dos baixos níveis de saúde e educação, do desemprego, da violência. A ruptura entre o “asfalto” e a favela é reflexo de uma situação em que a força opressora, injusta e desigual criou. Populações “marginais” por estarem, de fato, à margem de um sistema que as fazem excluídas de seus direitos enquanto cidadãos, mas que também as fazem solidárias na sua luta pela sobrevivência e pela melhor qualidade de vida.

A FAVELIZAÇÃO DO RIO DE JANEIRO – UM POUCO DA HISTÓRIA DE OCUPAÇÃO

A história brasileira aponta que estes fatores foram consolidados ao longo de seu processo de ocupação e crescimento das favelas. As regiões de morro e periferia das grandes cidades brasileiras ocupadas pela população pobre sempre estiveram presentes em todo o processo de desenvolvimento econômico e social do país. Esse fenômeno foi iniciado já no período colonial com o surgimento dos cortiços. No século XIX, após a abolição da escravidão, a população negra deixa a miséria das senzalas para ocupar os morros e manter-se na posição de excluídos, uma vez que a falta de empregos e políticas direcionadas para esta população eram inexistentes (SILVA e BARBOSA, 2005).

O século XX, marcado pelas políticas de desenvolvimento que conduziram à verticalização da exclusão e das desigualdades sociais, levou a população mais pobre à ocupação desordenada dos centros urbanos. A ocupação de morros e encostas para fixação de

moradia levou muitas pessoas a subirem os morros da cidade. A crise habitacional e a necessidade premente por emprego fizeram com que a população pobre fosse ocupando gradativamente, como locais de moradia, regiões da cidade que os manteriam *perto* dos recursos da cidade, ao mesmo tempo em que *longe* dos órgãos públicos reguladores.

Pela sua capacidade de sobreviver em condições adversas, a planta de nome *Favela* serviu de inspiração para a denominação dessas ocupações territoriais, cuja semelhança se estabelecia na resistência a todas as intempéries a quais estavam submetidos (CEDAPS, 2005). Foi no primeiro local denominado “Morro da Favella” que o termo se popularizou e a passou a estar associado a conglomerados urbanos vinculados a imagem do “perigo” e da “desordem” (SILVA e BARBOSA, 2005). E cresceram, cresceram muito. Onde eram 10, 100, onde são mais de 700 favelas a ocuparem as áreas mais diversas da cidade, com mais de um milhão de habitantes no Rio de Janeiro. O caráter “provisório” em decorrência das suas condições habitacionais estruturadas em madeira e estuque hoje dá lugar a casas de alvenaria, muitas vezes com 02 ou 03 pavimentos.

O processo de sedimentação destas ocupações teve um custo elevado em meados do século XX. Acreditava-se que bastaria remover a população favelada para as regiões periféricas da cidade que o problema estaria solucionado. No Rio de Janeiro, Pereira Passos lançou a idéia do que futuramente seria conhecido como “política de remoção de favelas”, ao querer “embelezar a cidade”, limpando de sua vista as habitações insalubres que ocupavam os morros do centro antigo, sem, entretanto, reabrigar a população retirada. Na década de 40, durante o governo Vargas, teve início o processo onde eram construídas habitações populares de baixo custo para, desta forma, haver uma incorporação à sociedade. Mas foi no governo de Carlos Lacerda, nos anos 60, que a construção de parques proletários e conjuntos habitacionais tornaram-se uma política sistemática (ZALUAR, 1994). No entanto, esta não foi a solução para o problema da “favela”, pois a política de remoção não era acompanhada

de um planejamento mais amplo, onde a empregabilidade, os transportes e os direitos sociais nestas áreas pudessem sustentar a permanência da população.

No Rio de Janeiro, os anos 80 foram marcados pela ocupação dos morros em todas as partes da cidade. As políticas de remoção foram gradativamente sendo substituídas por intervenções públicas orientadas para a urbanização, buscando minimizar os efeitos decorrentes da dicotomia entre a “favela” e o “asfalto”. Estas intervenções políticas, no entanto, não foram suficientes para romper com o estigma que permeia estas regiões da cidade, cuja identidade de seus moradores está associada à pobreza – marginalidade – exclusão. As áreas ocupadas pela construção de conjuntos habitacionais populares por parte do poder público não ficaram distantes desta rotulação, o que levou os bairros periféricos serem, até então, territórios marcados pela supressão de direitos de cidadania, onde “o estigma e a discriminação aumentam na estruturação das relações sociais que demarcam as fronteiras entre as camadas populares e as elites, acirradas pela desigualdade econômica e as crescentes iniquidades sociais” (EDMUNDO, *in* CEDAPS, 2005).

Neste estudo, comunidade assume o significado de um espaço territorial demarcado pela pobreza. Porém, para que possa ser compreendido com este sentido, é importante conhecermos a gênese deste termo ao longo do seu processo histórico, o que nos possibilita ampliar o entendimento acerca do desenho que este termo ganhou a partir da articulação com a sociedade maior.

Tönnies foi um dos percussores na conceituação deste termo, procurando distinguir comunidade de sociedade. Para ele, comunidade é uma forma de associação onde a participação de seus membros se estabelece através de relações primárias como a amizade e os sentimentos – está na linha do ser. Na sociedade o que se estabelece é uma associação pautada no que os membros possuem, ou seja, está na linha do haver. Assim, a participação

na comunidade se dá não pelo que se tem, mas pelo que se é (GUARESCHI, *in* CAMPOS,1996).

Na visão marxista este termo assume características diferentes. Comunidade para ele é uma forma de viver em sociedade “onde todos são chamados pelo nome”. A esta característica, destaca que ser reconhecido e chamado pelo próprio nome mantém sua identidade e singularidade, podendo expressar seus interesses e opiniões através da participação (GUARESCHI, *in* CAMPOS, 1996).

Comunidade é entendida também como localidade onde se estabelece uma complexa rede de relações pessoais, de parentesco, de vizinhança, de grupos informais e pequenas organizações (SOUZA, *in* VELHO, 1996, p.147). Pode-se compreender ainda, como uma diversidade de agrupamentos urbanos. Nesse sentido, é associada à idéia de poder local, que segundo Gohn é:

um espaço de relação da sociedade civil com a sociedade política num determinado território⁴, categoria que vem se impondo no lugar de comunidade porque ela incorpora a dimensão do espaço/lugar aliada aos processos de relações sociais (GOHN, 2005).

Todas essas definições exprimem, em alguma medida, o sentido no qual o termo é utilizado. Porém, no discurso popular, comunidade hoje se qualifica como um espaço territorial delimitado, cuja ocupação se dá predominantemente pela classe popular cujos recursos sociais e econômicos, em geral, não correspondem as necessidades fundamentais. Assim, privilegiaremos o uso desta terminologia em função da qualificação que hoje lhe é atribuída e por respeitar a forma como os moradores se expressam para falar do local onde vivem. No entanto, este fato não nos faz deixar de reconhecer que enquanto o termo ganha generalização no seu uso, o sentido de abandono muitas vezes acompanha seus moradores que se empenham em uma luta cotidiana para serem respeitados enquanto cidadãos.

⁴ Território visto não como uma categoria geográfica espacial, estática, como num mapa cartorial (...) mas é o suporte de práticas identitárias; ele está na base dos conflitos e também na construção de consensos (GOHN, 2005).

Diante da necessidade de reversão da imagem pejorativa que acompanha tais contextos e sua relação com a necessidade de superação das dificuldades dela decorrentes, programas de desenvolvimento local estão sendo implantados e impulsionados como forma de incentivar a participação da população na busca de solução para problemas locais e na participação da luta política. Para desenvolver a comunidade estratégias diferenciadas são utilizadas, ora como resultante da mobilização comunitária, ora proposta por agentes externos, sejam eles de origem governamental ou não governamental.

Retomando o raciocínio no caminho global para local, Ribeiro e Santos Jr. (1997:17) afirmam que a globalização e a reestruturação fazem surgir o fenômeno da exclusão social, traduzida na perda da renda, do trabalho estável e formal e na *“ruptura dos laços sociais e bloqueio do acesso ao sistema de habilitação que promove a integração social”*. Em seguida, apontam como consequência, a necessidade de se repensar o modelo da política urbana, *“uma vez que o segmento excluído somente será integrado por ações focalizadas e descentralizadas, orientadas tanto por objetivos redistributivos como pela instauração de uma economia fundada em relações de solidariedade”*.

Assim, este estudo estará considerando o local como um determinado território onde se concentram as forças e as energias da comunidade, consolidando que é neste local – comunidade que ocorrem as experiências, as ações solidárias o surgimento de forças emancipatórias com sua capacidade de mudança e possibilidade de transformação social. Na conjuntura onde se insere ganha contornos diferenciados e proposições moldadas de acordo com suas necessidades e interesses que vão desde a representação de uma unidade mínima para a organização de um povo, dotada de força política que demandavam bens e serviços urbanos até o seu significado que hoje luta pela igualdade de direitos e pelo acesso aos bens e serviços públicos.

A comunidade popular de periferia: a pobreza globalizada e a pobreza localizada

A palavra pobreza significa “uma situação na qual uma pessoa não tem condições de viver dentro dos padrões socialmente estabelecidos em certo momento histórico”. Nessas palavras Stotz (2005) procura dar um sentido ao que simplesmente significa “estar no estado de pobre” de acordo com o dicionário da língua portuguesa.

No entanto, faz-se necessário conhecer que estado é este “socialmente estabelecido” e por quem é estabelecido. Proferimos novamente as palavras de Stotz quando destaca que a linha da pobreza estabelecida pelo Banco Mundial é de menos de U\$ 2 por dia por pessoa. No caso brasileiro de acordo com o Banco do Brasil os pobres representariam 32% da população, ou seja, 54 milhões (2005). Este é um raciocínio econômico, mas pode ganhar um contorno diferente, quando interpretado como “a pobreza não é um problema dos pobres e sim da sociedade que produz a pobreza como um componente orgânico de suas vitórias e fracassos” (CARVALHO, *apud* STOTZ, 2005).

A distância entre pobres e ricos, sejam estas pessoas, cidades ou países é resultante de uma cultura de poder hegemônico exercido de cima para baixo, espelhado na imposição de um sistema econômico único e vertical – o neoliberalismo. Considerado como resultado de um fenômeno multifacetado com dimensões sociais, econômicas, culturais, religiosas e jurídicas interligadas de modo complexo (SOUSA SANTOS, 2003), as conseqüências dessa reorganização mundial geram, amplia e agrava o empobrecimento de grande parte da população mundial, tendo como conseqüência uma “*pobreza globalizada*” (2003, p.35).

A desigualdade social produzida pelo sistema político-econômica e cultural leva a uma estratificação da sociedade cada vez maior, distanciando ricos e pobres em proporções cada vez mais verticalizadas. A conseqüência deste processo faz acentuar sobremaneira a falta de acesso decorrente da baixa escolaridade, da falta de qualificação profissional e que cada vez

mais, elevam os níveis de desemprego e comprometem todas as variáveis que interferem diretamente na qualidade de vida da população. Estes fatores levam a um crescimento acelerado de “*comunidades pobres*”, “*regiões-problema*”, “*territórios de privação*” (WACQUANT, 2001), que na maioria das vezes têm um perfil comum, ou seja, uma grande massa de trabalhadores desqualificados ou pouco qualificados em meio a uma mistura de pequenos grupos que se estabelecem detendo um controle efetivo sobre a vida comunitária.

Esses espaços, por vezes denominados comunidades ou favelas, têm como resultado a exclusão social, cujo processo sócioterritorial pode ser chamado de “*guetificação das favelas*” (WACQUANT, 2001). Ainda nas palavras desse autor, “*os fatores externos têm remodelado o território social e simbólico dentro do qual os residentes do gueto se auto-(re)definem e (re)definem a coletividade que o formam*” (2001, p.49). Desta forma, um gueto não representa um terreno fértil aos sentimentos comunitários, mas sim uma conformação de ações e atitudes geradoras de desintegração social, de atomização e de anomia (BAUMAN, 2001). Esta afirmação nos remete a questionar se a segregação de grupos sociais, cuja inserção na sociedade é definida por sua capacidade produtiva e pelo consumo, não faz de espaços denominados comunidades populares ou favelas um gueto pela sua condição de exclusão resultante da estratificação social e da dominação de uma economia neoliberal que determina as relações de poder e dominação.

Todos os fatores acima apresentados são potencializados quando se trata da periferia de um grande centro urbano. A comunidade popular, a favela, ou qualquer outro nome que lhe seja designado, expressa o longo caminho que se tem a percorrer pela conquista dos direitos de cidadania de seus moradores. Por estar situada em uma área histórica, política e geograficamente “*menos importante*” e “*menos visível*” à cidade, suas condições de vida e de trabalho são igualmente tratadas de forma “*menos importante*”. A comunidade a que este estudo se refere insere-se neste contexto e (sobre)vive com todas as formas de privação a qual

estão submetidos os seus moradores. Nesse sentido, a compreensão de pobreza implica a própria concepção de cidadania e de direitos sociais.

O que fazer diante destes espaços de “privação e dominação” recai sobre as ações individuais e suas capacidades organizativas. O indivíduo é “cobrado” a participar, reivindicar, estar em sintonia com uma lógica que de certa forma o expulsa do sistema. A ele recai a dependência das políticas compensatórias, uma vez que o reconhecimento de direitos sociais leva o Estado a atuar na promoção de direitos sociais, mas não garante condições concretas de que elas sejam, de fato, direitos de todos.

O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A PROMOÇÃO DA SAÚDE: UM NOVO PARADIGMA DE DESENVOLVIMENTO

O campo de atuação denominado DLIS/PS (Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável com foco na Promoção da Saúde) resulta da convergência entre a multiplicidade de saberes e a intersectorialidade de ações, cuja consequência visa um projeto de desenvolvimento humano construído a partir das alianças entre os atores envolvidos e as forças sociais existentes (BODSTEIN e ZANCAN, 2002).

A relação entre estes dois campos do conhecimento parte do princípio de que ao se indagar sobre o que é saúde e como se promove melhores condições de saúde faz-se necessário perpassar por questões que se referem aos seus determinantes, no nível individual e coletivo, ou seja, que estão intrinsecamente relacionados com as suas condições de vida efetivadas no nível local (BUSS, 2002).

Com base nesta premissa, a Escola Nacional de Saúde Pública num esforço de contribuir com a construção desta área do conhecimento, reuniu várias experiências comunitárias em um projeto denominado “*Promoção de Saúde em Ação*”. Deste projeto

resultou a aplicação de conceitos e práticas que derivou uma estratégia considerada “*uma abordagem radical da promoção da saúde*”(BUSS e FERREIRA, 2000). Esta fundamentalmente se pautava nas cinco estratégias preconizadas pela Carta de Ottawa (construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde, desenvolvimento de habilidades, reforço da ação comunitária e a reorientação dos serviços de “*saúde*”, se caracterizam pelo interesse e preocupação explícitos por parte de todas as áreas das políticas públicas em relação à Saúde e à equidade e pelos compromissos com o impacto de tais políticas sobre a saúde da população”e a atuação simultânea nos principais determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e comportamentais da saúde. Do avanço deste projeto resultou na promoção da saúde atuando sobre seus determinantes através do desenvolvimento local integrado e sustentável – DLIS (BUSS, 2002).

O DLIS é uma metodologia participativa que propõe uma ação integrada entre Estado, população e sociedade civil organizada a nível local, buscando fomentar a realização de projetos baseados em valores ideológicos, éticos, econômicos e culturais. Esses projetos tendem a contribuir de forma sustentável com a qualidade de vida de um território determinado, na medida em que são realizados diagnósticos da situação de cada localidade, são identificadas as potencialidades locais e são confeccionados planos integrados de desenvolvimento. Por território compreende-se o sentido de “*pertencer àquilo que nos pertence*” (SOUSA SANTOS, p.19), ou seja, a idéia de territorialidade pressupõe a idéia de vivência, de preocupação com o destino e com a construção do futuro. É visto como unidade e diversidade (SANTOS e SILVEIRA, 2002).

Como se estabelece através de um processo participativo que se propõe a enfrentar e resolver questões sociais e econômicas num território determinado, o DLIS se pauta na construção de parcerias, transformando as estruturas e visando a melhoria sustentável da qualidade de vida de uma comunidade. Sua estratégia compreende o meio ambiente como um

ativo do desenvolvimento e propõe-se a não só desenvolver os aspectos produtivos, mas também potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem estar da sociedade (CEDAPS, 2003). O espaço local é o lócus privilegiado de formação do cidadão. A efetiva participação, entendida como o processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar por elas elevam o ator à condição de agente de mudança, e a comunidade organizada à condição de protagonista do processo de gestão social.

O diálogo e convergência de diferentes saberes do DLIS/PS é hoje uma tendência mundial e no campo da Saúde Pública representando um novo paradigma, pois reúne diversos setores do conhecimento e da intervenção social em ações compartilhadas e aplicadas a territórios específicos, buscando a interação entre governo, cidadãos e sociedade civil (BECKER, 2003). Seus pressupostos baseiam-se no deslocamento da intervenção social em direção aos determinantes sociais, econômicos, políticos e comportamentais da saúde (BUSS e FERREIRA, 2002), compreendendo que a Promoção da Saúde vai além da assistência à saúde, mas que deve figurar na agenda política de todos os setores e níveis governamentais. Para tal, a participação da população/comunidade se insere entre seus principais eixos, uma vez que visa transformar algo, revendo as ações não apenas na lógica da saúde, mas junto com os diferentes setores da sociedade visando contribuir com a (re)construção das políticas públicas que vão em direção à melhoria da qualidade de vida.

No âmbito da saúde o processo democrático tem sido ampliado em decorrência dos aspectos relativos à gestão participativa, o que nos remete ao exemplo da reforma sanitária brasileira que contempla a participação social como um fator preponderante. A participação da população está na essência da política nacional de saúde, proposta pelo Ministério da Saúde, uma vez que o desenho do Sistema Único de Saúde brasileiro estabelece os conselhos de saúde como espaços para a participação da sociedade civil como e na gestão e proposição de políticas públicas (BRASIL/MS, 2003). A exigência de constituição dos conselhos

municipais de saúde em âmbito do Sistema Único de Saúde tem demonstrado ser um importante instrumento de *empoderamento* da comunidade no que se refere a organização dos serviços de saúde.

Outro eixo fundamental na compreensão acerca da Promoção da Saúde é a reconhecimento e valorização da intersetorialidade que congrega a articulação de saberes e experiências, colocando em conjunto com a participação social, uma nova forma de gestão pública onde ocorre a corresponsabilização dos diversos segmentos que compõem a sociedade – governamental, do mercado e da sociedade civil (ZANCAN, 2002), o que contribui para sua transposição a outras iniciativas como a educação para a cidadania e o envolvimento na tomada de decisões em projetos e/ou iniciativas sociais.

Esta convergência de conceitos que envolvem este campo do conhecimento propõe a reflexão de que é necessário interferir no ambiente em que as pessoas vivem para se promover saúde/qualidade de vida. Nesse sentido é que a convergência do DLIS com a Promoção da Saúde se consolida, pois sua atuação conjunta aponta para o desenvolvimento comunitário, como conseqüência da participação social e do fortalecimento da população para buscar soluções para os seus problemas e da compreensão de que o desenvolvimento verdadeiro não é trazido de fora, mas construído a partir do local.

Nesse sentido, o tema participação no âmbito da promoção da saúde ganha força, pois pressupõe um processo pelo qual instituições, grupos comunitários ou indivíduos de um determinado território intervêm para identificar problemas e propor ações de mudança no contexto o qual se insere. Por se estabelecer em um território definido, o “*pensar globalmente, agir localmente*” se faz na prática, com a participação dos atores sociais envolvidos na comunidade. Nesse sentido, a participação comunitária está no cerne dos programas de DLIS, uma vez que esta implica no fortalecimento de uma cidadania ativa, que valoriza os conhecimentos próprios de cada localidade. A perspectiva de desenvolvimento

traz a intenção de integrá-las ao sistema dominante, uma vez que são vistas como excluídas deste. Assim há possibilidade de construção de novas alternativas ao desenvolvimento, uma vez que busca respeitar seus conhecimentos, seus valores e suas diferenças.

Essa compreensão sobre a participação nos programas de desenvolvimento se encontra também na base de outros conceitos que caminham em direção a melhoria da qualidade de vida. Nesse sentido, se apresenta também a promoção da saúde, uma vez que propõe uma atuação sobre os determinantes que venham a influir nas condições de vida da população.

A Promoção da Saúde, suas ações e articulações

A Promoção da Saúde aparece como um *novo* conceito nos últimos 20 anos, quando três conferências internacionais realizadas em Ottawa (Canadá, 1986), Adelaide (Austrália, 1988) e Saundsväl (Suécia, 1991), estabelecem suas bases conceituais e políticas. Este conceito surge como um movimento de reação a medicalização da saúde na sociedade e no interior do sistema de saúde (BUSS *apud* CZERESNIA, 2004), sendo considerada um instrumental conceitual, político e metodológico em torno do processo saúde-doença, preconizando uma atuação sobre os determinantes gerais do bem estar e da qualidade de vida (BUSS, 1998). Este movimento ideológico e social, foi preconizado na Carta de Ottawa como “*o processo de capacitação na comunidade para atuar na melhoria da sua qualidade de vida e de saúde, incluindo uma maior participação no controle deste processo*” (MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL, 2002:19). A Carta assume ainda, que a equidade deve ser um dos focos da promoção da saúde por buscar reduzir as diferenças no estado de saúde da população e no acesso a recursos diversos para uma vida mais saudável.

Inicialmente concentrado no Canadá, Estados Unidos e países da Europa Ocidental, foi ampliando seus horizontes e sendo elaborado por diferentes atores técnicos e sociais em

outros países, inclusive no Brasil. Este novo paradigma passa a ser resultado de ações intersetoriais, agindo nos determinantes da saúde, uma vez que esta é produzida socialmente. Assim, a Promoção da Saúde relaciona-se a um conjunto de valores (vida, saúde, solidariedade, equidade, democracia, cidadania, participação, justiça social, parceria, revalorização ética da vida) que atuam em busca de um desenvolvimento social mais equitativo (MENDES, 2000). Na Carta de Ottawa, são estabelecidas ainda cinco estratégias de ação para a Promoção da Saúde: elaboração e implementação de políticas públicas saudáveis; criação de ambientes favoráveis a saúde, reforço da ação comunitária; desenvolvimento de habilidades pessoais; reorientação do sistema de saúde. Gutierrez (1997) destaca ainda que, este conjunto de atividades, processos e recursos orientados para melhoria das condições de bem-estar favoreçam à população maior controle sobre sua saúde e condições de vida, a nível individual e coletivo.

Além da Conferência de Ottawa, as demais conferências que se sucederam foram importantes para o estabelecimento da visão global e responsabilidade internacionalista da promoção da saúde. A Declaração de Adelaide, tratou como tema central as políticas públicas saudáveis; a Declaração de Sundsväl, a criação de ambientes favoráveis a saúde; e a Declaração de Jakarta, o reforço da ação comunitária.

Com toda a abrangência que o conceito adquiriu bem como seu alcance internacional na construção de diretrizes para a promoção da saúde, há que se considerar que este entendimento não faz parte de um pensamento hegemônico. Este *novo* olhar para Promoção da Saúde construído ao longo dos últimos 20 anos foi resgatado através de um discurso do pensamento médico social do século XIX, segundo alguns autores como Virchow, Chadwick entre outros, que afirmam ter havido neste período uma relação entre saúde e condições de vida (CZERESNIA, 2004). Duas concepções distintas de promoção da saúde também antecedem este movimento, não tão remota quanto a do século XIX. Em 1946, Sigerist

apresentou uma concepção baseada na mudança política dos “fatores gerais” de determinação da saúde e em de 1974, Lalonde apresentou outra proposta orientada para mudanças comportamentais e de estilos de vida não saudáveis. Ambas as concepções foram incorporadas pela Organização Mundial de Saúde (STOTZ e ARAÚJO, 2004).

Alguns autores fazem uma reflexão acerca do período histórico no qual este contexto se estabeleceu. Nas duas últimas décadas do século XX instaurou-se a crise do Estado de Bem Estar Social (STOTZ e ARAÚJO, 2004), conferindo ao estado neoliberal as funções reguladoras da sociedade, a qual Bourdieu (*in* STOTZ e ARAÚJO, 2004) denomina “demissão do Estado” quanto a proteção social. Deste processo decorre novas formas de organização e de ação social, que, baseadas na participação do cidadão assumem funções do Estado, antes desempenhadas como provedor da sociedade de bens e serviços para a sociedade. Nesta direção se estabelece a crítica acerca da “responsabilização” aos indivíduos, empresas, organizações do terceiro setor, acerca da função pública antes definida por lei (SOARES, *apud*, STOTZ, 2004).

Um outro fato importante que merece atenção se refere a participação dos países em desenvolvimento neste processo. No que diz respeito a Conferência de Ottawa apenas países desenvolvidos e poucos periféricos se fizeram presentes. As decisões foram posteriormente regionalizadas através de outros encontros e o Brasil somente compareceu e foi signatário de sua declaração no último encontro realizado em Bogotá, em 1992.

A equidade em saúde passa a ser compreendida como a diferença no estado de saúde. Assim, é declarado na Carta de Ottawa que “alcançar a equidade em saúde é um dos focos da promoção da saúde. As ações de promoção objetivam reduzir as diferenças no estado de saúde da população e assegurar oportunidades e recursos igualitários para capacitar todas as pessoas a realizar completamente seu potencial de saúde. Isto inclui uma base sólida:

ambientes favoráveis, acesso à informação, a experiências e habilidades na vida, bem como oportunidades que permitam fazer escolhas por uma vida mais sadia. (OPAS, 1986).

Nesse sentido, quando a discussão alcança os países periféricos, como no caso da participação do Brasil na Conferência de Bogotá, volta a se reafirmar a influência do desenvolvimento econômico e social no agravamento das iniquidades decorrentes dos ajustes macroeconômicos. Assim, a carta destaca que “dentro desse panorama a promoção da saúde destaca a participação ativa das pessoas na mudança das condições sanitárias e na maneira de viver, condizentes com a criação de uma nova cultura de saúde”(OPAS, 1992).

O argumento de mudança nas condições sanitárias das pessoas, para alguns autores como Araújo, Stotz, e outros, ecoa como uma postura autoritária, que não leva em conta a cultura e o saber popular, uma vez que recomenda “impulsionar a cultura da saúde modificando valores, atitudes e relações...”(1992). Esta visão sobre a *nova* saúde pública, também provoca interpretações diferenciadas. Esta forma de compreender a promoção inclui-se no fortalecimento da idéia de autonomia dos sujeitos e grupos sociais (CZERESNIA, 2004). Neste sentido, Lupon (*in* CZERESNIA, 2004) interpreta que, a perspectiva conservadora da promoção reforça a tendência de diminuição das responsabilidades do Estado, delegando, progressivamente, aos sujeitos a idéia de tomarem conta de si mesmos.

É caminhando nesta direção que se estabelecem importantes mudanças na saúde pública. Evidenciadas as diferenças entre ricos e pobres, aumento dos níveis de pobreza resultante das desigualdades provocadas pelo modelo econômico são estabelecidas diferenças sobre as formas de abordar a saúde através da linha divisória entre promoção e prevenção. A diferença fundamental que se estabelece entre estes conceitos é que a promoção da saúde busca modificar as condições de vida para que sejam dignas, atuando sobre os seus determinantes sociais, políticos, econômicos e culturais. Assim, a questão do

desenvolvimento econômico, um ambiente saudável e melhores condições de vida e trabalho, estão entre os alvos prioritários para se promover saúde.

A prevenção tem como objetivo final evitar a doença. Objeto da clínica, a doença tem uma dimensão individual, que sob este foco de intervenção, reduz o surgimento de complicações e melhora a letalidade, a mortalidade e o tempo de sobrevivência; enquanto que na promoção se busca modificar a incidência (BUSS, 2004). Na prevenção o *locus* da responsabilidade de análise recai sobre o indivíduo, por vezes sendo o último, senão único, responsável por seu estado de saúde.

Em termos conceituais a prevenção se baseia na ausência de doenças, cujo modelo biomédico tem como alvo grupos de alto risco da população. Como um olhar sobre patologias específicas, tem suas estratégias direcionadas a grupos alvo e seus programas são executados por profissionais de saúde. A gênese desta diferença se dá na promoção trabalhar com um conceito multidimensional e multicausal, com uma intervenção participativa, tendo como alvo toda a população, e estando envolvidos na execução de seus programas diversos segmentos da sociedade, entre governo, sociedade civil e iniciativa privada (2004).

O conceito de DLIS e sua implicação na mobilização comunitária

Diante dos vários conceitos que perpassam o significado de globalização é importante considerar que o global acontece localmente e que várias iniciativas são criadas em caráter contra-hegemônico, muitas vezes estabelecendo processos participativos democráticos. Nesse sentido, é importante reconhecer que a promoção das economias locais e comunitárias, diversificadas, auto-sustentáveis são importantes e eficazes formas de resistência à globalização e que, embora ligadas a ela não estejam imersas a sua dependência (SOUSA SANTOS, 2003). Fica assim, no local, a alternativa e a responsabilidade pela sobrevivência

da população que, embora vivendo em um mundo globalizado, só usufrui dele as conseqüências da exclusão e da falta de oportunidades.

Diante deste fato, cabe ao Estado buscar alternativas através de um processo de reestruturação, que, no caso do Brasil esteve focado na descentralização administrativa para os governos locais, pouco acompanhada da transferência de recursos financeiros e humanos, além da redução da presença do Estado na atividade econômica, a privatização das atividades produtivas de caráter e a diminuição do papel das políticas redistributivas (VÁSQUEZ e BARQUERO, 2001). Sendo assim, a saída para as conseqüências geradas por este sistema recai sobre o indivíduo. Cabem as pessoas serem criativas e ousadas para que encontrem seus caminhos de sobrevivência.

É nessa busca que se estabelece a concepção de desenvolvimento endógeno local, cujas experiências de desenvolvimento territorial baseiam-se num paradigma que vislumbra a redução da pobreza e das desigualdades (2005). O neoliberalismo aponta o desenvolvimento local, seja ele dimensionado em cidades ou regiões, como o caminho único para esta nova etapa do processo de acumulação.

Como estratégia começa a se operacionalizar a concepção do desenvolvimento endógeno local, com experiências de desenvolvimento territorial baseadas em planos e projetos estratégicos orientados para a redução da pobreza e das desigualdades. Esse novo padrão não mais “contaminado” pelo crescimento econômico passa a ser calcado nos conceitos do local e da sustentabilidade. Assim, são identificadas suas potencialidades e são confeccionados planos integrados de desenvolvimento. Foi a partir de 1995, após a Conferência de Cúpula do Desenvolvimento Social, realizada em Copenhague pelas Nações Unidas e instituições multilaterais (BANCO MUNDIAL, FMI, 1995) que os conceitos de desenvolvimento econômico deixaram de ser prevaletentes pelos conceitos sócio-ambientais do desenvolvimento humano e do desenvolvimento sustentável (KRUTMAN, 2004).

Esse processo estabelece um marco importante na definição de desenvolvimento, que passa a ser compreendido como um processo participativo, equitativo e sustentável visando a melhoria da qualidade de vida (CEPAL *apud* BUSS; RAMOS, 2000). Este termo, no entanto, ganha diferentes contornos e definições quando a ele são agregados os termos social, econômico, humano, sustentável, endógeno, local, que, por vezes se tornam interrelacionados e/ou complementares.

Neste estudo será priorizado o conceito de “desenvolvimento local integrado e sustentável - DLIS”, por este estar intrinsecamente relacionado com o objeto desta pesquisa. Assim, o bojo deste conceito delineado a partir da ECO 92 (Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento) realizada no Rio de Janeiro em 1992, foi aprovada a Agenda 21 Global, contém compromissos para mudança do padrão de desenvolvimento do século XXI, tornando-se uma referência mundial na concepção e gestão de políticas públicas sustentáveis.

O desenvolvimento local começa a se operacionalizar a partir de experiências territoriais pautadas em programas e projetos estratégicos consensuados visando a redução da pobreza e das desigualdades. O que se busca é “a construção de um desenvolvimento humano sustentável a partir das pessoas, pelas pessoas e para as pessoas” (ZAPATA, 2005), na qual as iniciativas são pactuadas por atores sociais, governo e iniciativa privada, buscando a criação de estratégias e oportunidades produtivas geradas para os territórios.

O DLIS se insere numa metodologia participativa que propõe uma ação integrada entre Estado, população e sociedade civil organizada a nível local, buscando fomentar a realização de projetos baseados em valores ideológicos, éticos, econômicos e culturais. Esses projetos tendem a contribuir de forma sustentável com a qualidade de vida de um território determinado, na medida em que são realizados diagnósticos da situação de cada localidade.

Por território compreende-se o sentido de “*pertencer àquilo que nos pertence*” (SOUSA SANTOS, p.19), ou seja, a idéia de territorialidade pressupõe a idéia de vivência, de

preocupação com o destino e com a construção do futuro. É visto como unidade e diversidade (SANTOS e SILVEIRA, 2002).

Como se estabelece através de um processo participativo que se propõe a enfrentar e resolver questões sociais e econômicas num território determinado, o DLIS se pauta na construção de parcerias, transformando as estruturas e visando à melhoria sustentável da qualidade de vida de uma comunidade. Sua estratégia compreende o meio ambiente como um ativo do desenvolvimento, e propõe-se a não só desenvolver os aspectos produtivos, mas também potencializar as dimensões sociais, culturais, ambientais e político-institucionais que constroem o bem estar da sociedade (CEDAPS, 2003).

O espaço local é o lócus privilegiado de formação do cidadão. A efetiva participação, entendida como o processo de tomar parte nas decisões e se responsabilizar por elas elevam o ator à condição de agente de mudança, e a comunidade organizada à condição de protagonista do processo de gestão social.

O encontro dos conceitos de DLIS e a Promoção da Saúde: suas semelhanças e controvérsias

A relação entre estes dois campos do conhecimento parte do princípio de que ao se indagar sobre o que é saúde e como se promove melhores condições de saúde faz-se necessário perpassar por questões que se referem aos seus determinantes, no nível individual e coletivo, ou seja, que estão intrinsecamente relacionados com as suas condições de vida efetivadas no nível local (BUSS, 2002).

Com base nesta premissa, a Escola Nacional de Saúde Pública num esforço de contribuir com a construção desta área do conhecimento, reuniu várias experiências comunitárias em um projeto denominado “*Promoção de Saúde em Ação*”. Deste projeto

resultou a aplicação de conceitos e práticas que derivou uma estratégia considerada “*uma abordagem radical da promoção da saúde*” (BUSS e FERREIRA, 2000). Esta fundamentalmente se pautava nas cinco estratégias preconizadas pela Carta de Ottawa (construção de políticas públicas saudáveis, criação de ambientes favoráveis à saúde, desenvolvimento de habilidades, reforço da ação comunitária e a reorientação dos serviços de “*saúde*”, se caracterizam pelo interesse e preocupação explícitos por parte de todas as áreas das políticas públicas em relação à Saúde e à equidade e pelos compromissos com o impacto de tais políticas sobre a saúde da população) e a atuação simultânea nos principais determinantes sociais, econômicos, políticos, culturais e comportamentais da saúde. Do avanço deste projeto resultou na promoção da saúde atuando sobre seus determinantes através do desenvolvimento local integrado e sustentável – DLIS (BUSS, 2002).

Analisar o processo participativo em uma comunidade popular na qual vem sendo implementado um programa de desenvolvimento local me remete a contextualizar o que a faz estar nas condições sócio-econômicas que a coloca em uma condição de exclusão e que faz com seus moradores estejam suprimidos do acesso aos bens e serviços direitos aos cidadãos. Os reflexos sentidos nos espaços micro-locais são decorrentes do neoliberalismo que estabelece as formas de organização da sociedade acirrando a desigualdade, a competição e agravando a necessidade por cooperação.

Uma comunidade popular na periferia de um grande centro urbano como o Rio de Janeiro, mantém uma “luta” incessante para estar inserida na própria cidade e conseqüentemente, no mundo. Situada numa área demográfica que, pela inexistência de programas de saúde pode ser considerado um deserto sanitário, e cuja exclusão ou pouco acesso dos moradores a bens, serviços e equipamentos sociais, com limites de ir e vir cercados pelo “poder paralelo”, índices de trabalho infantil seis vezes superior ao da cidade, desemprego de mais de 50% da população economicamente ativa, baixo nível de escolaridade

(CEDAPS, 2003), entre tantos outros fatores que interferem diretamente nas condições de vida de sua população, haverá alternativas para sua inserção neste mundo globalizado? Com base nesta reflexão surgem os questionamentos e desafios para a compreensão acerca do processo de desenvolvimento de regiões como esta que sofre as seqüelas da conformação do sistema político-econômico que hoje orquestram as relações de poder e dominação. São ações focalizadas em contextos de grande complexidade social que hoje denominamos programa de intervenção local e cuja participação da população está na essência de seu êxito ou seu fracasso.

Como a participação comunitária é prerrogativa essencial aos programas de desenvolvimento local, faz-se necessário formular uma conceituação sobre o que vem a ser participação e suas articulações com programas desta natureza, buscando compreender como o *empoderamento* é capaz de interferir ou não para o fortalecimento do tecido social e das práticas organizativas.

Essas mudanças resultam da capacidade propositiva dos indivíduos, que acreditam no saber popular e na força resultante do processo de permanente aprendizado que envolve quem participa. Assim sendo, torna-se essencial para um programa de desenvolvimento local e principalmente, que está focado na concepção de que saúde se refere a um conjunto de valores, saberes e sensações que vê o indivíduo como um ser histórico, dotado de direitos enquanto cidadão. Refletir e atuar sobre sua própria realidade, (re)descobrimo ferramentas capazes de transformar a si mesmo e contribuir para a transformação da realidade local, são mecanismos que estão associados a categoria do que se traduz como empoderamento.

O fortalecimento da população: o empoderamento como uma alternativa

A importância da relação do empoderamento com um programa de DLIS/PS se dá à medida que este procura promover a participação social, uma vez que eleva nos indivíduos sua auto-estima e um sentimento de maior controle sobre a própria vida, amplia sua relação de pertencimento de grupo e também com o local onde vive. Por possibilitar que os indivíduos desenvolvam suas competências e habilidades para participar da vida em sociedade, influencia também na formação de um pensamento reflexivo que consiste na capacidade de analisar criticamente o meio social e político, ao mesmo tempo em que aponta para o desenvolvimento de recursos individuais e coletivos capazes de agir em busca de uma maior justiça social e melhoria da qualidade de vida (CARVALHO, 2004).

Em relação à implementação de práticas e processos que buscam o empoderamento é fundamental que haja participação individual e coletiva na identificação e na análise crítica de seus problemas, buscando a elaboração de estratégias de ação capazes que interferir na transformação do *status quo*, onde os indivíduos e grupos são vistos como cidadãos portadores de direito e do “direito a ter direitos” (CARVALHO, 2004).

Para uma maior abrangência quanto ao significado/estratégia da categoria empoderamento, uma breve apresentação conceitual acerca do tema será evidenciada de forma a contribuir com uma melhor compreensão quanto a trajetória de seu significado.

O termo empoderamento começou a ser utilizado nos anos 80, mas foi a partir deste milênio que ganhou dimensões mais significativas, tornando-se um conceito apropriado por diferentes áreas das ciências humanas e sociais. Segundo D' Ávila Neto (1998) o empoderamento surge em documentos oficiais dos organismos internacionais (Agenda 21, Declaração de Beijing) como “*reconhecimento de direitos*”, “*avanço*”, estimular a “*participação*”, “*expansão do papel*”, etc. Ainda diz que:

em termos psicológicos (aquele que propicia condições de autoconfiança e autonomia) deve ser encarado não como um fim em si mesmo, mas como um meio de acesso a um empoderamento mais pleno, que leva a uma maior conscientização dos seus direitos. (D' ÁVILA NETO, 1998, p.20).

A palavra de língua inglesa empoderamento como tem sido traduzida no Brasil, não tem um caráter universal. Tanto pode estar se referindo ao processo de mobilização de indivíduos, grupos ou comunidades na busca pela autonomia, aumento e/ou busca de poder; como pode referir-se a ações destinadas a promover a integração dos excluídos e carentes (GOHN, 2004). Para Vasconcelos (2003, p. 5) significa “o aumento do poder e da autonomia pessoal e coletiva de indivíduos e grupos sociais nas relações inter-pessoais e institucionais, principalmente daqueles submetidos a relações de opressão, discriminação e dominação social”. Ainda segundo este autor, a questão do empoderamento implica inserir inteiramente no campo das relações de poder múltiplas dimensões que vão desde as micropolíticas e as subjetivas às dimensões macropolíticas e estruturais. Trata-se, portanto, de um termo multifacetário cuja formulação original muito se aproxima do pensamento de Paulo Freire quando se refere a capacidade de autonomia, cujos ensinamentos repercutiram e influenciaram significativamente na construção deste significado, nacional e internacionalmente.

Diante da acentuada desigualdade social na qual a sociedade brasileira se estrutura hoje, os programas territoriais que buscam o empoderamento comunitário encontram-se como um recurso que propicia o desenvolvimento de uma consciência crítica a nível individual e coletivo, contribuindo essencialmente para a contextualização e compreensão das contradições da sociedade.

No entanto, há controvérsias com relação a utilização do uso deste termo. Stotz (2004) discute sua forma de utilização, uma vez que o processo de fragmentação social atualmente generalizado por todo o mundo se encaminha para a “*reconstrução social do consenso*”.

Nesse sentido questiona se o empoderamento não estaria servindo de meio para a dominação consensual. Assim, este não é visto como meio de fortalecer a ação coletiva contra as estrutura de poder, mas como um método de construção do consenso que “exige negociação e concertação social” (2004).

Os apontamentos acima destacados levam a refletir se, de fato, o empoderamento representa o fortalecimento de indivíduos, aumento de poder, autonomia e coragem para o enfrentamento das desigualdades sociais ou se este não é mais uma terminologia utilizada a serviço da construção de um conformismo coletivo para manutenção das estruturas vigentes.

O desenvolvimento local parte do pressuposto de que a participação social fomente processos comunitários que venham contribuir com a melhoria das condições sócio-econômicas e culturais das localidades onde estes se realizam, e que com ela haja o fortalecimento da organização popular. Uma ação local pode ser definida como o meio pelo qual as pessoas, ao adquirem maior consciência e controle sobre as questões que afetam suas vidas, produzam mudanças em direção a uma maior igualdade nas relações sociais de poder⁵. Muitas são as demandas que incidem sobre a comunidade e supõem, entre outras iniciativas, a educação para a cidadania, a socialização de informações, o envolvimento na tomada de decisão dentro de um processo de diagnóstico, o planejamento e a execução de projetos e/ou iniciativas sociais. Todos esses processos convergem na busca por uma organização da sociedade capaz de interferir na gestão pública em prol de condições de uma vida mais justas e com condições mais igualitárias.

⁵ Para maior aprofundamento vide Michel Foucault em, A Microfísica do Poder.

O PAPEL DAS MULHERES COMO FORÇA MOTRIZ NO PROCESSO PARTICIPATIVO

Historicamente, um conjunto de normas e valores atribui uma hierarquia às *diferenças percebidas entre os sexos* e que institui uma *relação de poder* colocando as mulheres na posição inferior dessa hierarquia (MELLO, 2004). Esta separação entre homens e mulheres em patamares diferentes em relação aos direitos, vem sofrendo alterações a partir do movimento feminista e o movimento de mulheres, ocorridos a partir dos anos 60, cada vez mais impulsionando a busca pela igualdade e a conquista de direitos.

Buscando garantir o seu espaço na vida pública e sua liberdade sexual, a mulher passou a assumir diferentes papéis na sociedade, muitos deles antes exclusivamente destinados ao sexo feminino. Diante disso, um novo padrão de comportamento passou a se instalar e tomar conta do comportamento social da mulher, assumindo-se com muito mais independência e autonomia.

A palavra empoderamento⁶ passa a ser utilizada buscando descrever esta nova forma de “comportamento” social fundamentando-se na crença da reciprocidade e equidade (MELLO, 2004). Participação, auto estima, consciência crítica e competência passam a fazer parte dos conceitos que envolvem o desenvolvimento sustentável, como condições para que se alcance o empoderamento.

Para participar é necessário cruzar o grande “muro” entre o público e o privado. Essa passagem que ainda representa um obstáculo, mesmo para mulheres que desempenham trabalho formal ou informal, requer fazer reconhecer sua mudança de *status* no âmbito privado, negociar a divisão de tarefas do lar e do cuidado dos filhos/as, além de conquistar seu direito de ir e vir (2004).

⁶ A palavra empoderamento, é um aportuguesamento de *empowerment*. O infinitivo *empower*⁶, traduzido como autorizar alguém para fazer algo, ou delegar autoridade para, não alcança inteiramente o significado reflexivo que adquiriu na fala política _ maior do que autorizar, ou

O PROCESSO PARTICIPATIVO E A RECIPROCIDADE MATERIAL E SIMBÓLICA

As formas de organização da sociedade diante do esgarçamento do tecido social, da violência urbana, da redução do ímpeto dos movimentos sociais diante da ordem econômica neoliberal, têm levado estudiosos a reflexão que sobre essa lógica que permanece centrada no indivíduo e no interesse (ZALUAR, 1997).

A teoria da reciprocidade surgiu nas primeiras décadas do século XX, e hoje vem sendo recuperadas para a compreensão da ordem estabelecida por meio da estrutura social vigente. Na teoria de Marcel Mauss, os três momentos da reciprocidade — dar, receber e retribuir — sendo também utilizado como um recurso do poder, de exibição de *status*, garantindo uma posição de prestígio e poder ao doador (ZALUAR, 1997).

Para se falar de reciprocidade é preciso saber de que reciprocidade se trata, do seu contexto social, dos seus limites comunitários, dos seus circuitos, de quem, enfim, dela faria parte e com base em que critérios ou razões. Nesse sentido é que buscamos a associação deste termo para compreendermos o significado que há quando se diz que a participação está relacionada a aquisição de algo em troca. Nesse sentido, o capital simbólico é um crédito. Não existe acumulação de um tal capital se não houver um *outro* que olhe e avalie a ação generosa, ou corajosa. Assim, o *dom* só é possível ali onde são esperadas, recompensadas e reconhecidas as ações generosas (VILELLA, 2001).

Qualquer que seja essa troca, material ou simbólica, quando articulada ao reconhecimento, ao poder e a valorização são formas de ganho. O efeito da reciprocidade é um recurso do poder, usado para exibição de status, garantindo uma posição de prestígio.

dar poder a alguém, empossar alguém (William Collins Sons & Co. Ltd. Harper Collins Publishers 1993)_ mas sim mais próximo de autorizar-se, permitir-se.

As relações de troca que engloba aspectos econômicos, políticos, de saberes, visam constituírem espaços sociais diferenciados (GARNELO, 2003), que no âmbito do que aqui se associa com a participação nos leva a concluir que seu efeito no nível local gera um movimento de consenso sobre o que significa participar.

A PARTICIPAÇÃO E O DESENVOLVIMENTO DA CIDADE E DA COMUNIDADE

Analisar o processo participativo em uma comunidade popular aonde vem sendo implementado um programa de desenvolvimento local me remete a contextualizar o que a faz estar nas condições sócio-econômicas que a coloca em uma situação de exclusão e que faz com seus moradores estejam suprimidos do acesso aos bens e serviços, direitos dos cidadãos. Os reflexos sentidos nos espaços micro-locais são decorrentes do neoliberalismo que estabelece as formas de organização da sociedade acirrando a desigualdade, a competição e agravando a necessidade por cooperação.

Uma comunidade popular na periferia de um grande centro urbano como o Rio de Janeiro, mantém uma “luta” incessante para estar inserida na própria cidade da qual faz parte e, em última instância, em um mundo globalizado. Situada numa área demográfica que, pela inexistência de programas de saúde pode ser considerada um deserto sanitário, e cuja exclusão ou pouco acesso dos moradores a bens, serviços e equipamentos sociais, com limites de ir e vir cerceados pelo “poder paralelo”, índices de trabalho infantil seis vezes superior ao da cidade, desemprego de mais de 50% da população economicamente ativa, baixo nível de escolaridade (CEDAPS, 2003), entre tantos outros fatores que interferem diretamente nas condições de vida de sua população, haverá alternativas para sua inserção neste mundo globalizado? Com base nesta reflexão surgem os questionamentos e desafios para a

compreensão acerca do processo de desenvolvimento de regiões como esta que sofre as seqüelas da conformação do sistema político-econômico que hoje orquestram as relações de poder e dominação. São ações focalizadas em contextos de grande complexidade social que hoje denominamos programa de intervenção local e cuja participação da população está na essência de seu êxito ou seu fracasso. Ao se utilizar a concepção de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável associado ao conceito de Promoção da Saúde tem-se a comunidade como espaço político de referência para um processo de transformação social.

CAPÍTULO 3

A PARTICIPAÇÃO COMUNITÁRIA, SEUS GANHOS E SEUS DESAFIOS

A participação é uma questão essencial para o desenvolvimento comunitário, sendo definida neste estudo como um processo de sensibilização, mobilização e conhecimento que leva o indivíduo à identificação das necessidades de sua comunidade e à busca de soluções que contribuam com a melhora de suas condições de vida.

Neste capítulo, apresentarei a realização da presente pesquisa de natureza exploratória sobre o processo participativo em uma comunidade popular, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, e que convive com a pobreza e a exclusão de bens e serviços. Esta pesquisa foi feita no âmbito de uma intervenção territorial denominada Iniciativa de Vila Consolação promovida pela organização não-governamental (ONG) CEDAPS⁷ - Centro de Promoção da Saúde. Utilizarei informações provenientes desta intervenção, uma vez que na mesma comunidade onde atuo profissionalmente realizei este estudo.

A realização desta pesquisa de base qualitativa possibilitou uma compreensão dos significados e das interpretações decorrentes da “linguagem dos atores, nas situações investigadas, na construção das análises, na exposição e no uso dos resultados nas práticas sociais” (THIOLLENT, 2005). Foi escolhida a abordagem etnográfica por possibilitar o estudo da particularidade e da especificidade de cada grupo, considerando a cultura local, os processos de mudança, as relações sociais e o cotidiano das pessoas, contribuindo na observação das dimensões representativas, afetivas, construtivas e diretivas, que interferem

⁷ O CEDAPS - Centro de Promoção da Saúde (www.cedaps.org.br) - é uma organização não-governamental, criada em 1993. Sua missão é desenvolver a capacidade de comunidades populares para buscar soluções para seus problemas e contribuir para a melhoria de serviços públicos que atuam nestas localidades, de maneira a promover a saúde e qualidade de vida. Realiza este trabalho através da educação e capacitação, envolvendo a população, fortalecendo lideranças e formando multiplicadores.

em seus saberes e práticas (D'ANDRADE, *apud* FONSECA, 2004). A seguir, apresentarei as técnicas utilizadas para a coleta e tratamento dos dados, os critérios para a seleção das entrevistadas, bem como os antecedentes e implicações que interferiram na sua realização.

A análise dos dados revelou que a comunidade apresenta dois tipos de participação: uma que se baseia na reciprocidade, na medida em que participam se houver uma relação de ganho material; e outra que diz respeito aos moradores que exercem algum tipo de liderança, cujo ganho advém do reconhecimento. Estas lideranças são predominantemente femininas e se destacam dos demais moradores, uma vez que se sentem com autonomia e auto-estima elevada mediante serem reconhecidas por suas ações pela comunidade.

Para analisar este processo busquei identificar os fatores que influenciam na mobilização da comunidade, onde a relação de pertencimento, a propriedade das casas, a violência, o isolamento e a pouca oferta de espaços para participação exercem uma influência direta no processo participativo local.

Este capítulo apresentará as etapas metodológicas da pesquisa, considerando o método, uma descrição do campo, o grupo estudado e as entrevistas. No que se refere à análise desses dados, partirei do processo de ocupação da comunidade, a inserção do grupo estudado no movimento comunitário, a violência, os recursos disponíveis e os espaços de participação e as perspectivas de futuro pessoais e coletivas das entrevistadas para apontar como interferem na participação.

Conforme apontado anteriormente, nesta comunidade é desenvolvido um programa de intervenção territorial realizado pelo CEDAPS, denominado Iniciativa de Vila Consolação. Estarei me remetendo a este trabalho devido ao fato de ter como pressuposto contribuir com o desenvolvimento comunitário a partir do empoderamento de seus moradores. Este programa pretende contribuir com o fortalecimento individual e coletivo de seus moradores e

consequentemente impactar no processo participativo local, resultado de uma maior autonomia e emancipação conquistada pelos mesmos.

O MÉTODO

Diante da subjetividade apresentada pelo tema participação, a escolha de uma metodologia qualitativa com uma abordagem etnográfica foi definida em virtude desta forma de pesquisa ter como referência a idéia de que atitudes e comportamentos humanos só podem ser compreendidos tomando-se como referencial o contexto onde eles atuam (VICTORA, KNAUTH, & HASSEN, 2000). Este tipo de abordagem facilita a emergência de significados e relações específicas de determinados grupos, além de permitir a observação de elementos que, de fato, influenciam nas práticas e condutas. Através de técnicas de observação participante e entrevistas, é possibilitada a expressão de fatos pouco visíveis em outros tipos de pesquisa e que podem contribuir para chamar a atenção para peculiaridades por vezes não consideradas em outros estudos.

A análise dos dados coletados no contexto desta pesquisa foi feita através da *triangulação metodológica* (PATTON, *apud* MENDES, 2000), por esta permitir a observação da realidade e verificação da propriedade das interpretações a partir de diferentes ângulos, possibilitando um diálogo interativo e intersubjetivo dos dados. A utilização de multimeios confere maior assertividade na obtenção dos resultados, uma vez que as ações sociais e as falas dos atores devem ser contextualizadas, esclarecendo e aprofundando aspectos da realidade. A validação das informações se baseia na análise das ações e não por meio da aferição de índices ou dados (ADORNO E CASTRO, *apud* MENDES, 2000).

A utilização destes procedimentos para esta pesquisa se deu em virtude de que a conjugação do referencial metodológico com as técnicas propostas permitiu identificar a

participação da comunidade, o que mantêm uma coerência com próprio objeto deste estudo. Conforme já apontado anteriormente, buscamos compreender e aprofundar as questões referentes à participação social e se houve contribuição de um programa de DLIS/PS⁸ proposto por um agente externo.

Conhecendo a comunidade e estando como coordenadora do referido programa desde 2003, busquei o maior distanciamento possível para a interpretação dos resultados, procurando manter a objetividade para a leitura das informações coletadas, uma vez que era fundamental exercitar a diferença entre minha atuação enquanto profissional e como pesquisadora. No entanto, é importante ressaltar que nenhum pesquisador é neutro e que minha inserção profissional influencia a minha interpretação dos dados.

A realização da pesquisa se deu com 10 idas a campo, totalizando cerca de 50 horas de observação participante registradas em diários de campo. Nesses contatos, observei o ambiente, o comportamento dos moradores, os hábitos e costumes da comunidade que dariam subsídios para a análise desta questão. Devido a inserção na comunidade e ao bom diálogo com os moradores, foi possível identificar as seis mulheres que comporiam o grupo a ser entrevistado. Serão descritos abaixo os critérios da escolha dessas mulheres, que participaram das entrevistas agendadas e realizadas nos meses de novembro e dezembro/2005 - em três idas consecutivas à comunidade, sendo duas em finais de semana e outra em um dia de feriado nacional, já que assim as participantes estariam mais disponíveis.

As entrevistadas escolheram o local que melhor lhes conviessem para a entrevista. Assim sendo, duas aconteceram em suas residências, três no espaço da Pastoral da Criança e a outra em um salão de cabeleireiro onde atua uma das participantes, ressaltando que neste dia era feriado e não havia funcionamento. Todas as entrevistas foram realizadas com

⁸ Desenvolvimento Local com foco na Promoção da Saúde (DLIS/PS), cujo significado foi apresentado no Capítulo 2 desta pesquisa.

privacidade, gravadas e posteriormente transcritas por mim e por uma colaboradora, revisadas e categorizadas para a análise dos dados que serão apresentados no decorrer deste capítulo. A devolução dos dados à comunidade será organizada através de um encontro local e as entrevistadas serão convidadas a assistirem a defesa desta dissertação.

TÉCNICAS DE PESQUISA

Como o objetivo deste estudo é identificar o que motiva as pessoas residentes na comunidade em questão a participarem de ações para o desenvolvimento comunitário, as técnicas utilizadas nesta pesquisa foram a observação participante e as entrevistas semi-estruturadas.

A técnica da observação participante possibilitou registrar não só minhas impressões, mas também falas, atitudes e comportamentos dos moradores nos espaços públicos da comunidade - reunião na escola ou na creche durante o evento do Dia das Crianças, encontros na Pastoral da Criança, caminhadas pela comunidade, permitindo coletar informações sobre o seu cotidiano e sobre aspectos relacionados à participação da comunidade.

Para a seleção dos entrevistados foram elaborados previamente alguns critérios. Busquei moradores identificados nos registros de campo que exerciam algum tipo de liderança, fosse religiosa, através de entidade comunitária ou decorrente de certa popularidade na comunidade pela realização de ações comunitárias espontâneas e que tenham realizado ou estejam realizando algum trabalho na comunidade. Como esta pesquisa teve como um de seus objetivos específicos verificar se houve contribuição ou não de um programa de DLIS/PS, desenvolvido por um agente externo para o empoderamento individual e coletivo de moradores da comunidade, estabeleci também como critério para participar das entrevistas pessoas que tiveram contato com as ações do programa, fosse através do processo inicial de

mobilização comunitária, da elaboração do Diagnóstico Comunitário Participativo (DPC)⁹ ou do Seminário Construção Compartilhada realizado no decorrer do processo e que será detalhado ainda neste capítulo.

A seleção dos entrevistados também está relacionada à minha inserção na comunidade enquanto profissional. O trabalho na comunidade pelo CEDAPS e a observação participante orientaram as escolhas. Conforme mencionado anteriormente a seleção destas pessoas foi baseada numa aproximação com a comunidade e a relação de destaque destas lideranças com o programa de DLIS/PS, o que não corresponde ao seu universo integral. Este compreende também os pastores das igrejas evangélicas, uma vez que a comunidade possuía, no momento deste estudo, 13 entidades desta natureza. Outros moradores podem ser alencados como lideranças locais por parte da comunidade. O programa do CEDAPS denominado Iniciativa de Vila Consolação teve uma abrangência de atuar diretamente com 39 moradores no Seminário Construção Compartilhada de Soluções em Saúde, organizado pelo CEDAPS e, dentre estas, foram selecionadas 20% que se destacaram para participarem deste estudo. Os 39 moradores foram selecionados pelo CEDAPS por serem pessoas que exerciam alguma liderança na comunidade ou por terem demonstrado, no decorrer do processo de inserção do CEDAPS na comunidade, uma motivação para a realização de ações de interesse coletivo.

O CAMPO

Vila Consolação é a comunidade onde este estudo foi realizado. Localizada no bairro de Santa Cruz, a aproximadamente 60 km do centro do Rio de Janeiro, a comunidade, antes

⁹ O Diagnóstico Comunitário Participativo se trata de uma pesquisa participativa sobre as condições de vida em determinada comunidade. São priorizadas a informação e a opinião do próprio morador, através de técnicas de coleta de dados em grupo e ainda coleta de dados domiciliares. Estes dados são contrastados para fins de análise e complementação com informações obtidas de fontes secundárias em diversas instituições locais, governamentais e/ou não governamentais e da chamada “busca ativa” dos dados, como por exemplo consulta às escolas locais, igrejas, creches, dentre outras instituições. (CEDAPS, 2002). Este trabalho foi realizado nesta comunidade e seus dados encontram-se disponíveis em Diagnóstico Comunitário Participativo, mimeo, CEDAPS, 2005.

conhecida como Favela do Aço, se insere na sexta região com o pior IDH - Índice de Desenvolvimento Humano (Desenvolvimento Humano e Condições de Vida: Indicadores Brasileiros, PNUD/IPEA,2003) da cidade – IDH 0,74, de acordo com o Relatório do Índice de Desenvolvimento Humano da Cidade do Rio de Janeiro.

Em área construída pelo governo do estado, no final da década de 60, para abrigar, em caráter provisório, vítimas das enchentes que assolaram a cidade e moradores que fariam parte da política de remoção instituída pelo então governador Carlos Lacerda, residem até hoje 6.000 moradores (IBGE, 2000) em péssimas condições de habitabilidade, convivendo com altos índices de violência e exclusão de bens e serviços. No decorrer deste capítulo, veremos mais informações sobre a história desta comunidade relatada a partir da vivência de seus moradores.

Desde 2002, o CEDAPS desenvolve a intervenção territorial denominada Iniciativa de Vila Consolação, conforme citado no início deste capítulo. Esta Iniciativa é um programa territorial integrado e intersetorial que envolve moradores no processo de desenvolvimento, através de diagnóstico comunitário e planejamento coletivo, mobilização e capacitação, formando uma rede de soluções comunitárias para problemas sociais. O objetivo é contribuir com fortalecimento da comunidade a partir do empoderamento individual e coletivo de seus moradores (CEDAPS, 2002). A participação comunitária está na essência deste programa, uma vez que esta é um dos pilares da base metodológica desta Iniciativa que se fundamenta nos conceitos do desenvolvimento local e da promoção da saúde.

Para uma melhor compreensão acerca desta experiência, farei a seguir, uma breve descrição do programa. Em 2002, foi iniciada uma mobilização comunitária para a elaboração de um Diagnóstico Comunitário Participativo (DCP), organizado e aplicado por um conjunto de 30 moradores orientados e assessorados pelo CEDAPS. Este processo de trabalho foi construído de forma compartilhada, envolvendo os moradores na elaboração do instrumento e

aplicação da pesquisa. Sendo a comunidade localizada em uma área plana e cuja distribuição geográfica das residências se dá de forma organizada, foi possível uma coleta de dados criteriosa. A composição da amostra foi de 20% das residências da comunidade, totalizando 309 domicílios abordados. A composição por grupo de idade dos moradores dos domicílios pesquisados foi comparada aos dados verificados pelo Censo 2000. As crianças compõem 41,9% dos moradores (contra 44,5%, segundo o IBGE), os jovens compõem 20,3% (contra 20,4%), os adultos compõem 32,8% (contra 30,6%) e os idosos compõem 4,3% (contra 4,5%).

A partir desta etapa, foi realizado um seminário de imersão, a ser descrito no decorrer deste capítulo, que resultou na elaboração de planos locais de ação de autoria de cada morador participante, e que, posteriormente envolveram-se em outras atividades.

Diante desta experiência e com inserção na comunidade, abriram-se possibilidades de uma coleta de dados através de lideranças que tiveram algum contato com a Iniciativa. Convidei para participar deste estudo, não apenas os participantes mais efetivos, mas pessoas que hoje exercem algum tipo de liderança na comunidade e que, em algum momento, estiveram próximas desta intervenção.

GRUPO ESTUDADO

PERFIL DAS ENTREVISTADAS

ENTREVISTADAS	IDADE	COR	RELIGIÃO	ESCOLARIDADE	OCUPAÇÃO	No FILHOS	ATUAÇÃO
Madalena	55	negra	Católica	Fund incomp	Voluntária	04	Voluntária
Maria	40	negra	Evangélica	Fund incomp	Cabeleireira	13	Voluntária
Marisa	33	negra	Espírita	Médio comp	Aux.enfermagem	02	Voluntária
Laura	34	negra	Católica	Médio comp	Manicure	03	Voluntária e Remunerada
Luiza	38	negra	Católica	Médio incomp	Aux.creche	03	Voluntária e Remunerada
Magali	33	negra	Evangélica	Fund completo	Monitora de projeto	02	Voluntária e Remunerada

Todas as selecionadas para entrevista foram mulheres, o que não foi intencional, mas correspondeu ao que historicamente vem acontecendo em relação à participação das mulheres assumindo várias demandas na sociedade. As seis entrevistas semi-estruturadas foram todas gravadas, assinados os termos de consentimento informado (anexo 1) e preenchidas fichas sócio-demográficas (anexo 2) com dados gerais das participantes. As fitas gravadas foram transcritas e revisadas pela pesquisadora. Os roteiros, inseridos no final deste capítulo, foram elaborados procurando abordar a relação dos entrevistados com a comunidade, a vida em família e a participação social.

As fichas sócio-demográficas foram preenchidas pelas próprias participantes, o que permitiu a seguinte análise dos entrevistados: todas se encontram na faixa etária entre 33 e 55 anos; possuem renda familiar declaradas entre 1 e 3 salários¹⁰, estando apenas uma acima deste limite. Na pergunta sobre raça/etnia todas se autodeclararam negras. Em relação à atividade profissional, todas as entrevistadas estão inseridas no mercado informal de trabalho, exercendo variadas funções como recreadora, cabeleireira, monitora de projeto comunitário, voluntária em projetos sociais, entre outras atividades.

Esta informação referente às funções profissionais ocupadas pelas mulheres do nosso universo pesquisado vai ao encontro de uma realidade que extrapola os limites da comunidade, da cidade e do país. De acordo com a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada em 1995 em Pequim, na China, foram apontadas a presença da mulher em um mercado oscilante entre o formal e o informal e a falta de sistemas de seguridade social específicos para mulheres, principalmente para as que vivem em situação de pobreza. Nesta ocasião, foi declarada ainda a não mensuração do trabalho não remunerado exercido pelas mulheres, como a prestação de serviços domésticos, voluntários, de assistência a grupos

¹⁰ Referência do salário mínimo nacional no valor de R\$ 350,00 (IBGE/2006).

vulneráveis ou desfavorecidos, entre outros. (GUIMARÃES, *apud* VALLA, STOTZ e ALGEBAILLE 2005).

A ocupação das residências apresenta uma variação que perfaz de quatro a quinze pessoas por domicílio, em habitações que possuem um cômodo (vagões) ou quatro (di'alta), conforme será detalhado abaixo.

A aquisição de bens eletrodomésticos e eletrônicos também é variável, mas nas residências de todas as entrevistadas há televisão, aparelho de som e geladeira. Os demais bens, como videocassete, máquina de lavar, telefone e computador, são variáveis de acordo com o domicílio e apenas uma possui DVD entre os bens declarados. Os dados sobre a existência de eletro-eletrônicos nos domicílios entrevistados pelo DCP mostraram que 96,9% dos domicílios possuem fogão; 88,1% possuem geladeira (a porcentagem nacional é de 85,1 e a do estado do Rio de Janeiro é de 97,1 – segundo os dados da PNAD/IBGE-2001); 90,4% possuem televisão (a porcentagem nacional é de 89,1 e do estado do Rio, de 97,4 - segundo PNAD/IBGE-2001). É interessante observar que, a despeito das precárias condições em que se encontram as casas e o saneamento de modo geral, no que diz respeito aos eletro-eletrônicos, a comunidade possui taxas relativamente boas, sobretudo considerando o nível de renda da população. Destaca-se a grande quantidade de domicílios entrevistados com televisão, videocassete, fogão, geladeira, aparelho de som, máquina de lavar e telefone celular.

Em relação aos quesitos acima descritos, cabe considerar que as lideranças entrevistadas possuem renda familiar que lhes possibilita a aquisição de bens eletro-eletrônicos. Mesmo com o cenário de pobreza apresentado pela comunidade há uma tendência a aquisição de bens por parte da população. Nesse sentido, podemos perceber que esta não é uma questão localizada, mas faz parte hoje de uma cultura nacional que está associada à lógica do consumo enraizada pelo capitalismo.

Embora os critérios para a seleção das entrevistadas não tenham tido esta preocupação, entre as 06 entrevistadas, a pluralidade religiosa foi também reveladora, uma vez que há entre elas católicas, evangélicas e uma espírita. Assim este dado foi considerado na análise do perfil das entrevistadas, podendo-se notar um crescimento significativo das igrejas evangélicas nas comunidades populares e com elas um expressivo número de seguidores. Este dado não se difere em Vila Consolação, uma vez que a comunidade possui 13 igrejas evangélicas, apenas uma igreja católica e um centro espírita. Segundo dados do Censo 2000, cerca de 1200 novas denominações religiosas foram citados no último recenseamento; dessas, cerca de 70% são pentecostais evangélicas. De acordo com esta mesma fonte de informação, o Rio de Janeiro está entre os três estados brasileiros com maior proporção de seguidores (2005). Há uma predominância na relação da escolaridade com a inserção em igrejas pentecostais, considerando que, quanto menor o nível de escolaridade maior a inserção nestas (2005). No caso das entrevistadas, isto também ocorreu, uma vez que as duas participantes que se declararam evangélicas possuem apenas o ensino fundamental, uma delas incompleto. As duas entrevistadas com ensino médio concluído se declararam uma católica e a outra espírita.

Os dados sócio-demográficos e as entrevistas permitiram observar algumas características em comum no perfil destas mulheres. Todas têm o primeiro segmento do ensino fundamental completo e, de acordo com o Diagnóstico Comunitário Participativo (DCP), é maior do que a média dos moradores entrevistados, cuja escolaridade se concentra entre a 3ª e 4ª séries do ensino fundamental. No que se refere à escolaridade, o quadro foi assim considerado:

ESCOLARIDADE DAS ENTREVISTADAS

Escolaridade	Nº de participantes
Não sabe ler e escrever	0
Fundamental incompleto (1ª à 4ª)	0
Fundamental completo (1ª à 4ª)	0
Fundamental incompleto (5ª à 8ª)	02
Fundamental completo (5ª à 8ª)	01
Ensino Médio incompleto (2º grau)	01
Ensino Médio completo (2º grau)	02
TOTAL	06

O tempo de residência também foi um fator relevante, pois todas as entrevistadas são moradoras de Vila Consolação há mais de 30 anos, sendo que duas delas nasceram na comunidade, o que lhes confere a propriedade de falar sobre a história local, suas conquistas e desafios. Em relação à maternidade, todas são mães, com uma variação de dois a 13 filhos, conforme apresentado na tabela de perfil das entrevistadas. Todas as entrevistadas residem com seus filhos, sem agregados e apenas uma não possui companheiro. Comparando este dado com a média relacional da comunidade, de acordo com o DCP, a composição dos domicílios revelou uma distribuição nas famílias de apenas uma pessoa por domicílio até 12 morando na mesma casa, distribuídos por 45,3% com até três pessoas; 43,8% entre quatro e seis pessoas; 10,9% dos domicílios com mais de sete pessoas.

De acordo com o perfil das participantes para esta pesquisa, estas pessoas foram identificadas como pessoas que se diferenciavam dos demais moradores da comunidade. Tinham uma inserção e uma circulação maior na comunidade, sempre participavam de eventos, eram populares nas ruas. Este dado era importante, uma vez que a intenção de compreender o processo participativo local passava pelas questões que se destacavam em suas trajetórias pessoais e qual a capacidade que tinham para influenciar outros moradores.

O fato de estar na comunidade na condição de pesquisadora e profissional trouxe contribuições, mas também interferências no processo exploratório enquanto universo de

estudo. Conhecer o campo a ser pesquisado facilita o contato com a comunidade, mas ao mesmo tempo direciona o olhar, uma vez que a atuação profissional antecede a este processo da pesquisa.

A aproximação das pessoas identificadas para serem entrevistadas e a aproximação com a comunidade foi um facilitador deste processo exploratório. Cabe ressaltar, portanto, que no processo de escolha dos moradores também foi considerado o envolvimento destes com a Iniciativa de Vila Consolação, pois uma das inquietudes provocadas para a escolha deste estudo fazia parte da busca por compreender o que tinha de “diferente” nos moradores que participavam, considerando aqui que o conceito de participação utilizado, à priori, estava pautado em processos de mobilização orientado para a conquista de direitos sociais e bens coletivos. Por outro lado, não trabalhar com pessoas anônimas nos privou de ouvir o que essas pessoas pensam sobre a comunidade e o que suas histórias retratam que as restringem de se inserirem em movimentos de ações coletivas.

O CEDAPS E A COMUNIDADE

Minha inserção na comunidade decorrente da relação profissional estabelecida anteriormente permitiu uma compreensão do contexto que vai além desta pesquisa. Por conta da Iniciativa de Vila Consolação, o conhecimento sobre o local foi sendo construído em função das ações propostas e dos registros nos relatórios de trabalho, além da elaboração do Diagnóstico Comunitário Participativo já citado anteriormente. Essa inserção na comunidade exerceu uma importante influência sobre as entrevistadas, que, por diferentes caminhos, estiveram próximas à Iniciativa. Por exemplo, quando da realização do seminário no qual foi

aplicada a metodologia Construção Compartilhada de Soluções em Saúde (CCSS)¹¹, em Teresópolis/RJ no ano de 2002. Estiveram presentes 50 participantes, entre moradores e lideranças da região de Santa Cruz, que elaboraram 39 planos de intervenção local levando em conta as necessidades de ação social identificadas e priorizadas por eles. A experiência foi muito bem avaliada pelos participantes, o que podemos verificar no depoimento de Laura: “o Seminário pra mim também foi fundamental[...]. Gente, eu me senti tão besta[...] fiquei toda boba! Senti feliz, lisonjeada, fiquei contente de tá contribuindo.”

Entrevistadora: Como é que foi para você viajar para o Seminário?

Marisa: Ah, pra mim foi muito importante. Foi de grande valia [...] Eu gostei, porque eu nunca tinha saído do Rio aqui, Centro - Santa Cruz, Nova Iguaçu [...] Então para mim foi ótimo. Eu gostei muito. Adorei. Eu gostei não, eu amei!

(Marisa, 33 anos)

Olha, foi ótimo. Foi muito bom [...] Olha, depois do seminário eu conheci outras pessoas, pessoas que não são daqui, com outros pensamentos, né? Conheci uma pessoa que eu gosto muito [...] Sério, conhecer essas pessoas pra mim foi muito bom!

(Magali, 33 anos)

Os projetos elaborados a partir da metodologia acima citada pressupõem a solução de um problema identificado utilizando recursos disponíveis, ou seja, cada participante organizou um projeto de intervenção local que buscasse contribuir para a solução de um problema coletivo dimensionado dentro da sua capacidade de solução. Desta forma, são iniciativas inovadoras que partiram da disponibilidade dos próprios autores-participantes. Nesta experiência, a diversidade de temas esteve relacionada com questões referentes ao cotidiano: saneamento e meio ambiente, saúde e educação, esporte, cultura e lazer, organização comunitária, geração de trabalho e renda.¹²

¹¹ Metodologia Participativa que busca a resolução de problemas a partir do olhar e o sentir comunitário, gerando planos de intervenção. Possibilita a elaboração de planos locais de ação a partir de um problema apresentado por cada participante e compartilhado com outros integrantes do grupo, em um processo de construção coletiva. Uma metodologia que sistematiza e organiza ações locais em saúde, conferindo um sentimento de “autoria” aos participantes, que deixam de ser beneficiários de uma ação social para serem promotores e gestores da sua própria ação comunitária (CEDAPS, 2003).

¹² Os dados deste Seminário “Construção Compartilhada de Soluções em Saúde” estão disponíveis em *mimeo* CEDAPS, 2003.

No entanto, a Iniciativa pretende ir além de criar possibilidades de contribuir efetivamente com o desenvolvimento da comunidade dentro dos pressupostos de um programa territorial baseado nos princípios do DLIS/PS. Assim, diante da necessidade de fazermos escolhas para selecionar os moradores/as que fariam parte deste estudo, consideramos alguns resultados da Iniciativa. Sobre as entrevistadas a contribuição que este trabalho trouxe pode ser verificado através de sua inserção na comunidade, assumindo diferentes papéis e ampliando seus vínculos sociais, conforme nos mostra a tabela abaixo:

Entrevistadas	Capacitações / representações / articulações	Resultados
01	Prevenção em DST/Aids	Agente de prevenção em DST/Aids desde 2004
05	Seminário Construção Compartilhada	Projetos elaborados e concluídos e ainda atuando voluntariamente
01	Capacitação em atividades infantis	Atua hoje como recriadora da creche comunitária
03	Diagnóstico Comunitário Participativo	Aumento do conhecimento da comunidade; Reconhecimento de sua liderança por parte dos moradores
01	Rede de Comunidades Saudáveis	Articulação e participação em redes
01	Fórum de Juventudes	Articulação e participação em redes
01	Conselho Municipal da Saúde	Participação política
05	Comitê Comunitário	Articulação política; proposição de ações; elaboração de agenda local

DE ONDE VIERAM E PARA ONDE FORAM – A HISTÓRIA DA COMUNIDADE

VILA CONSOLAÇÃO

Para iniciarmos a história desta comunidade partiremos do um relato do diário de campo que marcou minha chegada a esta localidade.

Um lindo dia de sol, como nos dias típicos do verão carioca, marca nossa primeira ida à comunidade em 2003. Embora com anos de experiência com trabalho comunitário cujos contextos se assemelham a esta localidade, fomos surpreendidos por uma emoção que ao mesmo tempo se confundia entre a angústia e a curiosidade sobre aquele local. Diferente do que esperávamos encontrar, aquela comunidade aparentemente organizada na sua ocupação territorial tinha muita história para contar. Uma escola de três andares muito organizada logo no início da Rua São Gomário levava a crer que não eram tão precárias assim suas condições de vida. No entanto, na medida em que nos aproximávamos dos denominados “vagões” fomos percebendo que havia contrastes que aguçavam os nossos sentidos. Crianças, muitas crianças pelas ruas. Jovens, homens e mulheres ocupavam as calçadas e o meio fio de paralelepípedo com um olhar vago que declarava falta de perspectiva com a vida. Nessa primeira impressão nos perguntamos de onde viriam aqueles rostos e o que pensavam aquelas pessoas acerca de um futuro não tão distante. Essas imagens ficaram guardadas na memória e com este estudo buscamos, através da compreensão acerca do seu processo participativo, conhecer um pouco da sua história e como esta se reflete nas expectativas de seus moradores. Localizada na periferia da cidade, sua precariedade de recursos e serviços marca a acentuada diferença entre quem compra e quem paga a conta da desigualdade produzida sócio-econômica e culturalmente.

(Diário de Campo de 16/03/03)

A década de 60 foi marcada por uma política habitacional iniciada com a criação do Banco Nacional de Habitação – BNH - (SILVA & BARBOSA, 2005, p. 132), cuja proposta era voltada para a venda de propriedades diante do princípio de que o povo deveria ter sua própria casa. Assim se procedeu, construíram-se casas e prédios, mas, na periferia, onde a precariedade da infra-estrutura urbana era notória – Cidade de Deus, Vila Kennedy, Vila Aliança e tantas outras. Não consideraram que as pessoas que habitariam estas moradias tinham direitos como qualquer outro morador da cidade e para lá foram então removidas, principalmente das favelas da zona sul, milhares de pessoas.

Em Vila Consolação não foi muito diferente. No período de ocupação da comunidade, que compreendeu ao final dos anos 60 e início dos anos 70, os bairros localizados na zona oeste da cidade eram, de fato, “esquecidos” no mapa. Pouco se sabia sobre esta região da cidade que era desprovida de possibilidades de trabalho e funcionava mais como “bairros dormitórios”. A região começava a ser ocupada neste período com a construção dos conjuntos habitacionais populares para o deslocamento da população das áreas nobres da cidade.

Santa Cruz, onde é que é isso?[...] Nossa, nós ficamos apavorados porque andava tanto, tanto de trem, aí toda placa que a gente via ‘Santa Cruz’. Mas por que que nunca chega Santa Cruz?.

(Madalena, 55 anos)

Embora não tenha sido construída pelo BNH, mas pelo governo do estado através da Fundação Leão XIII, a história de ocupação desta comunidade foi igualmente iniciada neste período. Primeiro para abrigar vítimas de uma grande enchente e depois para receber populações provenientes de sucessivas remoções de favelas, destacando-se as que ocupavam as áreas de entorno da ponte Rio-Niterói, Praia do Pinto. Os diversos motivos estão presentes nas histórias de seus moradores, como nos diz Maria: “Eu vim morar através da enchente que teve em Niterói, né. Eu tinha um ano de idade”.

Minha mãe veio da Cruzada São Sebastião [...]. Ela morava na antiga Praia do Pinto, que acabou com o incêndio [...] E foram mandadas algumas pessoas para a Cruzada São Sebastião. Aí minha mãe veio pra cá grávida de mim e com mais três irmãos meus.

(Marisa, 33 anos)

Esta forma de ocupação da comunidade fez parte de um período marcado pela relação entre o poder estatal e a política de remoção de favelas e/ou a transferência de moradores para conjuntos habitacionais construídos pelo estado (SILVA & BARBOSA, 2005). As ocupações destas áreas ficavam sob a coordenação da Fundação Leão XIII.

Esta instituição foi criada em 1947 com a intenção de se eliminar as favelas da cidade do Rio de Janeiro, então capital federal. Um movimento expressivo da Igreja Católica preocupado com a expansão do pensamento comunista e pressupondo a possibilidade de avanço deste nas favelas, sugere a criação de um órgão capaz de exercer uma ação interministerial para realizar um “estudo extensivo sobre as favelas” (VALLA, 1986). Tendo como finalidade declarada “dar assistência material e moral aos habitantes dos morros e favelas no Rio de Janeiro” (1986), camuflava seu real objetivo de exercer um controle ideológico e como solução promover uma reeducação social. Reconhecendo a população favelada precisa ser “educada”, inicia-se a construção de 40.000 casebres que dariam solução ao problema de 50 favelas.

Este motivo não foi único, mas cercado por um propósito maior que subsidiava a proposta política do então governador Carlos Lacerda: a retirada das classes populares das áreas nobres da cidade para facilitar a expansão imobiliária do período definido como “milagre brasileiro”. Populações inteiras foram “convidadas a se retirarem” de diversas áreas de interesse da especulação imobiliária sob o argumento de que o objetivo [das remoções] era “a recuperação econômica, social, moral e higiênica das famílias faveladas” (PEARLMAN, *apud* SILVA & BARBOSA p. 243). Não obstante, esta forma de retirada das populações de seus locais de origem provocou impactos profundos em suas relações sociais. Com a ruptura dos seus laços afetivos e suas redes sociais dos moradores desfeitas, podemos avaliar que a política *remocionista* não levou em conta o sentimento das pessoas.

Nascemos tudo em Cordovil. Eu fui criada em Cordovil e em Jacarezinho. Aí cabou deu aquela enchente, ficamos sem moradia, viemos de um pavilhão. Do pavilhão viemos num caminhão, num me lembro, num ônibus estranho[...] cheio de janelinha assim, alto, preto, e desovou todo mundo aqui!

(Luiza, 38 anos)

Distante dos locais de trabalho, com relações de parentesco e vizinhança rompidas, os moradores de Vila Consolação também sofreram com o impacto desta política que provocou mudanças na vida de cerca de 140 mil pessoas (VALADARES, 1980). A precariedade de equipamentos urbanos, bens e serviços fizeram parte deste contexto agravando sobremaneira as condições de vida da população.

[...] Não tinha água, tinha que comprar pó de café era, uns cem conto de pó de café numa barraca, comprava querosene, comprar vela[...] Era muito difícil, na época que eu vim morar aqui[...] que tinha um padeiro que vendia pão então ele vendia pão na janela, que vinha não sei d'aonde vender o pão aí passava buzinando e gritava "O pão!". Onde é o Cesarão, era um sítio imenso com um poço[...] Minha mãe pegava as roupa, aquela trouxa de roupa, e antes de sair ela preparava arroz, feijão, a comida que a gente ia comer em casa, levava tudo e nós tudo ajudando - os oito irmão. Os maiores ajudava ela a carregar as trouxa de roupa, ela levava a roupa na trouxa, dentro da bacia, na cabeça e a gente levando o que ia comer, o que ia beber lá no poço[...] E passava o dia inteiro lá. Lá a gente só vinha pra casa quando era 5, 6 horas, que já vinha com a roupa já sequinha, dobradinha, todos tomado banho, já preparado pra chegar em casa [...]

(Luiza, 38 anos)

A gente aqui não tinha lazer, né. Nunca a gente tivemos lazer. O que marcou aqui foram os nossos bailes na comunidade, os nossos pagodinhos, né. Eu me lembro com saudade que era proibido de entrar, então, é, na minha infância o que me marca é na época que ia pro baile do Leléu.

(Maria, 40 anos)

Diante desta breve retrospectiva histórica, buscamos identificar se haveria indícios de mobilização da comunidade no seu período de ocupação. O relato das entrevistadas não apresentou dados referentes às relações sociais que caracterizassem um movimento de participação comunitária que fizesse parte do cotidiano dos moradores naquele período.

Mais uma favela na cidade - como vive hoje seus moradores

A comunidade de Vila Consolação foi ocupada nos tempos áureos da remoção em caráter temporário. Porém, o que era para ser provisório se tornou definitivo e a comunidade até hoje muito pouco foi contemplada com recursos públicos de infra-estrutura, o que a deixa

em estado de absoluta precariedade quanto a instalações de saneamento, vias de acesso entre os becos e vielas e conservação das moradias, principalmente as localizadas na parte baixa da comunidade, denominadas de “vagões”.

Vagões. O próprio nome traz consigo uma marca e junto a ela uma imagem. São habitações com apenas um cômodo, geralmente dividido por cortinas para ser transformado em “sala e quarto”. Em cada uma das extremidades, outros cômodos improvisados: de um lado o banheiro, do outro a cozinha. Contudo, não passam de 15 m². Quanto às condições de habitabilidade, estas moradias encontram-se em péssimo estado de conservação, uma vez que nunca houve investimentos públicos para sua recuperação ao longo dos 44 anos de ocupação “provisória”. Apresentam também muita falta de privacidade, devido a construções geminadas e à largura entre os becos por vezes não chegar a um metro.

A outra parte da comunidade conhecida como “di alta” possui melhores condições de infra-estrutura. São blocos construídos posteriormente para serem ocupados pelos moradores do vagão. No entanto, diante da política *remocionista* da época, este fato não ocorreu e estas casas foram habitadas por moradores vindos de outros locais da cidade. Nesta parte da comunidade as casas possuem quatro cômodos, além de uma pequena área disponível para ampliação (ou “puxada”, nas palavras dos moradores). As casas diferem mais ainda dos blocos e vagões, pois costumam possuir maior área livre, como um recuo. Contudo, também não há manutenção das redes de saneamento e nem obras de conservação das moradias, a exceção das melhorias feitas pelos próprios moradores.

Independente do tempo de ocupação e da localização das residências, nenhum morador possui titularidade da casa. Todo o terreno pertence ao governo do Estado e está, desde então, sob a responsabilidade da Fundação Leão XIII.

A comunidade tem 44 anos e você sabe que aqui ninguém é dono de nada. Ninguém é dono das casas, não tem a propriedade da terra. Isso eu acho uma covardia do Estado. Uma covardia imensa. Sabe porque se a comunidade está assim parada, sem

ter uma melhoria os culpados são o Estado [...] Isso aqui tá como para alijar as pessoas.

(Maria, 40 anos)

Estas habitações “provisórias” permanecem como residência de cerca de 6000 moradores (IBGE, 2000) em condições degradantes, além dos altos níveis de pobreza, desemprego e violência.

Devido ao fato de ter sido “planejada” pelo governo, sua classificação nos registros públicos é de pertencimento ao governo do estado, o que impossibilita as intervenções realizadas para melhorias das favelas, de responsabilidade do município. Esta falta de acordo influencia diretamente as condições de vida da comunidade, impede a sua inserção em programas habitacionais municipais, bem como dificulta a obtenção dos títulos de propriedade da terra.

Maria: Isso aqui não é favela.

Entrevistadora: É conjunto habitacional.

Maria: Nem isso. Isso aqui é albergue! É albergue [...] Isso aqui tá como para alijar as pessoas. Todo mundo aqui tá como albergado mesmo.

(Maria, 40 anos)

A falta de titularidade das casas permeia de insegurança a vida comunitária e é um dos fatores que exercem importante influência na relação de pertencimento dos moradores. Como já dito, a área está sob responsabilidade da Fundação Leão XIII e não há, até então, qualquer movimento para o repasse da titularidade das moradias. Embora, em função do número de anos de ocupação, o terreno seria legalmente de propriedade dos moradores através da lei do “usucapião”. No entanto, ainda que na legalidade não exista “o dono”, no cotidiano a gerência desta ocupação é feita explicitamente pelo tráfico de drogas, que determina a permanência ou não dos moradores na comunidade.

Com a inexistência do direito à propriedade nas favelas, e no caso da comunidade em questão, prevalece a “lei do mais forte”. Nesse sentido, o fato de ser “terra de ninguém” faz que para o morador não haja razão para cuidar do espaço em que vive. Segundo o economista

Márcio Camargo (PUC/RJ), “regulação é tudo aquilo que regula o comportamento social das pessoas seja no campo ou na cidade [...], e a regulação mais importante que existe em uma economia é o direito de propriedade.”

Mudar a casa ou mudar de casa?

Este sentimento de “não ser dono de sua casa” se perpetua na comunidade. Uma das questões que me remeteu a esta investigação é o entendimento de como os moradores se relacionam para a conquista deste direito fundamental. Diante do “silêncio” em torno deste tema, busquei ampliar a compreensão sobre a relação que se estabelece entre o espaço que se vive e a relação de pertencimento a ele:

Entrevistadora: O que você mudaria, se você tivesse que mudar na sua casa?

Magali: Bom eu, aqui dentro eu não mudaria nada. Porque isso daqui não é nosso. A gente mora enquanto tá vivendo bem com a comunidade. Quando começa a viver mal isso daqui não é nosso. Se eu pudesse mudar eu mudaria pra uma coisa minha, uma coisa que eu pudesse falar assim “Ó, isso aqui tá na escritura, é meu... No meu futuro mesmo, meu maior sonho[...] ter minha casa! Ter minha casa, com tudo no meu nome, tudo legalizado, esse é meu maior sonho.

(Magali, 33 anos)

A fragilidade do movimento participativo local decorrente da organização social estabelecida por indivíduos e suas redes de relações sugere o que Gilberto Velho (1994) aponta como *negociação da realidade*. A idéia de negociação implica o reconhecimento da diferença, o que possibilita compreender o ritmo da comunidade, seus sentimentos, seu processo de escolha e forma de participar, como veremos com mais detalhes no decorrer deste trabalho.

O sentimento de pertença, no entanto, não está associado à propriedade de bens materiais. É uma relação com a cultura, com a história. Neste sentido, são divergentes os

sentimentos das moradoras entrevistadas. Para umas o sentimento de apego ao local ainda se faz presente, ainda que (re) conhecendo todas as dificuldades de viverem neste local.

Entrevistadora: Você gosta de morar aqui?

Maria: Parece coisa de louco, né. Parece uma certa loucura, mais eu amo esse lugar. As pessoas até me criticam por isso, até me falam, até meu próprio esposo fala: poxa, vamos embora daqui[...]Então, eu amo esse lugar. Foi aqui que eu cresci, foi aqui que o pouco que eu tenho foi aqui minha conquista. Conheço todo o povo, né? Como que o povo que mora no seu local se for embora do local como é que vai ficar o local? Não vai ter melhoria, então eu amo meu lugar e espero mudar minha localidade.

(Maria, 40 anos)

Ah, eu não queria sair daqui, não, mas se eu fosse sair daqui [...] queria ir prum [sic] lugar que, que as condições assim, que as condições fossem melhores, tivesse condições perto, escola, creche, perto, que beneficiasse meus filhos e a minha vida profissional também.

(Laura, 34 anos)

Mesmo que as privações sejam inúmeras e o desejo de buscar outros horizontes perpassa o sonho de muitas pessoas, o sentimento em relação às casas é positivo. As pessoas gostam de suas casas, independente das condições estruturais já apontadas anteriormente. As condições, consideradas sub-humanas por alguns, não impede que os moradores tenham um nível de prazer e satisfação que extrapola uma compreensão sob o olhar de quem vê de fora.

Entrevistadora: Você gosta da sua casa?

Marisa: Eu gosto, só não gosto muito por causa do pouco espaço, muito pequeno. Minha família cresceu um pouquinho[...] Pra mim, quando eu era sozinha, era um palácio. Hoje em dia, isso aqui para mim é um ovo. O que eu mais gosto é o aconchego do meu cantinho, meu sossego, que apesar de ser pequeno, de não ter muito conforto, mas é meu. E muita gente que não tem isso.

(Marisa, 33 anos)

Ah, eu gosto da minha casa. Se eu disser que eu não gosto eu to mentindo, senão eu não morava na minha casa. Mas que queria que ela fosse melhor. Eu gosto do meu cantinho, de estar lá junto dos meus filhos, do meu esposo. Eu tenho 13 filhos, tenho 04 netos. A minha casa só tem um quarto, uma sala, uma cozinha e um banheiro.

(Maria, 40 anos)

A casa, as vielas, as ruas. Gostar da comunidade. Ter prazer e orgulho em se dizer parte daquele local. Este sentimento muitas vezes expresso pelos moradores nem sempre pode ser retratado para fora. A imagem da comunidade é associada a um local segregado e violento, o que estigmatiza sobremaneira seus moradores, para além dos limites geográficos

de Vila Consolação. No entanto, nem todos compartilham deste sentimento de orgulho. O desejo de sair da comunidade faz parte de projetos de vida, independente das relações estabelecidas com as pessoas e o local onde foram construídas, até então, suas histórias:

Eu tenho vontade de ir embora, com certeza. Tenho vontade de morar no interior, lugarzinho mais sossegado, onde tenha roça, que a gente possa plantar, possa cuidar dos nossos filhos, ter nossos bichos, nossos animais. Meu sonho é esse[...] É que agora o meu projeto de mudança mesmo é morar no quilômetro 32, Nova Iguaçu. Porque foi uma forma boa e fácil que eu tive de comprar lote lá, e hoje em dia, a gente tá construindo, e em breve a gente irá pra lá. Eu e a minha família.

(Marisa, 33 anos)

Poxa, que mais me chamou atenção é de eu tá morando ainda até hoje dentro da comunidade, até hoje, 33 anos[...] Tem mais ou menos três anos tentando sair daqui. Enquanto não saio vou tentando ajudar o povo, vou tentando trabalhar dentro da comunidade[...] Eu já escolhi outro lugar, to no alicerce, é na Estrada da Pedra em Santa Cruz, um lugar maravilhoso, bem ali no centro do Curral Falso.

(Luiza, 38 anos)

Esta situação tem uma interferência direta na vida da comunidade. Diferente de outras favelas da cidade, Vila Consolação sofre de um isolamento significativo do restante da cidade. Localizada no bairro de Santa Cruz, sem acesso direto ao centro da cidade e dependendo exclusivamente de transporte privado, com um estigma violência que acompanha sua história (a ponto de levar seus moradores a trocarem o nome da comunidade na tentativa de minimizar a exclusão), com poucos equipamentos públicos (uma escola e duas creches), com dificuldades de acesso a escolas de ensino médio, a cursos profissionalizantes, a serviços de saúde, entre outras tantas demandas, seu *status quo* fica difícil de ser mudado.

Ela (a mãe) levantava a cabeça assim no tanque e fazia assim: “Eu não posso sair daqui de dentro! Vai ali comprar vaselina! Pegava vaselina branca, aquela que antigamente se usava muito cabelo de crioulo pra esticar e antibiótico. Amassava, botava ali naquele pozinho, fazia aquele pozinho, na vaselina e fazia uma pomada pra botar nas ferida [...] Tirava os bichinho todinho da ferida, da cabeça, da onde a pessoa tivesse. Era como sempre, até hoje tem muita carência[...] Inclusive até hoje tem crianças que tem um bichinho na cabeça.

(Luiza, 38 anos)

A precariedade dos recursos, as relações sociais fragilizadas, a falta de perspectivas de vida, também são fatores que historicamente acompanharam a vida comunitária. “Escondida”

nesta parte da cidade, sua falta de visibilidade interfere sobremaneira nas relações com o poder público, ficando por vezes “esquecida” no mapa da cidade. Esta relação entre a falta de perspectivas e a dificuldade de acesso aos recursos públicos acompanha a população desde o início da ocupação da comunidade.

Passou assim, muitos anos esquecida. E até hoje os somos esquecidos. Vou te dizer porque que aqui nós somos esquecidos[...] Se o estado desse a posse da terra o favela-bairro atuava. Porque aí todo mundo tinha documento do terreno. Entendeu, isso é pra fazer melhoria. Mas só se dé a posse para a comunidade.

(Maria, 40 anos)

Diante de tais fatos, começamos a direcionar nosso olhar buscando compreender o processo local de participação comunitária, uma vez que não havia relatos de mobilização em prol de questões coletivas.

A casa é apontada como uma causa coletiva. No entanto, mesmo que a ausência da titularidade e a situação decorrente disso requeiram especial atenção, não há movimento de mobilização sobre esta questão. “Mudar a casa ou mudar de casa” faz parte da relação de pertencimento tida com a comunidade. Diante das suas fragilidades estruturais e da relação de vulnerabilidade a que estão submetidos os seus moradores, as melhorias para mudar a casa ficam restritas a atitudes individuais daqueles que não se sentem acuados com a fragilidade latente. Mudar de casa passa a ser perspectiva de futuro de muitos que não vislumbram novos horizontes na comunidade. A ausência de mobilização da comunidade em torno desta questão explicita que a participação dos moradores se concentre nas relações de ganho imediato e individualizado

Do que participar? Os espaços comunitários como estratégia

Os habitantes de Vila Consolação não diferem dos demais moradores que residem em outras favelas cariocas. Vivem num cenário marcado pela ausência e/ou precariedade de

serviços fundamentais como saneamento básico, saúde, poucas escolas, um número de creches insuficiente para atendimento da demanda local, falta de segurança, ou seja, vivenciam no seu cotidiano várias formas de exclusão.

Na comunidade em questão, a rede social de apoio é bastante escassa, incluindo apenas duas creches e uma escola de ensino fundamental, o que não é capaz de suprir as necessidades da comunidade. Mesmo insuficientes, em todas as entrevistas, estes espaços foram reconhecidos como importantes para a comunidade.

A escola aqui é ótima, pena que é só a oitava série, né? As creche aqui, muita das mães até tem filho mas não trabalham. Estão com os filho na creche e não tem aquela preocupação de que não se alimentou.

(Luiza, 38 anos)

A não tem muita coisa não, mas tem a igreja, os projetos que tão vindo pra cá ta sendo de muita importância, tem o núcleo¹³ [...] Pena que a escola só tem uma, poderia ter mais pra ter outras qualificações.

(Laura, 34 anos)

Sendo assim, diante de tantas demandas apresentadas pela comunidade, os espaços institucionalizados não possuem um movimento participativo consolidado. A escola é a referência mais expressiva. Com cerca de 2000 alunos matriculados desde a pré-escola até o segundo segmento do ensino fundamental, esta instituição exerce um papel fundamental na vida comunitária. Sua presença imponente em um prédio de três andares localizado na entrada da comunidade destaca-se das péssimas condições de habitabilidade das moradias locais. Uma escola limpa, organizada e administrada há mais de 20 anos por uma direção que vive os problemas da comunidade e que conduz a instituição com normas rígidas de disciplina, criadas para garantir o funcionamento conforme seus princípios e valores.

¹³ O Núcleo Comunitário de Prevenção das DST/Aids é a principal estratégia de ação direta em comunidades, desenvolvida pelo Programa Comunique-se - Consultoria Comunitária em Saúde e Educação, CEDAPS. Caracteriza-se pela implantação de um espaço de referência para informação, discussão e reflexão sobre a epidemia de DST/Aids, em comunidades populares do Rio de Janeiro. As ações desenvolvidas pelos Núcleos são protagonizadas por moradoras/es, continuamente capacitadas/os como *Agentes Comunitários de Prevenção* e interlocutoras/es no trabalho de promoção da saúde e prevenção à Aids. (CEDAPS, 2006).

Este modelo de gestão não obedece às normas de administração escolar estabelecidas pela Secretaria Municipal de Educação, uma vez que impõe a ordem e a disciplina muitas vezes usando de coerção e até mesmo da força. No entanto, a convivência com a comunidade se dá através de uma relação de ser amada por uns e odiada por tantos outros: ao mesmo tempo que a postura autoritária e o exercício arbitrário do poder se fazem presentes, é este equipamento público que alimenta boa parte da comunidade, seja através da merenda escolar de qualidade oferecida aos alunos, da fruta ou o biscoito que todos recebem na saída da escola, ou ainda da cesta básica fornecida a diversas famílias da comunidade.

A falta de espaços legítimos de representação comunitária (a Associação de Moradores voltou a funcionar recentemente após longo período sem representação) e a relação de dominação exercida pela direção da Escola sobre a comunidade criaram uma dependência da população. Se for necessário apresentar um comprovante de residência para uma compra a prazo, se inscrever em um concurso público ou resolver algum problema com a justiça, é a Escola quem fornece a declaração de residência, que se coloca como testemunha. Ao longo desses anos, as relações ultrapassaram a questão da educação escolar e entremearam a vida da comunidade.

Ao perguntarmos o que chama a atenção das pessoas para participarem de alguma coisa, a unânime resposta das entrevistadas foi “Valéria! Valéria! Valéria chama a atenção de verdade!”, disse uma das entrevistadas aos risos. Esse sentimento permeia todas as entrevistadas:

Valéria mandou chamar! Valéria tá chamando! Elas vão pensar que é compras. Que é cesta básica, elas vão pensar que é cesta básica, vão pensar que é [...] PETI, é[...] algo com interesse. Tudo vem dentro do interesse.

(Marisa, 33 anos)

As pessoas participam mais é quando tem evento lá na escola. Não sei se é por causa da Valéria que eles participam[...] porque se não participar não tem cesta básica. Então assim, o povo participa muito quando tem interesse.

(Laura, 34 anos)

Estes depoimentos sinalizaram algumas estratégias para que a comunidade participe. Se a escola, através desse modelo de gestão exerce bem este papel de provedora, por outro lado também é reconhecida e valorizada por oferecer um serviço que faz diferença na construção de projetos de vida não só das crianças e adolescentes, mas também dos moradores adultos da comunidade. Diante da falta de acesso a outras instituições de ensino no seu entorno, tem sido oferecida a complementação do ensino fundamental através do Programa de Educação de Jovens e Adultos (PEJA).

Muitos que não estavam na escola, hoje em dia entraram pra escola. depois então que a Valéria deu oportunidade de dar aula aqui à noite[...] Nessa área, eu achei que melhorou bastante porque as pessoas já estão se interessando mais, para estudar, acabar os estudos.

(Magali, 33 anos)

Se por um lado há um regime “militar” na gestão deste equipamento público, por outro há um reconhecimento quanto à importância desta instituição na construção de sonhos e possibilidades:

Enquanto você tá leiga, você não estuda, você não procura saber o que tá acontecendo no mundo lá fora, que o estudo para mim é isso, você estudar, procurar saber tudo que acontece ao seu redor e o que está acontecendo lá fora também. Aí a sua mente já começa a crescer, começa a evoluir, “poxa, tá vendo, eu achava porque eu tenho aquele sofá lá na minha casa, não posso ter um melhor”. Por que eu não posso ter um melhor? Se eu lutar eu vou ter um melhor do que aquele. Então eu acho que o estudo traz muito isso pra pessoa.

(Laura, 34 anos)

Contudo, o que prevalece neste espaço é uma relação de troca. A participação é condicionada às variadas formas de cooptação descritas acima, cujo alcance é inegável. Uma reunião com responsáveis na Escola chega a ter a presença de 300 pessoas, número que alcança proporções maiores quando se trata de eventos nos espaços da comunidade. Nas festas comemorativas, como no Natal, não se sorteiam apenas carrinhos e bonecas, mas bicicletas, cestas natalinas e outros tantos presentes.

A esse modo de participar é que chamamos de reciprocidade, que nos estudos de Marcel Mauss podem fundamentar este argumento que “os três momentos da reciprocidade

— dar, receber e retribuir — formariam uma unidade possibilitada pelo caráter total do *dom*”. O bem seria, pois, o mediador nessas relações interpessoais e intergrupais. Seria também utilizado como um recurso do poder, de exibição de *status*, garantindo uma posição de prestígio e poder ao doador. O *dom* é ao mesmo tempo interesse e desinteresse, generosidade e cálculo estratégico ou instrumental, expressos no plano simbólico e não material, que se conservam em tensão permanente, especialmente nas relações entre desiguais” (1997).

Com relação à Associação de Moradores, a opinião das entrevistadas é de que esta não é um espaço de referência para a comunidade. Diante dos longos períodos de não funcionamento, a credibilidade desta instituição precisa ser construída e re-construída a cada nova diretoria, que, em geral, não permanece por muito tempo. Os motivos apresentados para esta falta de continuidade se referem principalmente aos interesses pessoais que prevalecem em detrimento dos propósitos coletivos. As poucas gestões desta entidade que temos conhecimento não foram legitimamente eleitas e seus compromissos também não foram assumidos de forma transparente para com a população. Assim, na opinião de Magali, “na associação de moradores, não vai ninguém. A creche, a escola, quando é questão de interesse as pessoas vão.” Diante da postura estabelecida pela atual diretoria da Associação de Moradores, a comunidade tem comparecido porque “tudo sai da associação, sai o preservativo, sai isenção (que é da Fundação), sai cesta básica, nutrição dez, sai o leite[...]” (Luiza). O critério de comparecimento, também chamado de “tem que participar da Associação” (Maria), condiciona a presença para o recebimento dos benefícios advindos de políticas compensatórias. No caso da distribuição do tíquete do leite, com 600 distribuições mensais e cujo cadastro é controlado pela Fundação Leão XIII, o que causa um desconforto entre ambas as entidades, que atualmente dividem o mesmo espaço e, conseqüentemente, disputam a atenção dos moradores, buscando enaltecer suas posturas de poder.

Diante da precariedade de recursos com que vive a maior parte dos moradores da comunidade, benefícios desta natureza são a fonte de sobrevivência de muitas famílias, que chegam a receber por todos os cadastros de distribuição. Diante disso, a participação para conquista de benefícios individuais mais uma vez prevalece, pois não há uma idéia de contrapartida associada ao ganho. Segundo Garnelo, “o desafio não é romper com essa lógica, mas inserir no universo das relações de reciprocidade a idéia de ‘projeto’, no qual a contraprestação feita pela entidade não se faz em bens, e sim no favorecimento das relações de trabalho e/ou prestação de serviços [...]”.

As instituições religiosas, embora numerosas em relação ao tamanho da comunidade, também não são, em sua maioria, reconhecidas pela comunidade como entidades capazes de oferecer apoio e sustentação às demandas apresentadas, segundo a opinião das moradoras entrevistadas. Sendo em torno de 13 igrejas evangélicas, apenas uma foi destacada por um trabalho assistencial prestado aos fiéis. Segundo Magali, “aqui tem muita e ta saindo mais [...] tem uma, aqui, 3, 4, com a igreja católica, 5, 6, 7, 8, 9,10[...] tem muita igreja! Muita igreja. Cada uma com a sua doutrina”.

A igreja católica possui apenas uma capela, cujo trabalho foi citado por todas as entrevistadas por sua importância e, principalmente, pela ação de uma voluntária da Pastoral da Criança. A liderança responsável pela ação da igreja na comunidade foi apontada como uma pessoa que fez e faz diferença na comunidade:

Acho que a Dona Madalena, né, tem feito uma diferença enorme por que? Tinha a igreja, todo mundo sabia que tinha aquela igreja ali. Mas não sabia o que que acontecia. Agora não, eu vejo lá reunião dos idosos, é [...] lambaeróbica, é [...] catequese [...]

(Magali, 33 anos)

A Igreja Católica porque já ajudou a muitas pessoas aqui da comunidade, e a gente não pode esquecer. É um órgão muito importante, que as pessoas procuram bastante a D. Madalena, da Pastoral da Criança.

(Marisa, 33 anos)

Com relação à participação nas igrejas evangélicas, apesar de serem expressivas na comunidade, nenhum destaque foi dado à atuação destas, e, segunda Luiza, “bem que aqui tem bastante igreja evangélica, nossa! Todo canto daqui, vai fazendo curva, é igreja evangélica.

Há questionamentos sobre a exploração da fé como alternativa de “geração de renda”. Como elemento agregador do ponto de vista afetivo, exerce um papel importante de referência para os seus fiéis.

Eu acho que as pessoas que tão à frente têm interesse. Recentemente veio uma pessoa, evangélica, e a proposta que ele fez pra Agência de Família foi se o banco não daria material pra ele fazer uma igreja. Então a gente vê esse interesse, esse meio de vida. Quer dizer, ele pensou assim “minha geração de renda será essa.” Se eu conseguir levantar uma igreja [...]

(Madalena, 55 anos)

O Núcleo Comunitário de Prevenção às DST/Aids também se configura como um espaço de participação local. “Por conta da camisinha!”, relata Luiza, mantendo o argumento da participação pautada no atendimento ao “interesse deles próprio”.

Encontra-se em fase final de construção a Casa da Paz, que pretende ser um equipamento público que ofereça diversos serviços à comunidade, como atividades profissionalizantes, culturais, entre outros. Erguida pela Secretaria de Segurança Pública¹⁴ do governo do estado do Rio de Janeiro no local onde estava instalada a Fundação Leão XIII, a Casa da Paz promete fazer diferença na vida da comunidade. Pelo menos a estrutura física é imponente, com acabamento de qualidade e espaço físico para várias atividades simultâneas. O contraste com as condições de vida da comunidade é surpreendente:

[...] estava indo para a creche comunitária quando encontrei com a Luiza. Comentei como estava adiantada a construção da Casa da Paz e ela me perguntou: você ainda não foi lá conhecer? Respondi que não. Ela perguntou: cê tá com pressa? Vamos lá! E seguimos em direção a construção. O portão estava aberto e haviam quatro homens negros e fortes descansando na sombra da varanda. Pareciam ter acabado de

¹⁴ Esta informação nos foi prestada por uma funcionária da Prefeitura Municipal, o que não nos garante a fidedignidade. A comunidade reconhece a obra apenas como sendo realizada pelo Governo do Estado do RJ.

almoçar, pois as “quentinhas” amassadas estavam ao lado. Fui convidada a entrar. Sinceramente, quase caí para trás. É uma mega construção! Fiquei pasma! Uma sala de cinema, com espaço para entrada do projetor, toda a instalação elétrica externa com material de primeira linha, espaço para instalação de 11 aparelhos de ar condicionado só no primeiro pavimento. E tem um segundo! [...]

(Diário de Campo de 05/01/06)

Apesar do contraste, os moradores estão ansiosos pelo início do seu funcionamento, havendo uma enorme expectativa de que os serviços oferecidos para a comunidade farão grande diferença para suas expectativas de futuro, uma vez que funcionará um posto do DETRAN (para retirada de documentos), um Banco de Empregos, um consultório dentário, entre outros. Também vem sendo anunciado como um espaço para atividades culturais e de lazer, com uma sala de projeção (o cinema, como dizem os moradores), salas para atividades com idosos, entre outras.

Empreendimentos desta natureza realmente impactam a comunidade, uma vez que o espaço em construção possui mais de 20 salas distribuídas em dois andares, com aparelhos de ar condicionado por todo o ambiente. Isto contrasta com a pobreza da comunidade e os problemas estruturais permaneceram “ocultos”. Assim, ainda que haja Banco de Emprego, falta escolaridade e qualificação profissional aos moradores, falta acesso a serviços de transporte e direito de circulação.

Na opinião das entrevistadas, as instituições locais acima citadas (Escola, Creches, Associação de Moradores, Núcleo de Prevenção, Instituições Religiosas) representam um aspecto positivo para a comunidade, embora sejam insuficientes para atendimento da demanda. Além dos muitos problemas já descritos no decorrer deste capítulo, uma das dificuldades que mais interfere na vida comunitária está relacionada com a violência decorrente do tráfico de drogas. Embora seja este um problema que perpassa a maioria das favelas desta cidade, neste contexto sua interferência altera substancialmente as condições de vida local, seu processo de organização comunitária e a perspectiva de seus moradores.

A dificuldade de circulação a que estão submetidos vários moradores de favelas da cidade em função dos comandos diferenciados do tráfico de drogas estabelece limites à população residente nestas localidades. No entanto, as comunidades estão dentro da cidade. No caso de Vila Consolação, por ficar na periferia, o caráter de isolamento se mostra ainda mais marcante. Não há transporte público na comunidade, levando a população ficar totalmente dependente de serviços prestados por kombis particulares, que fazem o trajeto apenas até o centro de Santa Cruz, sendo este mais um fator para encarecer o valor do transporte que já é diferenciado. Essa condição repercute em toda a vida da comunidade, seja para obtenção de trabalho, para acesso a escola, qualificação profissional ou serviços de saúde. No entanto, as comunidades de seu entorno têm ônibus com acesso direto ao centro da cidade, o que facilitaria a vida dos moradores de Vila Consolação, se não fosse as “forças dominantes” que lhes impede o direito de circulação e como consequência não concedendo uso deste serviço.

Para além desta violência, conhecida ao analisarmos este contexto, outros fatores também violentam a vida daquelas pessoas. Para muitos seria apenas o tráfico, as armas, as mortes o que esta comunidade carrega na memória. No entanto, outras questões a fazem excluída por tantos que não se encorajam a romper as fronteiras que cerceiam o direito de ir e vir de sua população, que criaram e criam cicatrizes na história daquele local.

O que tem de ruim na minha comunidade é que o povo lá fora não funciona para gente. Porque de ruim a comunidade não tem nada. Não vejo nada de ruim. Se tiver alguma pessoa que fala que ali tem um fulaninho no tráfico não é porque ele quer, não é ruindade dele, mas é porque o povo lá fora não abre a porta para ninguém aqui dentro. Como você vê o que tem de ruim é o desemprego que tá demais. Eu acho uma verdadeira ruindade, uma maldade, entendeu? Por quê? Porque aí quer dizer, mesmo que a pessoa não queira ser ruim acaba a pessoa sendo ruim, não é que eles querem ser ruim, mas é porque a vida lá fora não funciona pra gente.

(Maria, 40 anos)

Não se pode penalizar apenas a comunidade por seu destino. Os interesses de quem tem o poder [de fora] são transversais à situação de pobreza e exclusão em que encontram

seus moradores [de dentro]. Numa visão mais ampliada, as iniquidades sociais e as violações aos direitos humanos são os grandes responsáveis pela produção das desigualdades que distanciam a riqueza e a pobreza, resultado de um sistema perverso que verticaliza as relações sociais, as oportunidades e os interesses.

A percepção do morador difere da percepção de quem olha a favela “de fora”. A generalização do estado de “carência” ou de “violência” que a sociedade determina em seu olhar sobre as comunidades não se verifica verdadeiramente na observação direta da realidade. Os “contrastes” e a desigualdade, tão marcantes na sociedade brasileira em geral, também se apresentam no interior da comunidade de Vila Consolação. “Quem olha de fora” vê todos os moradores no mesmo patamar de igualdade, “quem olha de dentro” não deixa de considerar que a favela possui diferenças nos extratos sociais que a compõem.

Morar em uma comunidade não homogeneiza os grupos sociais nem horizontaliza as oportunidades. Numa sociedade competitiva em que a malha comunitária é constituída com base na conquista e consumo de bens e serviços, o movimento em direção ao protagonismo da vida de cada um se difere em sonhos e utopias. Não há um modo uniforme que a faça pensar e agir coletivamente. O pensamento individual prevalece e se orienta na direção da estrutura social vigente, ou seja, através da conquista individual.

Apesar da precariedade de recursos e a falta de acesso estejam no cotidiano dos moradores, há um sentimento que permeia a comunidade e que pode ser traduzido nos relatos de algumas entrevistadas: a ajuda-mútua, uma forma de dividir o pouco que possuem.

A rede social de apoio

Um aspecto compartilhado se baseia na colaboração frente às tarefas domésticas e cuidado das crianças. O hábito de crianças ficarem sozinhas é comum nesta comunidade,

havendo uma cooperação entre os vizinhos na “supervisão” das crianças quando estão sem os responsáveis. Sem que exista uma rede social suficientemente capaz de apoiá-los e minorar os efeitos desta situação sobre o desenvolvimento e o cuidado das crianças, na comunidade estudada esta é uma situação que chama atenção, ainda que com difícil verificação em termos numéricos, mas freqüentemente registrada nas informações obtidas através da observação participante. Laura explica como se dá esta relação de cuidado: “A que toma conta da casa [...] é a mais velha. É a de dez anos [...] As crianças ficam só. Aí os meus colegas às vezes passa o olho, o Moacyr quando ta em casa, ou a Cilene, ou a Denise[...]” (Laura).

Meu marido trabalha como auxiliar de serviços gerais no supermercado, à noite. Aí, eles ficam sozinhos, numa certa parte, porque eu saio quatro e pouca da manhã, pra tá lá às sete e meia, né. Sou obrigada a deixar eles sozinhos. Minha irmã vem aqui, passa o olho de vez em quando.

(Marisa, 33 anos)

Os parentes e vizinhos configuram uma extensão do núcleo familiar até pela própria conformação das moradias, que, na maioria das vezes, não oferece muita privacidade. A proximidade das casas de certo modo amplia as composições familiares tornando muito comum a existência de formas de organização em que todo um conjunto é acionado para diferentes necessidades, desde o cuidado com crianças até uma troca de favores e recursos. As relações de amizade trazem apoio emocional e acolhimento. Tais gestos e atitudes também marcam a vida comunitária e trazem à tona o que há de positivo nas relações entre os moradores.

O fato de terem uma casa, terem seus vizinhos e amigos, morarem em uma comunidade, faz os moradores se sentirem abrigados e, em grande maioria, quando perguntados diretamente se estão satisfeitos com a sua moradia respondem que sim. Poderíamos dizer que são esses os chamados “limites de melhoria” apontados por Valla (1998). Ainda que sob o olhar de “que vem de fora” a precariedade daquela localidade não condiz com condições dignas de vida e de saúde, há um sentimento na fala dos moradores que

é maior que suas condições estruturais. É ali que se vive, que se tem amigos, se cria raízes, se alimenta os filhos.

Este apego que se tem ao lugar onde se vive nos chama a atenção para o quanto que se precisa re-editar valores. Não é por estar associada à pobreza e a violência que a favela é sinônimo de falta. Lá existem ações solidárias, determinação, força de vontade. A favela não é o céu, mas também não é o inferno: é um lugar como todos os outros da cidade. O que é preciso é que a cidade reconheça que, no morro ou no asfalto, na zona sul ou na periferia, todos são cidadãos e merecem ser respeitados por isso.

A convivência com a(s) violência(s)

A violência exerce uma importante influência no processo de participação da comunidade. O fato de estarem “sitiados”, conforme citado acima, faz com que os seus moradores sejam, de fato, cerceados do seu direito de ir e vir. A comunidade não circula no seu entorno, uma vez que o comando do tráfico nesta localidade é contrário ao das áreas circunvizinhas, não possui uma série de bens e serviços, o que provoca um efeito em cadeia na sua organização socioeconômica e cultural. Um exemplo deste efeito pode ser visto na educação. Se não há escolas de ensino médio na comunidade e não se pode estudar nas escolas próximas, a alternativa é buscar outros locais mais distantes. Porém, a falta de transporte e a dificuldade de circulação dos adolescentes e jovens, não lhes resta outra alternativa senão o abandono dos estudos e com ele as possibilidades de novos horizontes.

Este exemplo é um entre tantos outros. Para participar de espaços políticos, de controle social, de busca de recursos, de capacitações, é necessário que se tenham recursos para circular. Em uma comunidade onde o desemprego é declarado como um problema que atinge a maioria de seus moradores e a dificuldade de acesso é significativo são poucos os

moradores que hoje tem essa disponibilidade de circulação. Esses poucos, em geral, são mulheres que, de alguma forma, estão adquirindo maior autonomia e buscando oportunidade de acesso, como veremos a seguir. Além desta disponibilidade é importante reconhecer que a violência é um estigma que acompanha a história da comunidade e que repercute no convívio do moradores, principalmente em relação ao público jovem.

Esta situação que se expressa de dentro para fora também é sentida entre os moradores, principalmente em relação à falta de oportunidades que acompanha as gerações mais jovens. Nos becos, nas ruas e travessas da comunidade o convívio com o chamado “movimento” faz parte do cotidiano dos moradores. As relações de poder estabelecidas pelo crime organizado exercem profundas interferências na vida da comunidade. A presença das armas, do comércio e consumo da droga interfere de forma direta ou indireta na vida dos moradores, o que leva muitas famílias a se preocuparem profundamente com a proximidade com que este mundo influencia e seduz principalmente nos jovens.

Eu vejo meninos jovens drogados, outros morrendo por causa de drogas[...] e também, eu menos gosto também, né, é de ver meus filhos aqui. Assim, nessa[...] no meio dessa coisa toda, sabe? É de passar e ver um garoto cheirando binho, ou então fumando maconha, né, porque aqui a gente vê muito.

(Magali, 33 anos)

A dominação exercida pelo tráfico de drogas sobre a vida da comunidade leva seus moradores, na maior parte das vezes, a um comportamento silencioso. Para que tenham suas “garantias” de permanência no local é imprescindível que sejam fiéis às “leis” estabelecidas, como a do silêncio, por exemplo. A consequência dessa atitude contribui para o estigma que percorre a sociedade: o de que quem reside nas favelas é bandido ou está ligado a ele. As pessoas passam a ser vistas pelo restante da cidade como “*envolvidas*”. Sentem-se humilhadas e rejeitadas e, por vezes, nas relações estabelecidas fora da comunidade, fornecem endereços incompletos e/ou falsos para evitar o preconceito, como no momento de se obter um trabalho.

O comércio e o consumo de drogas de forma ostensiva no interior das comunidades naturalizam o “proibido”, tornando esta uma cena comum no cotidiano e criando, para fora dos seus limites geográficos, uma impressão de que há uma relação consensual acerca da questão, que há uma relação de convivência da comunidade com o tráfico. A relação de pertencimento ao local fica comprometida em virtude da forte presença do tráfico de drogas. A comunidade carrega um estigma histórico de violência explícita e que ainda domina fortemente a vida comunitária.

Era explícita, porque muitas vezes eu entrava aqui e esbarrava com muitos cadáveres. Era as barricadas. Eles barravam a gente, perguntavam aonde que a gente ia [...] E era muita violência, quando tinha tiroteio aqui e apareciam os mortos, no dia seguinte a gente não podia nem vir aqui, a gente não se arriscava a vir.

(Madalena, 55 anos)

Diante da “ordem” estabelecida pela ação do crime organizado, cerceando o direito de circulação de seus moradores e contribuindo de forma imperativa para o reforço do estigma, um sentimento que predomina é expresso através do desejo de buscar alternativas de vida. A violência e as regras sociais impostas pelo crime organizado favorecem o aparecimento de um cotidiano baseado no poder e na força de quem estabelece as normas e regras.

Estava numa “barraca” [como é chamada a birosca na comunidade] tomando uma água e , de repente, as portas começaram a serem fechadas. Uma bandeira preta passou na mão de um adolescente. Era um dia de muito calor, mas a comunidade estava em silêncio. Ao chegarmos na Pastoral para participarmos de uma reunião fomos informados que “daqui a pouco o corpo vai chegar para ser velado aqui”. Não dá pra ter reunião [...]

(Diário de Campo de 08/02/05)

Com base no exposto acima, é importante consideramos em que medida esta situação interfere no processo participativo da comunidade. Dependente desse “poder paralelo” para permanecer residente em sua casa, entrar e sair da comunidade, se sentir “protegido” pelo poder dominante, entre tantas outras questões que fazem parte desse tecido social, o significado de participação ganha um contorno próprio dentro deste contexto marcado por privações.

A imagem que se tem das favelas, e que é massificada pela mídia, faz destes locais “territórios de privação” (WACQUANT, 2001), onde a noção de direitos e o exercício da cidadania ficam absolutamente comprometidos devido à imagem que se incorporou ao imaginário da cidade. A cidade tem medo da favela. Os moradores da favela ameaçam a “segurança” da cidade.

A magnitude que os números da violência estes números vêm alcançando é hoje um problema de saúde pública, principalmente no que se refere à população de adolescentes e jovens. Entre 1991 e 2000, o aumento da taxa de homicídios entre jovens foi de 76%, segundo o IBGE (2006). Em 2000, os homicídios nesta faixa etária corresponderam a 38,3% do total das mortes por causas externas no Brasil (MINISTÉRIO DA SAÚDE, BRASIL, 2005). Este segmento populacional, de origem pobre, negra, e morador das favelas e/ou periferia, representa uma ameaça à “pseudo segurança” da cidade.

A (falta de) perspectiva dos jovens

Em uma ordem urbana marcada pela segregação, onde as diferenças de oportunidades fazem com que haja distintas condições de (sobre)vida, os jovens são as principais vítimas. Segundo o IBGE, a cada um milhão de jovens de 18 anos, teoricamente em idade ativa para o mercado de trabalho, apenas 100 mil tem acesso, restando um excedente de 900 mil. Instigados pelo consumo e pela necessidade de reconhecimento, para muitos jovens o tráfico de drogas se torna uma alternativa viável ao trabalho, ainda que na informalidade, mas que garante o acesso a seus objetos de desejo e ao poder. Segundo o ex-secretário de Segurança Pública, Luis Eduardo Soares, “na hora em que porta a arma o jovem da favela faz com os outros o reconheçam; somos obrigados a enxergar quando usa a arma quem para nós é sempre invisível” (MINAYO, 2005).

Este cenário se reproduz em Vila Consolação. Como na maior parte das comunidades populares da cidade, a vida comunitária é permeada pelo tráfico de drogas, que muitas vezes representa uma “alternativa” disponível para jovens sem garantias de continuidade dos estudos, sem qualquer qualificação profissional e expectativas de futuro.

A violência que o jovem pobre e das periferias urbanas reproduz, a partir de sua entrada no crime organizado, tem uma intrínseca relação com a violência do não-reconhecimento. “Quando o tráfico dá ao menino uma arma, dá a ele não apenas um instrumento de operação econômica, mas um instrumento de constituição subjetiva de afirmação de si mesmo, de recuperação de sua visibilidade, de imposição de sua presença social” (SOARES, 2002, p.43 *apud* MINAYO, 2005). A falta de oportunidades muitas vezes recai sobre o público jovem como a impossibilidade de se sonhar. Mas é permitido sonhar, e por isso, muitas vezes a entrada no tráfico de drogas se torna uma alternativa para que os sonhos virem realidade.

Segundo Mattos (2006, p.53), consumo, liberdade e juventude estão intimamente relacionados na contemporaneidade. Com as inúmeras possibilidades de trajetos individuais, para os jovens

a liberdade de escolha assume um papel importante na contemporaneidade: [...] é preciso que ela se configure *a partir das escolhas que serão feitas por esse sujeito*. O jovem estaria em seu pleno momento de efetivação das escolhas. O futuro abre-se, diante dos jovens, como um leque de infinitas possibilidades. Para os jovens, é preciso escolher, mas não há orientações socialmente legitimadas que possam, definitivamente, dizer que escolhas devem ser essas. [...] Além disso, o prazer e a felicidade sendo vivenciados individualmente a partir das escolhas feitas, do que é consumido, difundem a crença de que a experiência da liberdade deva ser vivida também individualmente, e que cada um possa gozar de liberdade para alcançar o seu bem-estar individual. A concepção econômica que podemos ter, atualmente, a respeito do consumo, tem repercussões significativas em nossas expectativas pessoais. A experiência de liberdade, assim como da intimidade, a adesão a grupos na cidade e a independência individual, quando pensadas a partir das possibilidades que a cultura do consumo apresenta, ganham traços muito peculiares.

É importante considerar também que há uma lógica de mercado que funciona baseada na manutenção de atividades ilegais. O maior mercado do mundo é o do petróleo, seguido

pelas armas e em terceiro lugar pelas drogas (MINAYO, 2005). Interessa sobremaneira a manutenção deste sistema lucrativo que atua entre a “legalidade-ilegalidade”, onde a inclusão dos pobres no crime se dá como uma alternativa à exclusão destes no mercado formal de trabalho, resultado de uma conjuntura crescente de desemprego e exclusão social, cultural e moral (MINAYO, 2005).

A percepção que se faz presente é que estas comunidades se definem pelo que “*não se tem*”. Esta imagem, historicamente construída, hoje faz parte de um consenso sobre a representação negativa que se tem da favela e de seus moradores. É necessário evitar estereótipos que confundem favelados com marginais. Embora ambos convivam em situações muitas vezes subumanas, miseráveis e de exclusão, as formas de agir se diferenciam diante de suas carências.

O outro lado da moeda: as ações positivas na comunidade

Os enfoques sobre as favelas são diversos. Há que os reconheçam sua diversidade cultural e multiplicidade de saberes e há os que a vêem como sinônimo da marginalidade, da droga e da violência. Na verdade, as favelas são percebidas como “um espaço de *ausências e carências*” - urbanas, sociais, legais, morais (SOUZA & BARBOSA, 2005).

O que tem de bom na comunidade é a força de vontade do povo de lutar. Se não fosse a força dessas pessoas talvez a comunidade nem existiria mais. O que tem de bom é que as pessoas estão lutando ainda com a pouca arma que resta. Na verdade ninguém aqui tem uma vida assim melhor, a vida nossa aqui é uma vida precária, então o que tem de bom é isso mesmo, é a força de vontade do povo.

(Maria, 40 anos)

A força de vontade, a luta, a ajuda mútua, também fazem parte da vida comunitária. Retornando a reflexão de que no imaginário da cidade as favelas são espaços de transgressão de regras e valores, não é este o sentimento de quem se insere neste contexto.

Há um reconhecimento por parte das entrevistadas sobre os valores solidários presentes na comunidade. Se no período de sua ocupação seus laços sociais foram rompidos, novas relações se consolidaram a partir de suas necessidades coletivas, o que é sentido e reconhecido como valores positivos pelas moradoras entrevistadas.

De bom é a simplicidade que as pessoas têm de tratar umas as outras, porque todo mundo sabe a situação de todo mundo, todo mundo leva uma vida muito difícil [...] Então, moradores em si, daqui, eles ajudam muito as pessoas, em época de dificuldade. Qualquer necessidade que a pessoa tenha de chuva, incêndio, mesmo que não goste daquela pessoa, qualquer um está sempre disposto a ajudar.

(Marisa, 33 anos)

A comunidade tem de bom é a amizade. Assim, o povo daqui, mesmo tando com todas essas dificuldades eles são muito unidos [...] Se fala assim: “Ah, fulano ali ta passando mal!” Vêm muitos ajudarem [...] “Ah, uma pessoa ta passando necessidade!” Aí um vem, tira um quilo, o outro vem, tira outro quilo, daqui a pouco ta dando pra aquela pessoa [...]

(Magali, 33 anos)

Estas relações baseadas na solidariedade¹⁵ lançam perspectivas para uma compreensão de como é vista/sentida a questão da participação neste local. Numa relação de cooperação, as pessoas muitas vezes dividem o que possuem com os que, de alguma maneira, estão em situação menos favorecida.

Assim, o povo daqui, mesmo tando com todas essas dificuldades eles são muito unidos[...]E eles são um povo também unidos entre si, que eu falo, é saber assim “Ah, uma pessoa ta passando necessidade...” aí um vem, tira um quilo, o outro vem, tira outro quilo, daqui a pouco ta dando praquela pessoa. Então eu gosto da união deles. Isso eles têm de bom.

(Magali, 33 aos)

Este jeito de sentir e reconhecer a relação entre as pessoas da comunidade aponta para um caminho que marca a fragmentação em relação à imagem que se tem de quem vive dentro e de quem vê de fora. Sob o olhar de quem não acompanha esta trajetória, é simples

¹⁵ A esse respeito, ver: Duvignaud, Jean - "A Solidariedade: laços de sangue e laços de razão", Instituto Piaget, Portugal, 1986.

classificar que esta comunidade é acomodada, sem iniciativa. No entanto, é preciso compreender que a participação está associada ao entendimento de que “se faz parte de, é ter parcela em um todo” (FERREIRA, 2000), e, para tal, não há modelos pré-estabelecidos.

Para tantos, cujas histórias tiveram início naquela comunidade, o fato de se ter uma referência satisfaz e, por vezes, ainda faz sentir em uma condição de privilégio. Diante do exposto, das marcas e fragilidades presentes na carência – aqui entendida como falta, deficiência – nesta comunidade, surge a inquietude acerca do que será capaz de mobilizar aquela população em torno de questões coletivas.

PARTICIPAÇÃO: SEU SIGNIFICADO PARA OS MORADORES E PARA AS LIDERANÇAS

No entanto, o entendimento que a comunidade tem acerca do termo participação se difere de como ele foi relatado nos exemplos práticos. Para Madalena, significa “as pessoas estarem engajadas mesmo nas coisas que acontecem”. Para Luiza, “participação é você tá envolvida com o que você se dedica, o que você acha que tem necessidade dentro da comunidade. De tudo um pouco, você se dar um pouco no que você pode”. Maria diz que “participação pra mim é você estar sempre andando junto da comunidade. Tanto participar na alegria como na tristeza”.

Este estudo apontou dois tipos para participação na comunidade de Vila Consolação: a participação dos moradores, baseada na reciprocidade e nos ganhos pessoais e a participação de lideranças e voluntárias, voltada para os objetivos coletivos. Para estas formas diferenciadas, identifiquei também públicos distintos, ou seja, entre os moradores a participação está estabelecida no “dar e receber” e entre as moradoras que exercem algum tipo

de liderança, o reconhecimento é a forma de ganho que mobiliza para o engajamento em causas comunitárias.

Uma comunidade que vive num isolamento explícito, sem engajamento político e que se apresentava sempre em estado de passividade e falta de perspectiva, foi a imagem que observei em relação à atitude e ao comportamento dos moradores durante este estudo. Os espaços comunitários por onde circulei neste período e também em outras oportunidades de convívio com a comunidade, resultantes da minha intervenção profissional, chamou a atenção ao deparar-me com uma presença expressiva de moradores em algumas circunstâncias e em outras circunstâncias com uma representação pouquíssimo significativa. A oscilação deste movimento me fez buscar compreender o que de fato estaria nas entrelinhas deste processo.

Este estudo me remeteu a ampliar o olhar sobre esta questão e durante as entrevistas realizadas com as lideranças identifiquei que a participação da comunidade se dá através da aquisição de benefícios próprios. Fazia sentido este entendimento, uma vez que dependendo de quem convidava o comportamento coletivo se adequava.

Porque a Valéria tem aquele dom: “Se não participar não tem cesta básica, não tem isso...” Agora não vai ter mais esse negócio, né? Vai ter mais esse problema não. Então assim, o povo participa muito quando tem interesse.

(Laura, 34 anos)

O ganho material está na essência da participação dos moradores. Não se percebe interesse destes por atividades de crescimento pessoal, estando estabelecida uma cultura de passividade e conformismo - estão ali por interesse em ganhar alguma coisa. Perguntando às entrevistadas se a comunidade participa, a resposta foi que “dependendo do que for eles participa [sic], participam mais assim no interesse de compras de alimentos[...] (Luiza). “Quando é emprego e coisa de comer. Coisa que interessa pra eles”(Maria).

Se você colocar aqui na capela uma palestra de algo de saúde, ninguém vem. Mui-to raro. Já suei, já suei de ver assim aquele monte de mulé nas esquina e fala “ce pode dar um pulinho lá?” assim, com toda a dedicação, falando até que tinha um cafezinho da manhã, convence elas, pelo menos que ela vai lá, pelo menos por esse

interesse de tomar um café e sem querer ela ouve aquilo? Não teve condições. Pouquíssimos, pouquíssimos. Da saúde. Infelizmente.

(Luiza, 38 anos)

Com motivos claros de que a âncora para a participação da comunidade está na aquisição de benefícios diretos e individuais, busquei compreender como se dá esta relação perante os recursos advindos das políticas públicas assistenciais. A falta de clareza nos critérios de participação junto a esses benefícios é um fator determinante na mobilização da comunidade. Na opinião de Marisa, a participação muitas vezes fica comprometida porque “as pessoas tão muito descrentes, e esses programas da área social, eles escolhem as pessoas e acabam escolhendo errado. Aí as pessoas se afastam, por raiva, por ódio, por receio”.

Sabe-se que os recursos não são suficientes para atender à grande parcela da população que vive em precárias condições de vida e acaba dependendo essencialmente destes para sua subsistência e de suas famílias. No entanto, a falta de clareza e transparência nos critérios remete a situações de privilégio, segundo uma das entrevistadas:

Alguns recebem porque é uma questão de conhecimento, outros é uma questão de precariedade. Porque a pessoa passa e vê que é precária a situação daquela família que tá lá em baixo, aí vai lá e ajuda. Mas tem umas também que estão precárias, mas não demonstram que tá com uma situação precária dentro de casa. Às vezes, por vergonha da sociedade, do que a sociedade vai falar. Aí se fecha, se guarda pra si.

(Magali, 33 anos)

Há também quem considere que o excesso de benefícios contribui para uma “acomodação” dos moradores. Na opinião de Luiza, a comunidade “tem muito benefício! Uma só família pega PETI (Programa de Erradicação do Trabalho Infantil), pega o leite, pega a cesta básica, ainda tem a cesta básica de um bicheiro[...]”.

Diante da pobreza da comunidade, são muitas as famílias que vivem exclusivamente de recursos advindos de programas sociais. Essa falta de perspectiva de que se podem suprir as necessidades através do trabalho remunerado por vezes reflete a “acomodação” citada por

algumas entrevistadas. “Eles querem sempre ganhar alguma coisa, cesta básica [...], não tem trabalho[...], diz Luiza.

Participar por uma causa comunitária não está no cotidiano dos moradores, uma vez que não haveria associação com algum ganho material, o que contribui para pouca mobilização. Sob este aspecto Maria, avalia:

não participa porque não são motivados a nada[...] Assim, não tem aquela: Ah, eu vou participar porque eu vou melhorar minha comunidade! Não, não tem isso porque aqui nada vai à frente. Então quer dizer, as próprias pessoas já não têm mais aquele ânimo. Ah, aqui nunca vai vir nada mesmo. Aqui nunca vem nada[...]
(Maria, 40 anos)

Para Laura, outra participante desta pesquisa, “se tornou um hábito de só querer receber as coisas, mas não de uma geração de renda. Pra eles entenderem que ele vai ser sustentado pelo suor dele, com o esforço dele... Pra dar mais valor [...]”. Esta citação nos leva a perceber que esta forma de “doação” pura e simples tem efeitos colaterais: cria uma acomodação e não contribui para a iniciativa das pessoas. Conforme aponta Garnelo (2003) nas relações de reciprocidade há necessidade de se criar ‘projetos’ que possam gerar contrapartida social. Nesse sentido, o estado de passividade também se torna um alimento, mais para nutrir o estado de acomodação e dependência.

Diante da fragilidade apresentada pela comunidade em relação à participação local, torna-se importante reconhecer que a emergência no atendimento das necessidades dos moradores é que provoca o que a comunidade identifica como participação. Estar numa fila de cadastro para receber leite, bolsa-auxílio, numa reunião na escola para assegurar a permanência dos filhos são formas diferenciadas, mas que resultam nos denominadores comuns de atendimento às suas necessidades imediatas.

Outra forma de manifestação coletiva chamada de participação por alguns moradores é associada à ajuda coletiva. “É na ajuda quando alguém passa mal e todo mundo corre pra

ajudar” (Magali), quando uma “família tá passando, assim, aquela necessidade” (Laura). Um outro exemplo foi relatado em um diário de campo:

a casa de uma moradora que colabora voluntariamente com a igreja católica pegou fogo por conta de um curto-circuito matando carbonizado dois de seus netos”. No relato deste diário de campo observamos: “se tinha que ver a participação da comunidade! Todo mundo unido, carregando os baldes d’água, morador quebrando as paredes da casa para tirar as crianças que gritavam por socorro dentro de casa[...], muitos moradores se queimaram tentando ajudar[...], você tinha que ver a participação da comunidade, você tinha que ver[...], disse Luciana no dia que voltei a Vila Consolação após o acidente .

(Diário de Campo 18/11/2005)

Se é ou não participação, a questão é qual o entendimento que os moradores têm deste conceito quando se traduz no seu cotidiano. Essa postura diante da expectativa do ganho faz parte de uma cultura referente ao processo de conquista dos direitos sociais do Brasil, estabelecida historicamente com base na relação do “toma lá, dá cá”. A desigualdade existente na sociedade brasileira é pautada numa política assistencialista que busca minorar o impacto da falta de condições e acesso e orienta para a prática do ganho, do suprimento das necessidades a partir da fragilidade maior – a fome. Esta relação estabelecida na necessidade e no interesse pelo ganho direto, seja ele material ou simbólico, pode ser compreendida como uma relação de reciprocidade.

Os interesses individuais dos moradores orientam diretamente o processo participativo local. O benefício é determinante como fonte mobilizadora da população de onde se conclui que, se há ganho direto a participação se faz presente, conforme nos relata Laura em sua entrevista: “Ah, vai ter a reunião das mães. A gente faz uma reunião ótima. Valéria fala “Vai ter uma reunião[...] vai todo mundo!”

Esse processo no nível local está pautado na reciprocidade entre quem dá (programas de assistência social, ação de entidades religiosas, doações voluntárias) e quem recebe

(moradores). Diante da precariedade das condições de vida, a sobrevivência de grande parte dos moradores desta comunidade depende eminentemente dessas ações.

Por tamanha demanda, cria-se na comunidade um *gueto* de dependência dessas ações, diante da falta de perspectivas e oportunidades: “nossa comunidade não tem nada, não tem lazer, não tem saúde, não podemos ir de um lado pro outro, nós vivemos sitiados [...]” (Maria,). Os reflexos deste cerceamento se apresenta através da imagem impregnada sobre a comunidade e sua história, que para os de fora é sinônimo de violência e abandono e para os de dentro, são efeitos de um sistema perverso, excludente e dominador.

Os aspectos relacionados à pobreza não são o alibi para que tenhamos a participação relacionada com a questão do que vamos receber em troca. Esta condição pode ser interpretada como uma barganha mesquinha ou um direito de quem não tem direito. Neste sentido, muitas pessoas participam à medida que suas necessidades se expressam de maneira mais contundente:

Da creche eles participam porque eles precisam da creche, pra cuidar de seus filhos[...]Então eles participa porque eles gostam mesmo. Tá ajudando eles[...] Aqui na comunidade a realidade nossa vou te dizer eles gostam mesmo é de ser beneficiado. O que fizer pra eles ta bom. É igual a escola, ta beneficiando eles[...]Então é uma coisa de necessidade mesmo, entendeu? Tirando muitos, nem todos, mas uns 80% vai porque quer alguma coisa em troca, tem algum interesse.

(Maria, 40 anos)

Um dado importante no processo de mobilização da comunidade se refere aos acontecimentos que ficaram registrados na memória dos moradores pelo impacto causado na comunidade. Os relatos estiveram pautados em acontecimentos relativamente recentes e sempre provocados por um agente externo, seja a escola ou a atuação de uma ONG, no caso o CEDAPS. A limpeza dos lixões e a feira de saúde são exemplos de parcerias entre uma entidade não governamental, a escola e a comunidade:

Aqui tinha um lixão horrível! Horrível. E a gente fomo lá, limpamo, e hoje em dia, é pequeno. Eles ainda continuam jogando lixo lá, mas muito pouco. Não igual era, aquela coisa grandiosa, né, isso foi uma mobilização muito forte.

(Magali, 33 anos)

Foi nesse camelô, né, da saúde. Porque a comunidade participou mesmo! Enquanto eu tava verificando pressão, a Luiza tava dando palestra de DST e AIDS, né. Então a Madalena, 55 anos, também me ajudando na verificação, né. E tinha também a barraca de[...] não só falando de hipertensão, e aids né, tinha falando sobre ratos, lixo[...] então isso né, é[...] mobilizou muito a comunidade.

(Magali, 33 anos)

Ações comunitárias como estas citadas acima ganham especial importância uma vez que têm uma interferência direta nas condições de vida e de saúde da comunidade. O fato de serem coletivizadas e protagonizadas pelos moradores ganha uma força diferente, pois faz com que se sintam participantes ativos do processo e não receptores passivos de ações, além de serem serviços considerados importantes aos olhos de quem vê de fora a comunidade.

Algumas pessoas, especialmente mulheres, têm sido identificadas por atuações que vão ao encontro de causas coletivas. Por outros caminhos, essas moradoras têm estado envolvidas em ações que ampliam seus horizontes. Adquiriram autoconfiança, ampliaram suas redes de sociabilidade, passaram a circular por espaços públicos, estão rompendo “fronteiras”.

A seguir, focalizaremos a atenção nas mulheres entrevistadas. Com motivações diferenciadas das demais, essas lideranças tinham objetivos coletivos como princípio. Movidas pela causa comunitária, estavam envolvidas em espaços diferenciados na comunidade e fora dela. Ganhavam autonomia e se sentiam reconhecidas pelos moradores, o que lhes conferia o reconhecimento como o seu maior ganho, como constatado em outras pesquisas (DINIZ, MELLO E SOUZA e PORTELLA, 1998).

Os motivos que as levaram a se envolver com este movimento são variados. A influência familiar através da figura materna foi o exemplo que Luiza vivenciou e que a inspirou para ocupar hoje uma posição de liderança na comunidade.

Minha mãe[...] ó, se eu tenho água direta lá em casa[...] Porque a minha mãe botava uma blusa de malha[...] Lembro dela trabalhando de mutirão aos sábado e domingo, quando ela não tava trabalhando na fundação, porque ela era agente de serviços gerais. Ela fazia papel de enfermeira, ela tirava bicho do pé das pessoas, das ferida, de cabeça de[...] de perna[...]

(Luiza, 38 anos)

Outras situações decorrentes das relações familiares também impulsionaram o desejo de romper com seus “muros” pessoais, além da necessidade de cooperação com o sustento da família. Para Maria, a urgência de ajudar a família em virtude da morte do pai foi um fator que determinou sua inserção no trabalho comunitário:

Meu pai morreu eu tinha seis para sete anos, aí mamãe não tinha recebido pensão aí meu irmão caçula ele bebia água com açúcar porque não tinha leite e não tinha dinheiro para comprar aí eu comecei a conhecer o mundo lá fora, pedia pão duro de porta em porta...Mamãe fazia sopa de pão duro pra gente comer... Aí tinha aquela latinha de sorvete...lembra daquela latinha de sorvete antiga? Uma mulher enchia aquela latinha com resto de comida porque ela sabia que eu ia lá buscar. Ela guardava o resto do almoço dela para levar para os meus irmãos. Chegava em casa eu dividia[...] foi quando eu comecei a ver o mundo lá fora[...]

(Maria, 40)

Ser liderança muitas vezes também é doar-se, trabalhando pelo bem coletivo. O desejo de compartilhar através da ação voluntária é uma forma de contribuir sem estar baseado em bens materiais. Essa doação espontânea é bastante recorrente no perfil das lideranças comunitárias, com a solidariedade e a cooperação na essência de seus compromissos individuais e coletivos. Na experiência de uma das entrevistadas nos foi relatado que o trabalho é movido por esse desejo.

Que eu mais gosto?... Olha, do trabalho mesmo que eu faço com as família, apesar de eu não ter assim um bom retorno, mas eu gosto de fazer. Eu tanto gosto que eu não consigo sair. Eu já muitas vezes eu disse assim “Ah meu Deus, o que que eu estou fazendo aqui?! Eu não to conseguindo fazer aquilo que eu gostaria de fazer.” Mas logo depois vinha aquela “Mas eu sei que alguma coisa eu já fiz.”) Olha, eu sempre, eu sempre quis... quando eu decidi a trabalhar como voluntária, trabalhar sempre em local assim, carente

(Madalena, 55 anos)

A atuação enquanto liderança também repercute nas relações familiares. Para estar no movimento fora dos limites da comunidade, o tempo disponível para as questões domésticas por vezes fica comprometido em função da causa comunitária.

Porque eu tive que abrir mão de uma coisa para fazer outra. Eu abria mão, né. Eu abri mão. Porque o tempo que era pra eu ta no tanque lavando roupa eu tava com o público. O tempo que eu tava fazendo um jantar eu tava na Prefeitura reivindicando

coisa pro povo. Eu chegava em casa 10:00 da noite. Se sabe que quando a gente chega nesses órgão público lá fora, pra atender a gente é um burocracia só. Você fica esperando a boa vontade deles para atender você.

(Maria, 40 anos)

Histórias diferenciadas fazem das lideranças e voluntárias pessoas que estão se despontando diante de si próprias e do cenário da comunidade. São pessoas que abrem mão do seu tempo, da família, do lazer e projetam a comunidade para outros horizontes. Isso nos tem mostrado que Vila Consolação não é sinônimo da ausência absoluta. Em meio a este contexto marcado pela exclusão, há pessoas fazendo a diferença. Essa circulação que a comunidade começa a ter em virtude dessas lideranças que vem se constituindo, está ampliando a sua visibilidade. Embora no contexto comunitário, os aspectos positivos seja minoria, há quem esteja fazendo a diferença. Nesse sentido, o que move estas pessoas é um sentimento de autonomia, força e poder que aqui classificaremos como empoderamento.

Empoderamento – uma mudança na construção dos sujeitos

O sentimento de ocupar um lugar diferenciado se reflete nas pequenas observações em relação aos demais moradores. Esse processo, aqui chamado de empoderamento, contribui sobremaneira para uma leitura mais ampliada acerca do contexto e das relações nele estabelecidas. As pessoas começam a se perceber diferentes.

Minha vida mudou assim [...]mudou porque eu tenho mais compromisso. Eu não sinto mais dores, eu acho que eu sentia mais dores eu acho que eu tinha uma síndrome de dor. E só vivia doente! Eu só vivia reclamando que tava com dor de cabeça, dor aqui, dor ali, vivia no médico, e isso não sinto mais!

(Marisa, 33 anos)

Como abordagem, o empoderamento é uma atitude que pode guiar uma intervenção. É radicalmente oposta à atitude assistencialista, pois se fundamenta na crença da reciprocidade e equidade. Nela se acredita que pessoas, grupos ou comunidades “desempoderadas” têm ou podem desenvolver as capacidades que caracterizam o

empoderamento. Participação, auto-estima, consciência crítica e competência são fatores citados por autores que trabalham com o conceito de desenvolvimento sustentável, como condições para que se alcance o empoderamento (MELLO, 2004).

O sentimento de valorização advindo da conquista do reconhecimento tem um efeito de fazer emergir o empoderamento. Os sentimentos de valor, de poder, de autonomia e auto-estima contribuem sobremaneira com realização de ações individuais e que se desdobram em movimentos coletivos.

Bom, eu era conhecida, tá? Mas conhecida assim “oi, tudo bem?” “oi”... Não, agora eu sou conhecida como a Alexandra da pressão, como você mesma me chama “da pressão”! Né?

E eu sou muito respeitada pela comunidade, depois que eu comecei a fazer esse trabalho, porque as pessoas passaram a me respeitar muito mais, e jovens. Eu paro, né, conforme você mesma viu, eu passo “oi titia! Oi titia!”. Isso me engrandece muito, por que? Me fortalece... porque desde esse dia que eu passei a ver o mundo lá fora, na minha comunidade isso me fortaleceu muito.

(Magali, 34 anos)

Me sinto bem. Me sinto uma mulher, oh! Até quando eu não podia exercer esse trabalho por que tinha aquela manipulação, e eu ali não pude me envolver com a Associação. Aquilo me fez mal, porque eu tava passando mal. Eu tava doente de ver as coisas acontecerem e eu não poder fazer nada. Eu não podia chegar lá e intervir como moradora. Eles podiam até escutar, mas não ajuda. Vc tem representar alguma entidade para conseguir o objetivo.

(Maria, 40 anos)

Indicadores de felicidade são demonstrados de forma pública e transparente. Ainda que haja um movimento de doação pessoal direcionado aos problemas da comunidade, o fato de sentirem felizes contagia e se reflete no seu entorno.

Hoje eu sou uma mulher muito feliz. To radiante. Eu falo pra você: to dura mas sou feliz! Eu to feliz. Quando eu falo do PSF sempre teve uma barreira pra entrar na comunidade. Aí nessa reunião que eu fui que eu to participando do Conselho Distrital, que eu to indo (vou até te mostrar na foto), eu sempre to debatendo [...]

(Maria, 40 anos)

São poucas as pessoas que despontam neste cenário de apatia: na maior parte das vezes, são mulheres movidas pela causa comunitária e seu retorno é o reconhecimento dos moradores. O empoderamento ocorre através da capacitação, acesso à informação, trânsito na comunidade e fora dela, com a circulação por espaços públicos externos e a participação em

eventos, contatos com ativistas - todas as formas de adquirir novos conhecimentos, novas perspectivas e novos estímulos para também “resolver a vida”.

A comunidade de Vila Consolação não tem uma trajetória de luta política relacionada a interesses coletivos, visto que, conforme já relatado, os moradores não possuem titularidade das moradias e há ausência de “quase tudo” em termos de infra-estrutura urbana e serviços comunitários. Porém há quem faça diferença, pessoas “escondidas” por trás de figuras aparentemente tão comuns.

Quem mais participa – a forte presença feminina

As mulheres! Esta resposta faz parte de um discurso unânime sobre este segmento. Fator comum nas comunidades e que não difere de uma tendência observada na sociedade contemporânea é a posição das mulheres nos núcleos familiares, seja ocupando a posição de chefes ou exercendo um papel igualmente importante ao do sexo masculino. Embora esta situação se comprove na conformação da sociedade, as desigualdades de gênero estão presentes nas relações econômicas, sociais e políticas (MELLO, 2004).

Este dado tem uma representação significativa neste contexto, pois todas as entrevistadas acumulam as atividades da casa com o exercício de atividades profissionais fora de suas residências. Esta situação nos remete a reconhecer o caráter cíclico da posição da mulher na família que, mesmo diante da presença ou existência de um pai/homem presente, mas que não consegue prover a família, assume a responsabilidade por seu sustento e pela manutenção dos laços familiares. “Eu acho que em qualquer lugar é assim. A participação entre essas coisas assim é mais das mulheres mesmo”, destaca Marisa.

A mulher aparece como uma referência primordial de aglutinação familiar. Pode-se dizer que no âmbito da comunidade estudada, esta função encontra-se exacerbada. É a

mulher/mãe a responsável pela orientação, pela preocupação, pelo cuidado, pela alimentação e pela educação de modo geral. A forte presença feminina na educação de crianças e adolescentes suscita a importância de se formularem programas e políticas de apoio às mulheres no interior das comunidades. Seu sucesso ou fracasso na criação e educação dos filhos é resultante de uma sobrecarga social que transcende as duplas jornadas de trabalho e se estende às responsabilidades emocionais e culturais que historicamente são depositadas sobre as mulheres.

Se em todas as camadas sociais a mulher se ressentir deste acúmulo, comprovado por diferentes institutos de pesquisa, em se tratando das camadas empobrecidas estas situações cotidianas são agravadas e a sobrecarga se aprofunda para mulheres de diferentes gerações. Entretanto, elas seguem sendo as principais responsáveis pelas atividades domésticas e pelo cuidado com os filhos e demais familiares. Se as atividades indispensáveis para a sobrevivência e bem estar de todos através do cuidado com o lar, as crianças e os idosos fossem considerados nas estatísticas, as taxas de atividade feminina seriam superiores a 90%, atingindo 99% no caso das mulheres casadas.

Olha, apesar da falta de interesse aqui, acho que as mulheres ainda são mais interessadas do que os homens. Porque são elas que são as responsáveis por tudo, a maioria aqui não tem marido... tendeu? E são cheia de filhos, tão essas são as que tem que batalhar[...]

(Madalena, 55 anos)

Segundo a maioria absoluta das entrevistadas, as donas de casa/mães/desempregadas são as que mais se apresentam nos espaços mobilizados para a participação social local, seja pela necessidade de ganho direto dos benefícios assistenciais ou através da necessidade de reconhecimento e valorização pessoal.

Se você colocar aqui na capela uma palestra de algu... de saúde, ninguém vem. Muito raro. Já suei, já suei de ver assim aquele monte de mulé nas esquina e fala "ce pode dar um pulinho lá?" assim, com toda a dedicação, falando até que tinha um cafezinho da manhã, convence elas, pelo menos que ela vai lá, pelo menos por esse interesse de tomar um café e sem querer ela ouve aquilo? Não teve condições. Pouquíssimos, pouquíssimos. Infelizmente.

(Luiza, 38 anos)

No caso deste estudo em particular, a questão central está nos motivos que suscitam esta participação. Não há uma participação de luta por direitos, mas um movimento induzido por uma cultura baseada em ações de assistência que lhes retribuem, em troca da presença física, uma cesta básica, um tíquete de leite, uma bolsa-auxílio do governo. Quando não, a própria garantia da permanência dos filhos na escola também se torna “moeda de troca”. São também essas mulheres as mães de um enorme contingente de crianças e jovens que se aglomeram pelos becos e vielas desta comunidade.

Segundo uma das entrevistadas, o que as levaria a participar é:

porque as mulheres se despertaram. Antes elas eram massacradas, vai fazer isso, fazer aquilo, vai cuidar de marido, passar roupa[...]era uma escrava do lar. Então hoje em dia as mulheres tem mais liberdade, e tem essa força dentro delas. Então as mulheres agora tão mais despertada e reivindicando seus direitos.

(Maria, 40 anos)

A predominância feminina ocupa um lugar de destaque na análise do processo participativo desta comunidade e poderia ser atribuída a uma visão historicamente constituída que as mulheres, conforme as palavras de Marisa, “participam mais porque acham que isso é coisa de mulher”. Esse discurso acompanhou gerações no que se refere ao papel da mulher, uma vez que as estruturas da nossa sociedade estão fundadas sobre estruturas patriarcais (D’ÁVILA NETO, 1994).

Conforme já apresentado anteriormente, percebemos novamente aqui a diferença entre a participação da comunidade e a participação das lideranças.

Só se eu falar[...] só se eu entrar em parceria com a Valéria, e falar assim “Valéria, é[...] você pode chamar fulano pra vir... as responsáveis das criança pra ver uma palestra aqui?” Aí elas vão, mas não tem que indentificar o porquê da palestra. Tendeu? Que se indentificar... elas vão pensar que é compra[...] Elas vão pensar que é compras. Que é cesta básica, vão pensar que é pet, é[...] algo com interesse. Tudo vem [...] dentro do interesse.

(Luiza, 38 anos)

Percebemos que o processo participativo uma vez deflagrado em pessoas que estão no movimento de conquistar maior autonomia e autoconfiança produz um efeito em cadeia.

Todas as entrevistadas após envolverem-se com ações participativas ampliaram a abrangência de seus interesses, passando a se comprometer com outras questões de causa comunitária, religiosa e cultural. O estímulo para a absorção de novas motivações e atribuições se configura num sentimento de reconhecimento e valorização:

Entrevistadora: Além da atividade que você realiza você também participa da igreja. Você participa de mais alguma coisa?
Não[...] é que ainda não apareceu mais coisa. Que se não eu entro!

(Magali, 33 anos)

Participo de tudo [...] Sou madrinha do grupo de pagode, sou madrinha do grupo de lambaeróbica, é[...]Tudo me mobiliza, principalmente as criança. As criança não têm área de lazer, não tem um divertimento, por isso que eu me dedico hoje o dia delas.

(Luiza, 38 anos)

As mudanças de postura declaradas pelas entrevistadas após o envolvimento com as questões comunitárias também se destacam neste processo. Podemos afirmar que há uma interferência direta deste exercício com o que se compreende por *empoderamento*, ou seja, o envolvimento com a comunidade associado ao sentimento de maior autonomia, maior liberdade de escolha, aumento de auto-confiança. Este fato pode ser considerado, a partir das palavras de D' ÁVILA NETO, que sintetiza que *“em termos psicológicos (aquele que propicia condições de autoconfiança e autonomia) deve ser encarado não como um fim em si mesmo, mas como um meio de acesso a um empoderamento mais pleno, que leva a uma maior conscientização dos seus direitos”* (1998, p.20). Por serem mulheres, pobres, negras, com poucas oportunidades de estudo e de trabalho remunerado, por si só se constitui um grupo a ser empoderado.

Este também é o perfil das mulheres que fizeram parte deste estudo, porém com a sutil diferença de que já estão vivenciando um processo de empoderamento. Este movimento individual com uma repercussão coletiva teve uma influência do CEDAPS através de sua proposta de intervenção territorial e que tem como base os conceitos de desenvolvimento local e promoção da saúde.

Uma ONG e sua intervenção territorial: contribuição com o processo participativo

Compreendendo que a participação está numa condição essencial para a realização de programas de DLIS/PS, procurei perceber se no âmbito deste trabalho houve uma contribuição efetiva do CEDAPS com o processo de autonomia dos moradores envolvidos diretamente.

A proposta de intervenção do CEDAPS na Iniciativa de Vila Consolação “é promover o desenvolvimento e o empoderamento comunitário com base nos pressupostos da promoção da saúde” (CEDAPS, 2005). Tem como foco estratégico a incorporação dos próprios moradores ao processo de desenvolvimento, de conquista de melhores condições de saúde e qualidade de vida a partir de três dimensões: desenvolvimento da comunidade, ação local e mobilização comunitária.

Utilizando estratégias diferenciadas, mas sempre respaldadas em metodologias participativas, a essência do trabalho da instituição se faz através do fortalecimento das ações locais, respeitando os limites e possibilidades estabelecidas pela comunidade. Não se tem como proposta ser o agente da intervenção, mas subsidiar a comunidade, através de suas lideranças, com instrumentos que venham garantir que este movimento seja endógeno.

O empoderamento é um dos objetivos-chave da instituição com este projeto. Entendido como a conquista de uma maior autonomia e o desenvolvimento da capacidade de se fazer escolhas, sua conquista amplia as possibilidades de atuação sobre as questões comunitárias. Para compreender se ocorreu este processo, busquei nas palavras e nas atitudes de alguns moradores registradas durante as entrevistas, o que esta oportunidade trouxe de novo para o contexto de suas vidas e de suas ações relacionadas ao trabalho comunitário: “Ah

eu queria ver a comunidade mudar, porque é tudo[...] tudo fala em outras comunidades, que a comunidade tem isso, a comunidade tem aquilo, por que que aqui também não pode ter?”, disse Laura, ao ser entrevistada.

Bom, a minha história, né[...] eu ficava só em casa, sabe, pensando que além do meu portão, né, pra dentro do meu portão só tinha eu e minha família, não existia mais ninguém. E o mundo lá fora passando. E isso, quando eu conheci o CEDAPS, né? Eles me mostraram que não era assim. Que tinha outras coisas além do meu portão. Que tinha outras pessoas que precisavam, né? E que havia uma comunidade! Mesmo que eu só passasse e visse só superficialmente, mas havia um vizinho do lado, havia outras pessoas.

(Magali, 33 anos)

Viabilizar a realização de ações faz parte das motivações de cada um. Gilberto Velho ressalta que “as trajetórias dos indivíduos ganham consistência a partir do delineamento mais ou menos elaborado de projetos com objetivos específicos” (1994, p.47). Nesse sentido, a concretização de tais projetos depende de uma “negociação com a realidade”, a interação com outros projetos individuais ou coletivos e a dinâmica do “campo de possibilidades” (id.). Esse sentimento de “ser importante”, ser valorizada por sua ação na comunidade, exerce um papel fundamental para o empoderamento individual. Para as lideranças entrevistadas, a relação de reciprocidade está relacionada a este ganho subjetivo: o do reconhecimento.

Ser popular: o ganho simbólico

O fato de se sentir reconhecido é importante no processo de crescimento e fortalecimento individual e orienta decisivamente para a atuação em ações coletivas. Em uma comunidade onde a invisibilidade é recorrente, ganhar “status” por uma ação voluntária exerce uma forte influência sobre o envolvimento e a continuidade no processo participativo.

Bom, no começo ninguém sabia quem era Magali. Porque eu sou mais conhecida como Xandoca né? Aí até que, com algumas reuniões, né, que o CEDAPS deu aqui na comunidade, então eles deram uma cartilha, e nessa cartilha, vinha algumas

coisas que a gente faz aqui na comunidade. Né? Como a Luiza, eu, a Dona Madalena, 55 anos, a[...] Então, algumas pessoas falam “Como é, a Alexandra que verifica a pressão?” aí até que identificaram “Ah, a Alexandra, que mora lá no Dialta, verifica a pressão.” Aí um belo dia to saindo na rua, aí “Cara, te conheço!” um rapaz falou pra mim. Aí eu falei “Eu sei que você me conhece, eu sou a Xandoca!” aí ele “Não, você é a Magali da pressão!”[...]“Ah, vi na cartilha! Que me deram lá na escola.”

(Magali, 33 anos)

No primeiro caso, há uma satisfação explícita através do ganho simbólico, ou seja, se sentir importante, tornar-se conhecida na comunidade. Não há uma preocupação imediata com o ganho material e também não está condicionado a um interesse pessoal. Nas palavras de Marisa, pude compreender como se dá esse processo: “Eu vou ajudar com a minha boa vontade. E isso pra mim é que é de grande valia, pra mim é de grande importância.” Essa boa vontade – ação solidária – colaboração – doação, por muitas vezes, está na essência daqueles que participam e são identificados como líderes comunitários. Conforme já citado anteriormente, na opinião das entrevistadas, as pessoas “se ligam em participar em eventos assim, que dê algum benefício a eles. Quando fala que vai dar algo, ou que vai fazer algo, aí todo mundo vai. Mas quando fala que vai fazer uma reunião pra tentar fazer alguma melhoria na comunidade, são pequenas pessoas que aparecem, poucas pessoas que aparecem”.

É de vê o povo sofrer e não ter uma resposta. Do sofrimento do povo, sabe, da malícia dos poderosos daí de fora vindo nessa comunidade só pra poder só tirar proveito. Isso é o mais me chamou a atenção, me chamou a atenção demais. E de ver eu nunca vi

(Maria, 40 anos)

A realização deste trabalho também esteve associada à abertura de novas perspectivas para os moradores participantes. Para a execução de seus projetos, muitos moradores passaram por capacitações que posteriormente consistiram em outras possibilidades de exercício profissional: “Foi através desses projeto, dessas coisa que eu consegui um emprego na creche. Através do meu trabalho. Que eu consegui o emprego de auxiliar de creche, como recreadora”

(Laura, 34 anos)

Nas entrevistas pude perceber a dimensão que este trabalho interferiu a nível local. A intervenção do CEDAPS na comunidade contribuiu para com o processo participativo local, o que pode ser percebido através das palavras de Maria: “Olha, eu vou ser sincera pra você. Eu

como moradora [...] se eu falar que não ta contribuindo eu to mentindo[...]eu vou te dizer que ajudou, ajudou. A mim mesmo, a minha auto-estima ajudou pra caramba, a minha filha também.”

É. E ta despertando nas outras pessoas também. Que vê acontecer as coisas aqui e vêm procurar, que eles tão sempre procurando. É porque às vezes a carência assim é tão grande que eles querem ver um resultado [...] já. Entendeu?

(Madalena, 55 anos)

O futuro... a quem pertence

A utopia está no horizonte[...] Por muito que eu caminhe, nunca a alcançarei. Para que serve então a utopia? Serve para isso: para caminhar.

Eduardo Galeano

É buscando seus sonhos que as entrevistadas relataram o que esperam para seu futuro. Com toda a história da comunidade, o que já se viu e vivenciou, Magali relata o que pensam pessoas do seu convívio “no momento, muitos que eu converso é sair daqui. É sair daqui[...]”.

O desejo de mudança é perseguido por outros moradores. Ainda que as dificuldades exerçam uma forte influência no sentimento dos moradores, podemos destacar que há um ideário por uma vida diferente. Não necessariamente ambicioso, mas diferente:

Pro futuro, é [...]eu tenho um desejo muito grande de ser Assistente Social, eu estou estudando. Pra ajudar as pessoas e o meu sonho para o futuro é ter um lar mais adequado para os meus filhos que não tem um lar adequado. Não quero ter riqueza, eu quero ter uma vida digna. Meu sonho é esse.

(Maria, 40 anos)

O que estas lideranças pensam como sendo os sonhos da comunidade pode ser compreendido através da noção de campo de possibilidades, abordada por Gilberto Velho, que sintetiza a fala das entrevistadas ao considerar que se trata das “alternativas construídas a partir do processo sócio-histórico e com o potencial interpretativo do mundo simbólico da

cultura” (1994, p. 28). Com base em suas experiências de vida e atuantes no movimento comunitário, é unânime a crença de que o sonho comunitário de melhoria é:

“trabalho, emprego que eles não tem. O sonho deles é arrumar um emprego e ter uma vida melhor. Até falam assim os próprios adolescentes e jovens envolvidos na marginalidade, no tóxico, não é porque eles querem. Eles têm um sonho também. O povo quer melhoria! O povo está desacreditado. Não acredita em mais nada. Só vêm pessoas pra tirar, tirar. Pra explorar”.

(Maria, 40 anos).

Com todo o desgaste e descrença presentes nas falas dos moradores e também observadas nas suas expressões físicas durante as idas e vindas à comunidade, é notório o sentimento de cansaço. Por inúmeras vezes observei o olhar distante das pessoas sentadas nas calçadas em silêncio. Sempre me ocorria a silenciosa pergunta acerca do que estariam pensando; que sonhos teriam; que histórias os acompanhavam até aquele estado de “olhar perdido”. Muitas mulheres e homens em idade produtiva “contando” silenciosamente as horas que passavam.

Essa imagem me remete à lembrança de um estereótipo sobre as mulheres que é muito recorrente na comunidade: gordas e obesas, com blusas justas e salientando os seios e a barriga; shorts curtos ou saias igualmente curtas e que “sobem” ao andarem; sandálias rasteiras. Mas, ainda assim, uma demonstração de que a referência de cuidado e beleza existe naqueles rostos: negras com os cabelos alisados com henê, o que os fazem ficar muito pretos, e as unhas pintadas. Faltam-lhe os dentes, mas não o batom. A isso leio como esperança:

Há uns anos atrás, eu via que a maioria das pessoas que moram aqui, não tinha nenhuma esperança de mundo melhor. Mas com o passar dos anos, o meu pensamento tá mudando porque eu tô vendo que várias pessoas estão começando a lutar pelos seus objetivos de vida, tão começando a tentar melhorar...Ah, eu quero poder fazer faculdade de enfermagem, porque hoje eu só fiz, por enquanto, o auxiliar. Vou entrar agora no técnico. Porque sempre foi meu sonho, é uma coisa que eu amo muito fazer[...]

(Marisa, 33 anos)

Primeiro é entrar no Big Blother [sic], nossa senhora! Aí, eu[...] como eu gosto de criança, então quando eu vejo os caras com caminhonete, cabine dupla, eu quero encher de sobrinho ali dentro, de criança, e sair pra passear com o som bem alto[...] de óculos escuro e cantando com as criança, e vamo parar na sorveteria, vamo para na lanchonete[...]

(Luiza, 38 anos)

Alguns **sonham** para si, outros sonham para os outros. Nesta perspectiva, Madalena reconhece que o investimento no trabalho pode dar frutos: “E a gente vai ver ainda algumas coisas boas acontecerem, mesmo que seja pouco, mas coisas boas acontecerem [...] Olha, eu espero que eles, assim como eles tão agora, vá melhorando cada vez mais essa participação e esse interesse[...] Eu tô muito feliz e tô mais confiante que agora a gente consegue alguma coisa. Que eu sempre digo assim: Ai, meu Deus, eu tenho que ter muita saúde porque eu preciso alcançar isso aí.”

O sonho de se tornar uma vila de verdade, uma comunidade sem manchas, com áreas de lazer, casas bem organizadas[...]” são palavras da liderança Maria, 40 anos, uma das entrevistadas deste estudo. Antes de iniciarmos a entrevista ela comentou que certa vez perguntaram a ela se a sua comunidade era violenta. Ela responde: “não, não. Minha comunidade não é violenta, minha comunidade é violentada. Uma comunidade que não possui lazer, trabalho, unidade de saúde[...] não é violenta. É violentada nos seus direitos de cidadania.

(Maria, 40 anos)

Fazer parte do futuro da comunidade não é uma situação que permeia o desejo de todas as entrevistadas. Mesmo nascidas e/ou criadas na comunidade, para algumas contribuir enquanto se vive ali é importante e as motiva, porém, “minha meta é sair daqui. Mas enquanto eu estiver aqui eu to dentro desse futuro” (Magali). Para as lideranças, a responsabilidade sobre o futuro está nas mãos de cada um. Assim, na opinião de Laura, “isso depende muito das pessoas quererem mudar, isso aí vai muito da pessoa, eu quero mudar”.

Este sentimento marca a importância da participação enquanto uma possibilidade de acesso à construção de novas perspectivas. “Fazer parte” nos remete a pensar que cada um que participa traz para si, em alguma medida, um pouco da responsabilidade sobre o processo de mudança.

Considerações finais

Esta pesquisa sobre a participação da comunidade de Vila Consolação foi um exercício de muitos aprendizados. Entre tantas outras histórias, concluí esta pesquisa compreendendo porque na opinião das entrevistadas a comunidade participa se ganhar alguma coisa em troca, seja este ganho material ou simbólico. Precisa de caminhos para “resolver a vida”. Esses diferentes caminhos trilhados pela comunidade definem dois tipos de participação, sendo uma baseada no ganho individual, estando este aqui baseado na noção de reciprocidade e a outra respaldada em conquistas coletivas, cujo ganho se estabelece através do reconhecimento por parte dos demais moradores da comunidade.

Diante do que foi apresentado no decorrer deste capítulo, podemos considerar este movimento ampliado ainda restrito às lideranças. São todas mulheres e especialmente participativas. Cada uma delas exerce hoje um papel diferenciado em prol da comunidade e apresenta perspectivas diferentes em relação a seu futuro e ao futuro da comunidade. A pesquisa apontou que essas mulheres tiveram seu intuito de participar por razões e estímulos diferenciados, seja influência familiar, em relação à comunidade ou mobilizadas por desejos pessoais.

Todas as entrevistadas tiveram contato com a Iniciativa de Vila Consolação proposta pelo CEDAPS, uma vez que fazia parte de minha intenção perceber se este tipo de programa contribui em alguma medida para o processo participativo. A resposta foi afirmativa por todas as entrevistadas. Programas desta natureza, de fato, exercem um papel importante nesse processo. Agem como um “disparador” por terem sua essência relacionada ao desenvolvimento local e a promoção da saúde, sendo ambos os conceitos sustentados pela participação. O programa mobiliza e, com base em metodologias participativas, convida os atores a se integrarem ao processo, o que os fazem co-autores da ação.

Na sua opinião a comunidade participa? Formulada desta forma esta pergunta responde, em certa medida, o que a maioria das entrevistadas pensa sobre este termo: “se tiver uma reunião, o povo se reunir e ajudar; quando precisam assim de algum apoio, se reunir, chamar a população, passar panfletos, então eu acho que isso é participação”, nos define Laura.

Independente da forma que se estabelece o processo participativo local, uma análise deste contexto de dominação, desigualdade e exclusão me remete a compreender o quanto é fragmentado esse processo a nível local. Se por um lado participam, por outro precisam de algo no lugar. Recebem os benefícios sociais e dão a sua presença como “moeda de troca”. Contudo, este estudo identificou que a comunidade vem apresentando um movimento de alteração de seu *status quo*. O fortalecimento de lideranças comunitárias começa a sinalizar uma mudança no comportamento de espera passiva por parte de alguns moradores, o que se pretende esteja inserido num movimento cada vez maior capaz de exercer influências positivas na vida da comunidade.

Especificamente, o referencial utilizado pelo CEDAPS age sobre os indivíduos visando o seu empoderamento individual e coletivo. Para tal, a proposição de ações de intervenção local com base em problemas coletivos identificados, leva o morador à autoria de uma ação social, interventiva e resolutiva, porém dimensionada no seu *campo de possibilidades* (VELHO, 1994). A participação comunitária dá início a novos caminhos, uma vez que passam a ser criados espaços para tal.

Contudo, diante deste isolamento, a abertura de suas “fronteiras” a novos atores externos que passam a circular na comunidade também interfere positivamente no processo participativo. Cabe destacar que programas desta natureza são relevantes, sejam eles de

natureza governamental ou não-governamental, na medida em que têm suas estruturas alicerçadas na participação da comunidade.

CAPÍTULO 4

CONCLUSÃO – POSSIBILIDADES E LIMITES DO PROCESSO PARTICIPATIVO:

LIÇÕES APRENDIDAS

O presente trabalho refletiu e analisou as possibilidades e os limites do processo participativo na comunidade de Vila Consolação. Mais do que isso, permitiu aprender com essa população sobre suas experiências e suas estratégias para “resolver a vida” e sua compreensão sobre a participação comunitária.

Identifiquei com esta pesquisa que a comunidade apresenta duas formas de participação: a dos moradores, baseada na reciprocidade e nos ganhos pessoais e a de lideranças e voluntárias, voltada para os objetivos coletivos. Diante do comportamento de seus moradores, verificado através da observação participante e dos relatos obtidos através das entrevistas, foi afirmado que a comunidade participa – contanto que ganhe alguma coisa em troca. Este é um princípio determinante para a compreensão das relações sociais locais. Já para as lideranças, o ganho esperado tem outro valor, não relacionado ao aspecto material, mas simbólico. Estas duas formas de participação estão associadas a motivações diferenciadas e as questões que interferem no processo de mobilização comunitária são transversais entre os dois modelos.

A organização comunitária em Vila Consolação é frágil e baseada em interesses individuais, sejam eles materiais ou não. As entidades de representação local são desarticuladas, com ações isoladas que não ouvem aos moradores na busca por seus direitos, além de serem vulneráveis aos interesses dos que regulam e dominam a vida comunitária. As diferentes formas de dominação as quais os moradores são submetidos estão associadas a sua condição de pobreza, falta de acesso à educação, um histórico de violência estrutural e violência do crime organizado que os faz “reféns” do próprio estigma que carrega o lugar, a

falta de trabalho e ainda a distância do centro da cidade, gerando um estado de imobilismo. Poucos são os que se envolvem com questões de alcance coletivo, ficando a maior parte dos moradores na dependência de programas assistenciais e doações.

O histórico isolamento, a presença do poder público circunscrito a uma cultura política clientelista, a não consolidação de uma intervenção social planejada e a escassez de direitos de cidadania dessa comunidade desenvolveram relações muito complexas com o Estado, marcadas, na maior parte das vezes, pela manutenção e agravamento da dominação e da violência estrutural vigentes. Os programas assistenciais originários de políticas públicas compensatórias contribuíram e reforçaram sobremaneira o comportamento que a comunidade classifica como participativo.

A violência é outro fator relevante para que o movimento participativo comunitário seja baseado na reciprocidade. A comunidade historicamente sofreu com a imagem de violência a ela associada. Não poder dar o endereço numa busca de emprego, não ter acesso à unidade de saúde vizinha, não poder ter os filhos adolescentes na escola [já que dentro de Vila Consolação só é oferecido até a quarta-série do ensino fundamental], ou não se sentir dono da própria casa são vivências cotidianas dos moradores. Todas estas questões fazem com que fiquem à espera que algo de diferente aconteça. Este comportamento gera um imobilismo na população, o que conseqüentemente a deixa vulnerável aos programas assistenciais, com os quais estabelece uma forma de participação baseada na reciprocidade.

Há pouca oferta de espaços para participação e esta também se expressa nesta relação de conformação com o que está estabelecido. São poucos os locais onde se viabiliza movimentos participativos. A escola é um ícone neste processo por absorver quase a totalidade das crianças da comunidade. Neste espaço há participação, mas, ainda assim, ela é induzida pela necessidade de garantir da permanência do filho na escola ou pelo ganho de uma cesta básica, mensalmente distribuída para os moradores “selecionados”.

Os demais espaços se restringem as creches, ao Núcleo de Prevenção em DST/AIDS e a instituições religiosas que, embora numerosas em proporção à população (13 evangélicas, 01 católica e 01 espírita), tenham instalações adaptadas nas próprias moradias. Há um reconhecimento quanto à importância do papel da Igreja Católica da comunidade, conhecida pelos moradores como Capela. O trabalho realizado pela liderança da Pastoral da Criança é positivamente avaliado pela comunidade, mas nem por isso ultrapassa o número de três voluntárias que atuam no local.

Diante das dificuldades e limitações apresentadas e a forte presença de programas assistenciais originários de políticas públicas compensatórias, projetos que envolvem a população jovem com o recebimento de bolsa-auxílio, doações de “padrinhos” da comunidade, afirmam o modelo participativo que se baseia “no que eu vou ganhar”. Não há incentivo ao desenvolvimento da noção de direitos; o que se vê é o estabelecimento de atitudes passivas e a elas uma expressiva falta de perspectiva.

A ajuda mútua é também atribuída pelos moradores como forma de participação. Atitudes como dividir o que se tem, prestar um socorro, cuidar dos filhos dos vizinhos e amigos, são formas de expressão a que a comunidade também atribui este significado. No entanto, são atitudes baseadas em ações individualizadas, que não remetem a reflexões mais críticas.

Embora haja uma predominância considerável deste comportamento, há quem tenha motivações diferentes. Ainda que poucas, algumas pessoas começam a chamar a atenção por sua circulação dentro e fora da comunidade. Passam a participar de capacitações, eventos, redes e fóruns de discussão, trânsito em espaços públicos, estabelecimento de parceria, contatos com ativistas. São mulheres, na sua grande maioria, e não esperam ganho material em troca, pois são movidas pela causa comunitária, seu retorno é o reconhecimento dos moradores.

Muitos limites já foram vencidos e o isolamento da comunidade estão sendo vencido por estes moradores. Há um movimento de socialização, de buscar o acesso à informação, levar o nome da comunidade para outros espaços, conhecer o que lhe é de direito. Mesmo com inúmeras dificuldades, como a distância do centro da cidade e o alto custo do transporte, há um movimento de se projetar para além daqueles limites.

OS EFEITOS DA INICIATIVA DE VILA CONSOLAÇÃO SOBRE OS PROCESSOS DE PARTICIPAÇÃO E MOBILIZAÇÃO SOCIAL NA COMUNIDADE

Conforme já mencionado nos capítulos anteriores, há quatro anos vem sendo promovido pelo CEDAPS um programa de intervenção territorial, baseado nos princípios do desenvolvimento local e da promoção da saúde, denominado Iniciativa de Vila Consolação. Esta Iniciativa é um programa complexo e heterogêneo, baseado em conceitos multifacetados, e que tem a questão da participação como um pilar essencial. Sua trajetória caminha na direção de contribuir com o movimento comunitário a partir da autonomia de seus moradores.

Este programa se diferencia por não propor trocas imediatas – como leite e cesta básica, mas ganhos no campo “imaterial”, tais como novos conhecimentos, novas inserções sociais [como viajar, se hospedar em um hotel...], o exercício do diálogo e da negociação, construção coletiva de soluções e idéias, contato externo que exige novos discursos, valorização por parte de outros profissionais. Ganhos que podem representar movimentos importantes para redução da vulnerabilidade social a que está submetida a pessoa, seu grupo ou comunidade.

A realização de ações de forma compartilhada com os outros moradores (como assessoria técnica, construção e aplicação de um Diagnóstico Comunitário Participativo), a

transferência de uma metodologia de trabalho que subsidia a elaboração de planos de ação, conferindo ao morador a autoria da ação social, são fatores que têm contribuído para o processo de empoderamento individual e coletivo, conforme revelado neste estudo.

Estimular processos participativos sempre foi uma alternativa buscada por este programa, no qual a conquista da autonomia tornou-se um eixo de sustentação. Os resultados desta ação foram identificados nos depoimentos citados no capítulo anterior, que afirmaram o fato deste trabalho ter contribuído sobremaneira com o empoderamento de moradores participantes, agindo como um deflagrador para o início de seu ativismo que hoje mantêm em continuidade através do seu engajamento com questões comunitárias que pressupõem a conquista de direitos.

Percebe-se que a comunidade vem apresentando sinais de um movimento de mudança que se espera ter amadurecimento e fôlego para a construção de novos caminhos, a partir da participação crescente de lideranças e voluntárias. Esta é a intenção: criar raízes e possibilidades.

As **recomendações** geradas por esta pesquisa se referem à necessidade de compreender a participação enquanto um eixo de sustentação para a garantia do direito social. Estudos dessa natureza fazem emergir uma reflexão sobre a dicotomia entre o discurso teórico, o desenvolvimento da sua consciência crítica, desalienadora, capaz de agregar força a um grupo ou ação coletiva e a absorção destes conceitos pela comunidade na sua vivência prática. É necessário compreendermos como estas questões são interpretadas de modo diferenciado e o quanto esse procedimento se reflete no exercício da participação social da comunidade.

Programas pautados no desenvolvimento local e na promoção da saúde são capazes de trazer contribuições, gerar conhecimentos e fomentar a participação. Nesse sentido, sua implementação contribui com o processo organizativo da comunidade, uma vez que é

construído com base em pressupostos que trazem a participação social para sua estrutura de sustentação.

As políticas públicas de saúde reconhecem a importância da participação da sociedade no controle social. Trabalhos como este deve chamar a atenção acerca do que se espera em termos de participação e o que, de fato, está a alcance da compreensão e das possibilidades da população. Estabelecer legalmente que o controle social é feito pela sociedade, mas não lhe conferir possibilidades de participar, uma vez que falta recurso até para o transporte, é apenas uma camuflagem em termos de garantia de direitos.

O imperativo da participação social também está na base das políticas públicas de assistência social. Nesse sentido, este estudo contribuiu com uma reflexão sobre o que se fala, o que se escreve e o que se compreende sobre participação. Verifiquei que nos conceitos teóricos, esta tem um significado diferenciado do que a comunidade apresentou. Este entendimento remete a refletir sobre como esses conceitos escritos são, de fato, internalizados e vivenciados pela população. Muitas vezes, recai o discurso de que a comunidade não participa, não se organiza, não se mobiliza. Experimentei perguntar para suas lideranças e disseram que “participa sim”. Esta distorção na compreensão deste significado é importante para dimensionarmos as expectativas quando há proposição de projetos sociais e políticas públicas estruturadas sobre este pilar.

Os programas sociais que contribuem com o desenvolvimento da comunidade devem ter como premissa a valorização do saber local. Os problemas estruturais, determinantes da saúde e da doença, só podem ser enfrentados em uma perspectiva de construção coletiva e democrática, na qual todos têm poder e o exercem na busca de soluções. Torna-se fundamental no processo de redução das desigualdades e enfrentamento da pobreza o reconhecimento e a crença de que o “poder” está no povo.

Os resultados desta dissertação levanta a questão do que é participação. Participar para ganhar algo em troca é participar? Estar presente em encontros, reuniões, ainda que seja para a garantia de benefícios sociais não se enquadra nos conceitos teóricos de participação apresentados no decorrer deste trabalho. No entanto, é necessário considerarmos a forma como estes conceitos são compreendidos pela população. Isto significa saber ouvir o que a população tem a dizer e a forma como apreende o significado de palavras e conceitos que perpassam a orientação de propostas de intervenção profissional.

O conceito expresso por Glória Gohn, utilizado como referência neste estudo define participação como “*um processo de vivência que imprime sentido e significado a um grupo do movimento social, tornando-o protagonista de sua história, desenvolvendo sua consciência crítica desalienadora, agregando força sociopolítica a esse grupo ou ação coletiva*” (GOHN, 2005, p.30). Considero esta definição ideal, pois orienta para uma ação emancipatória capaz de impulsionar um movimento coletivo. No entanto, é imprescindível levar em consideração que há outras formas como a participação é compreendida, conforme a apresentada no decorrer deste estudo. Aqui, o entendimento do que seja participação é atribuído ao sentido de “estar presente”. De acordo com o conceito expresso por Gohn, este entendimento pode ser considerado como uma “vivência coletiva que imprime sentido e significado”, porém, não está orientado para o desenvolvimento de uma consciência crítica desalienadora. Para que haja consonância com o conceito teórico é preciso caminhar mais.

Em nenhuma das entrevistas a visão emancipatória se fez presente. Ainda que por vezes a questão presencial não faça parte dos processos de tomada de decisão e do desenvolvimento de sua criticidade, a possibilidade das pessoas estarem ali e gradualmente irem se incorporando aos movimentos que as leva serem aceitas como membro de um grupo de forma a se sentirem participantes e pertencentes a ele pode ser um caminho. É no espaço de diálogo que se constrói a consciência crítica e desta forma pretendo chamar a atenção para

a necessidade de se ouvir o que a população tem a dizer, pois é entre o discurso teórico e o que a população expressa como seu entendimento que se estabelece o meu processo reflexivo e conseqüentemente trará contribuições para minha prática profissional.

Aguçar os sentidos para essa compreensão me fez entender o comportamento da comunidade, suas atitudes e postura diante de suas demandas. O fato de não fazer parte de processos decisórios, não os impede de se sentirem participantes dos processos vividos. São nos espaços de encontro que acontece o diálogo, a troca de informações e experiências, nos quais decorre a reflexão e a possibilidade de empoderamento. Nesse sentido, este estudo indica que participação é muito mais do que usualmente é dito e escrito, e que aprofundar esta reflexão é de suma importância para entender o significado teórico-prático do que seja participação neste contexto social. Assim, o fato de ampliar este entendimento, certamente contribuirá com a orientação e o planejamento de futuras intervenções, tornando-as capazes de agregar força sociopolítica que gerem movimentos e promovam atitudes que buscam maior dignidade e justiça social.

REFERÊNCIAS

ACIOLI, M. D. e CARVALHO, E. F. de. Discurso e prática referentes ao processo de participação comunitária nas ações de educação em saúde. **Caderno Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 14 (sup. 2), 1998. p. 59-68.

AMMANN, S. B. **Ideologia do Desenvolvimento de Comunidade no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1985. 176 p.

BARQUERO, A. V. Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização. Porto Alegre: Editora UFRGS. 2001. 280 p.

BAUMAN, Z. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003. 134 p.

_____. **Comunidade: a busca por segurança no mundo atual**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

BECKER, Daniel et al. **Empowerment e avaliação participativa em um programa de desenvolvimento local e promoção da saúde**. In: *Ciência & Saúde Coletiva*, 9 (3): 655-667, 2004.

BODSTEIN, R., ZANCAN, L. Avaliação das ações de promoção da saúde em contextos de pobreza e vulnerabilidade social, In ZANCAN L., BODSTEIN R. & MARCONDES, W.B (orgs.). **Promoção da Saúde como caminho para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro, Abrasco. 2002. 39-59 p.

BODSTEIN, R, MARCONDES W. B & ZANCAN, L (org.). **Promoção da Saúde como Caminho para o Desenvolvimento Local: A Experiência de Manguinhos** . RJ. Rio de Janeiro: ABRASCO/FIOCRUZ , 2002, 271 p.

BOCAYUVA, P.C. C. (2001). **“Favelania” e desenvolvimento Urbano Local**, disponível na internet in www.dlis.org.br

BONATTO, Daniella. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável – DLIS: o caso de uma metodologia participativa aplicada em Santa Cruz, zona oeste do Rio de Janeiro**. Monografia (Especialização em Planejamento e Uso do Solo Urbano). Universidade Federal do Rio de Janeiro – IPPUR. Rio de Janeiro, 2002.

BONINI-VIEIRA, A., BRASIL, L., MACIEL, T. e MOREIRA, G.M.P . **Desenvolvimento e Des-envolvimento: o desejado e o desejável.** In: D'ávila, Maria Inácia e Pedro, Rosa (orgs). Tecendo o Desenvolvimento: Saberes Gênero e Ecologia Social. Rio de Janeiro: Mauad, Bapera Editora, Coleção Eicos,2003, 157 –166 p.

BROSE, M.(org.) **Metodologia Participativa: uma introdução a 29 instrumentos.** Porto Alegre: Tomo Editorial. 2001. 312 p.

BUSS, P.M. **Promoção da Saúde e Qualidade de Vida.** Ciência e Saúde Coletiva, 2000. vol.5, no.1, p.163-177. ISSN 1413-8123.

BUSS, P. M., FERREIRA, J. R. **Promoção da Saúde e Saúde Pública. Contribuição para o debate entre as Escolas de Saúde Pública da América Latina.** Rio de Janeiro: ENSP.1998. Disponível no site www.ensp.fiocruz.br.

CAMPOS, R.H.F.(org). **Psicologia Social Comunitária: Da solidariedade à autonomia.** 8ª Ed. Petrópolis:Vozes. 1996. 175 p.

CARVALHO, S.R. Os múltiplos sentidos da categoria “empowerment” no projeto de Promoção de Saúde. Rio de Janeiro, v. 20, n. 4 jul./ago. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2004000400024. Acesso em: 11 ago. 2004.

CARVALHO, S.R. **As contradições da promoção à saúde em relação à produção de sujeitos e a mudança social.** Ciência e Saúde coletiva, Set 2004, vol.9, no.3, p.669-678.

CASTELLS, M. **Cidade, Democracia e Socialismo.** Rio de Janeiro: Paz e Terra.1980. 186 p.

CANCLINI, N. G. **A Globalização Imaginada.** São Paulo: Editora Iluminuras. 2003.

CEDAPS. **Diagnóstico Comunitário Participativo de Vila Consolação.** Rio de Janeiro: Centro de Promoção da Saúde. 2001.

_____. **Favelas e favelas...** Rio de Janeiro: Centro de Promoção da Saúde. 2003.

Coleção Estudos da Cidade. **O Índice do Desenvolvimento Humano (IDH) no Rio de Janeiro.** Prefeitura do Rio de Janeiro, 2003.

CZERESNIA, D. FREITAS, C. M. **Promoção da Saúde: conceitos, reflexões, tendências.** Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2003. 176 p.

DALLARI, D. A. **O que é participação política .** São Paulo: Brasiliense. 15ª ed. 2001.

D'ÁVILA NETO, M. I. **Enquete participativa com mulheres desfavorecidas e suas concepções sobre o desenvolvimento cultural.** Fórum educacional. Rio de Janeiro. FGV.

_____. **Os "Novos Pobres" e o Contrato Social: Receitas de Desenvolvimento, Igualdade e Solidariedade ou Da Solidariedade, Seus Mitos, Laços e Utopias.** Rio de Janeiro: UFRJ/Imago/ CNPq. Arquivos Brasileiros de Psicologia Aplicada n.º 5, 1998. 7-13 p.

D'ÁVILA NETO, M. I. e PEDRO, R. (orgs) **Tecendo o desenvolvimento: Saberes Gênero e Ecologia Social.** Rio de Janeiro: Coleção Eicos. 2003.

DEMO, P. **Solidariedade como efeito de poder.** São Paulo: Cortez, 2002.

EL ANDALOUSSE, K. **Pesquisas-ações: ciências, desenvolvimento, democracia;** Traduzido por Michel Thiollent. São Carlos: EduFSCar. 2004.

DINIZ, S., SOUZA, C. M. e PORTELLA, A. P.,. **‘Not like ourmothers’: Reproductive choice and the emergence of citizenship among Brazilian rural workers, domestic workers and housewives.** In R.P. Petchesky & K. Judd (Orgs.) *Negotiating Reproductive Rights: Women’s Perspectives across Countries and Cultures.* Nova Iorque: Zed Books, 1998

ESTRADA, N. R. et all. **Iniciativa de Vila Consolação: Relatório Anual.** Rio de Janeiro: Centro de Promoção da Saúde. 2003.

FERREIRA, A. B. H. **Mini Aurélio.** Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2000.

FONSECA, V. **Estudo Etnográfico em Núcleos Comunitários de Prevenção às DST/AIDS no Rio de Janeiro: Limites, Possibilidades e Perspectivas de uma Estratégia de Prevenção e Promoção da Saúde em Comunidades.** Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/Programa EICOS, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

FRANCO, A. 2002. **Carta DLIS N.º 7** (mimeo) disponível na internet in www.dlis.org.br

GARNELO, L. **Poder, hierarquia e reciprocidade: saúde e harmonia entre os Baniwa do Alto Rio Negro**. Rio de Janeiro, Ed. FIOCRUZ, 2003. 260 p.

GEERTZ, C. **Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura**. In: A interpretação das culturas. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1973.13-41 p.

GIBBON. M.; LABONETE R.; LAVERACK G. 2002. **Evaluating community capacity**. Health and Social Care in the Community 10(6):485-91.

GOHN, M. G. **O Protagonismo da Sociedade Civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo, Cortez, 2005. 113p.

_____ **Teoria dos Movimentos Sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo, Cortez. 4ª ed. 2004. 383 p.

_____ **Conselhos Gestores e a participação sóciopolítica**. São Paulo, Cortez. 2ª ed. 2003. 112 p.

GOLDSTEIN, D. M. **Laughter Out of Place: Race, Class, Violence, and Sexuality in a Brazilian Shantytown**. Berkeley and Los Angeles: University of California Press. 2003.

HANCOCK, T. 2001. **People, partnerships and human progress: building community capital**. Health Promotion International 16(3):275-80.

IADH. **Desenvolvimento Local: trajetórias e desafios**. Recife, Ed. Nacional Ltda, 2005. 206p.

IPEA. **Condições de Vida na Cidade do Rio de Janeiro**. (mimeo). Rio de Janeiro. 2001.

JACOBI, R. Pedro. Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania. **Ciência & Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro, v.7, n. 3, 2002. Disponível em:
<[file:///C:/windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.IE5/H7771HVB/Ciência & Saúde Coletiva](file:///C:/windows/Temporary%20Internet%20Files/Content.IE5/H7771HVB/Ci%C3%ancia%20e%20Sa%C3%ade%20Coletiva%20v.7%20n.3.pdf)>
Acesso em: 09 jun. 2004.

_____ **Políticas Sociais e Ampliação da Cidadania**. Rio de Janeiro, FGV. 2ª ed. 2002. 156p.

_____ **Movimentos Sociais e Políticas Públicas: demandas por saneamento básico e saúde.** São Paulo. Cortez. 1993.

_____ **Educação, ampliação da cidadania e participação.** *Educ. Pesqui.*, vol.26, no.2, 11-29 p.

JEWKES. R. **Evaluating community development initiatives in Health Promotion**, In M. Thorogood & Y Coombes: *Evaluating Health promotion – Practice and Methods*. London Oxford University Press . 2000.129-139p.

Johns Hopkins Urban Health Institute. **What is community-based participatory research?**2004. Disponível no website <http://urbanhealthinstitute.jhu.edu/cbpr.html>

KRUTMAN, Henriette Maryacy. **Fatores Críticos no êxito de projetos de desenvolvimento local integrado sustentável (DSIS).** 2004Tese (doutorado em Engenharia de Produção). --- Faculdade de Engenharia, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2004.

LAVERACK G, WALLERSTEIN N. **Measuring community empowerment: a fresh look at organizational domains.** *Health Promot Int*; 16:179-85. 2001.

LANDIM, L. Experiência militante: Histórias das assim chamadas ONGs in LANDIM, L (Org.) **Ações em Sociedade: Militância, Caridade, Assistência etc.** Rio de Janeiro. Nau e ISER.1998.

LIANZA, S. ADDOR, F (org). **Tecnologia e Desenvolvimento: social e solidário.** Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1ª ed. 2005, 270p.

MAGALHÃES. R. **Integração, exclusão e solidariedade no debate contemporâneo sobre as políticas sociais.** Caderno de Saúde Pública. Rio de Janeiro, mai-jun, 2001.

MAGALHÃES, R. **Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida.** Cad. Saúde Pública, vol.18 supl, 2002. 121-137p

MATTOS, A. **Fazer escolhas, “ser você mesmo”, “ter personalidade”: um estudo sobre a experiência de liberdade de jovens cariocas na contemporaneidade.** Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006.

MELLO E SOUZA, C.; EDMUNDO, K.; CARVALHO, ML.; FONSECA, V. **AIDS e Desenvolvimento: Um estudo etnográfico em Núcleos Comunitários de Prevenção das DST/AIDS no Rio de Janeiro** - Rio de Janeiro: EICOS-UFRJ (mimeo)

MELLO, M. L. V. **A arte de ser mulher: rupturas com restrições de gênero nas histórias de ida de mulheres**: Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/Programa EICOS, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa-qualitativa em Saúde**. HUCITEC-ABRASCO, São Paulo–Rio de Janeiro. 2000.

_____. **A arma torna visível o invisível** / Kátia Machado. RADIS Comunicação em Saúde, Ed. FIOCRUZ, no. 39, 2005

MINAYO, M.C.S.; HARTZ, Z.M.A.; BUSS, P.M.A. Qualidade de vida e saúde: um debate necessário. **Ciência e Saúde Coletiva** 5(1): 7-18. 2000.

MENDES. R.. **Cidades Saudáveis no Brasil e os Processos Participativos: os casos de Jundiaí e Maceió**. 2000 Tese (doutorado em Saúde Pública). - Faculdade de Saúde Pública, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2000.

MELLO, M. L. V. **O empoderamento das mulheres no meio popular** (mimeo.) Orientadora: Maria Cecília de Mello e Souza. Rio de Janeiro: UFRJ/IP/Programa EICOS, 2003. (Mestrando em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social).

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **As Cartas da Promoção da Saúde**. Série B. Textos Básicos em Saúde, 56 pp. Brasília: Editora MS. 2002.

PETERSEN, P. e ROMANO, J. **Abordagens Participativas para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro, AS-PTA e ACTIONAID. 1999.

RIBEIRO, L. C. Q., SANTOS J., ALVES, O. (org.) **Globalização, Fragmentação e Reforma Urbana – o futura das cidades brasileira na crise**. (2ª. Edição) – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1997. 432p.

ROMANO, J. O.; ALMEIDA, S. G. Reflexões sobre as abordagens participativas para o desenvolvimento local. In: _____ PETERSEN, Paul; ROMANO, Jorge O. **Abordagens Participativas para o Desenvolvimento Local**. Rio de Janeiro: AS-PTA e ACTIONAID.

SÁ, R. F., YUASA, M., VIANA, V. P. **Municípios Saudáveis no Nordeste do Brasil: conceitos, metodologia e relações institucionais**. Recife, Ed. Universitária UFPE, 2006.145p.

SANTOS, B. S. (org.). **A globalização e as ciências sociais**. São Paulo. Cortez Editora, 2002. 572p

SANTOS, M. e SILVEIRA, M. L. **O Brasil: Território e sociedade o início do século XXI**. (4ª Ed). Rio de Janeiro: Editora Record. 2002.

SEN, A. K. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, J. S. E BARBOSA, J.L., **Favela: alegria e dor na cidade**. Rio de Janeiro: Ed. Senac Rio, 2005. 232 p.

SILVEIRA, C. M., BOCAYUVA, P. C. C. **Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável: enforque estratégico e construção de indicadores in Rede Dlis** – disponível na internet in www.dlis.org.br. 2001.

SOUZA, M. L. **Desenvolvimento de comunidade e participação**. São Paulo: Cortez,1993.

STOTZ E. Promoção da Saúde e Cultura Política: a reconstrução do consenso. **Saúde e Sociedade**/Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo e Associação Paulista de Saúde. São Paulo. 2004.

THIOLLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 11ª ed. São Paulo: Cortez. 2002. 108p.

_____ **Pesquisa – Ação nas Organizações**. São Paulo, Atlas. 1997. 164p.

TORO, A. J. B., WERNECK, N. M. D. **Mobilização social – um modo de construir a democracia e a participação**, Belo Horizonte, Autêntica. 2004. 104p.

VALLA, V.V. **Educação e Favela**. Petrópolis. Vozes.1986.

VALLA, V.V., STOTZ, E.N., ALGEBAILLE, E.B. **Para compreender a pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Contraponto: Escola Nacional de Saúde Pública, 1ª ed, 2005. 160 p.

VALLA, Victor Vincent, Sobre participação popular: uma questão de perspectiva. **Caderno de Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v. 14, supl. 2, 1998. Disponível: <file://C:\windows\Temporary%20Internet%20Files\Content.IE5\2BCL2N25\caderno>. Acesso em: 09 jun. 2004.

VASCONCELLOS, E. M. **O poder que brota da dor e da opressão: empowerment, sua história, teorias e estratégias**. São Paulo. Paulus. 2003. 382p.

VELHO, G. **Projeto e Metamorfose: Antropologia das Sociedades Complexas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 1994.

VILLELA, J. L. M. **A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da Reciprocidade**. Rev. Antropol. v.44 n.1 São Paulo, 2001.

WACQUANT, L. **Os condenados da cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Rio de Janeiro. Editora Revan; Fase. 2001.

WALLERSTEIN, N. **Powerlessness, empowerment, and healph: implications for health promotion programs**. Am J Healph Promot 1992; 6:197-205

WESTPHAL.M.F. **The Healthy Cities Movement: a commitement with quality of life**. *Ciênc. saúde coletiva*, 2000, vol.5, no.1,. ISSN 1413-8123, p.39-51

ZALUAR, A. **A Máquina e a Revolta**. 2ª. ed. São Paulo. Brasiliense. 1994.

ZALUAR, A. **Exclusão e Políticas Públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas**. Rev. bras. Ci. Soc. v.12 n.35 São Paulo Fev. 1997

ZAOUAL, H. **Globalização e diversidade cultural**. São Paulo: Cortez. 2003.

ANEXO 1

CONSENTIMENTO INFORMADO

1. Apresentação do pesquisador

Nilza Rogéria de Andrade Nunes Estrada, aluna do Programa Estudos Interdisciplinares de Comunidades e Ecologia Social (EICOS) – Instituto de Psicologia / Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ).

2. Natureza da pesquisa

Esta entrevista destina-se a minha pesquisa de Mestrado no Programa EICOS/ UFRJ. Trata-se de um estudo de caso sobre um Projeto de Desenvolvimento Local com foco na Promoção da Saúde promovido pelo Centro de Promoção da Saúde – CEDAPS, organização não governamental situada no Rio de Janeiro. Meu objetivo é compreender como se dá o processo participativo nesta comunidade que vive em situação de pobreza e exclusão.

3. Explicação sobre o acesso e uso dos dados

Todas as opiniões emitidas por você nessa entrevista estarão sob os nossos cuidados e seu nome será trocado em todas as publicações. Na utilização dos dados informados não serão mencionados nomes ou informações que permitam identificar o entrevistado.

4. Registro de dados

Todas as informações coletadas serão anotadas durante a entrevista e destinam-se exclusivamente à utilização na Pesquisa de Mestrado. Caso concorde, gostaria de utilizar um gravador para posterior transcrição para garantir a fidedignidade das informações. Depois de transcritos os dados, a fita será apagada. O gravador poderá ser desligado a qualquer momento, se assim o desejar. As informações fornecidas somente serão conhecidas na íntegra por mim e por minha orientadora e assumimos o compromisso de não compartilhar os dados com terceiros.

5. Benefícios da entrevista

Esta pesquisa não pretende trazer benefícios diretos para o entrevista e/ou a comunidade. Porém pretendo que o resultado deste estudo contribua para uma melhor compreensão sobre os processos participativos em comunidades populares nas quais são executados programas de Desenvolvimento Local com foco na Promoção da Saúde.

6. Natureza da entrevista e retorno à comunidade

Para retorno aos entrevistados, será organizado um encontro na comunidade com os participantes da pesquisa com o objetivo de compartilhar os resultados obtidos.

7. Consentimento

Você concorda em participar dessa entrevista?

Tem alguma dúvida?

Rio de Janeiro, de setembro de 2005

ANEXO 2

Ficha de dados sócio-demográficos (auto-preenchimento)

Dados de Identificação:

Nome:

Idade:

Sexo:

- Feminino
 Masculino

Escolaridade:

- Não sabe ler e escrever
 Fundamental incompleto (1^a. a 4^a. série)
 Fundamental completo (1^a. a 4^a. série)
 Fundamental incompleto (5^a.. a 8^a. série)
 Fundamental completo (5^a. a 8^a. série)
 Ensino médio incompleto (2.º grau)
 Ensino Médio completo (2.º grau)

Raça/Etnia:

- Branca
 Mulata
 Negra
 Indígena

Religião:

- Evangélica
 Católica
 Espírita
 Outra _____

Quantas pessoas moram na sua casa?

() mora sozinho/a () duas () três () quatro () cinco () mais de seis

Você trabalha fora de casa?

- Não
 Sim. Que atividade realiza?

A soma dos salários recebidos por todos que moram na sua casa correspondem a:

- até 300,00 por mês
 entre 300,00 e 600,00 por mês
 entre 600,00 e 900,00 por mês
 acima de 900,00 por mês

Na sua casa possui:

() Geladeira () Tv () Som () DVD () Máquina de lavar
() Telefone () Computador () Vídeo

ANEXO 3

Roteiro de Entrevista

DOMÍNIO: Relação do Entrevistado com a Comunidade

- Conta um pouco da sua história aqui dentro da comunidade.
- Como você veio morar aqui?
- Quais os eventos mais marcantes da sua vida aqui dentro?
- Como é sua relação com as pessoas da comunidade? Dê exemplos.
- Com quem você mais se dá? Por quê?
- Como é a relação entre as pessoas? Dê exemplos
- O que você mais gosta aqui?
- O que você não gosta?
- O que a comunidade tem de bom?
- O que a comunidade tem de ruim ?
- Você gosta de sua casa? O que mais gosta nela? O que mudaria?
- Se pudesse escolher outro local para morar aqui, qual seria? Qual casa? Por que?
- E se pudesse escolher outro local para morar (no país) qual seria? Por que?
- Quais os seus sonhos e desejos para o futuro?
- Como você vê a perspectiva de futuro das pessoas que moram aqui?
- Para você, quais as opções de instituições comunitárias que existem hoje para as pessoas desta comunidade?

DOMÍNIO: Vida em Família

- Quem mora contigo?
- Como é este arranjo? Mudaria alguma coisa se pudesse?
- Me diga resumidamente, como é o seu dia-dia? (ex. 01 dia útil)
- Quem te ajuda?
- (Perguntar se não for dito espontaneamente sobre o trabalho fora de casa, dentro de casa, cuidado com crianças, idosos e doentes, compras, transporte, acesso a serviços etc.)
- Dê um exemplo de um dia onde há uma crise na família (doença, etc.) ?
- Quais são suas atividades principais?
- Conte-me como é sua relação com as pessoas que moram com você na sua casa? São filhos, companheiro/a, irmãos?
- Você pode detalhar e dar exemplos como acontece esta relação na casa que você mora?
- Quando você sai para participar de alguma atividade quem cuida dos seus filhos?
- Você conta com a colaboração de alguém nos afazeres domésticos?
- Quando você está muito atarefado/a com seus trabalhos comunitários você conta com a colaboração de alguém?
- Como sua família reage ao vê-lo/a envolvida em ações que beneficiam a comunidade?
- Como reagiram no início?
- Eles se beneficiam de alguma forma?
- O que mudou para a sua família?
- O que mudou nas suas atividades dentro de casa?

- Como o trabalho comunitário te impactou?
- Você acha que mudou de alguma maneira? Como?
- Como você se sente com seu trabalho comunitário?
- Como seus familiares reagem quando você está muito estressado/a com seu trabalho comunitário?

DOMÍNIO: Participação Social

- Conta um pouco sua história no movimento social? Como isto aconteceu?
- O que aconteceu na sua vida que te estimulou a participar de um projeto/movimento social?
- Quem te influenciou?
- Quem te motivou?
- Que questão te mobilizou?
- Por quê?
- Você acha que alguma coisa mudou na sua vida depois que você começou a participar de um projeto/movimento social?
- Como você se sente sendo considerada uma pessoa que participa de ações na sua comunidade?
- Do que você participa?
- Com que frequência você participa?
- Em sua opinião, a população da comunidade participa?
- Quais os espaços em que costuma participar?
- Quem participa?
- Como participa?
- O que acha desta participação?
- O que você acha que mais chama a atenção da comunidade para participar de alguma coisa?
- Dessas opções, quais te chamam mais a atenção para a participação da comunidade? Como você vê cada uma delas?
 - Igrejas
 - Associação de Moradores
 - Núcleo
 - Escola/creche
 - Pastoral da criança
- Conte-me uma situação em que você viu uma grande mobilização e participação da sua comunidade?
- Como você vê a participação dos homens da comunidade?
- E das mulheres?
- Me dê um exemplo dessas diferenças?
- A que fatores você atribui estas diferenças?
- A que você atribui esta participação?
- Você acha que existem motivos para a comunidade não participar?
- Quais seriam os motivos em sua opinião?
- O que você acha que poderia ser feito para que as pessoas participassem mais?
- Quando você realizou o seu projeto, como você sentiu a repercussão dele na comunidade?
- Como você avalia os espaços que promovem a participação da comunidade?
- Você acha que a comunidade reconhece esses trabalhos? De que forma?

- Você avalia que sua comunidade mudou o seu ritmo em relação a participação nos espaços comunitários nos últimos três anos?
- Você acha que a comunidade reconhece o trabalho que é realizado pelas suas lideranças?
- Os projetos elaborados pelos moradores na Iniciativa foram importantes para a comunidade?
- A que você atribui este resultado?
- O que você vê como sendo possível de realizar?
- O que é participação para você?